



**Matosinhos**  
Câmara Municipal

## **Relatório de Actividades e de Gestão**

# 2006

# Sumário

I

**Mensagem do Presidente**

II

**Execução do Plano de Actividades**

III

**Relatório de Gestão**

IV

**Anexos**

2006  
**Relatório de Actividades e de Gestão**

1

## Mensagem do Presidente



2006

**Relatório de Actividades e de Gestão**

Matosinhos iniciou em 2006 o percurso rumo aos novos objectivos que foram propostos aos nossos concidadãos. Foi um ano marcante onde, como sempre dissemos, procurámos introduzir os mecanismos e as alterações que nos permitissem melhor servir os Matosinhenses e aqueles que nos visitam. Ouvir melhor, atender melhor, corresponder mais rapidamente e com maior eficácia é o grande desiderato da actual gestão municipal. Para isso, empenhámo-nos no projecto da criação do *Front-office* que permitirá aumentar significativamente a qualidade do atendimento presencial. Para isso, iniciámos um longo, mas fundamental, caminho de melhoria dos procedimentos dos serviços municipais com vista à certificação da sua qualidade. Para isso, inovámos nas técnicas de gestão, por exemplo na preparação de todo o processo de *Externalização do nosso Arquivos* que permitirá libertar recursos internos para melhor servir o cidadão.



Também quisemos informar melhor. Colocámos mais e melhor informação no nosso site. Abrimos à população o nosso sistema de informação geográfica, introduzimos *online* as discussões públicas e melhoramos o interface electrónico com os cidadãos. 2006 foi igualmente o ano em que acentuámos a vertente turística da nossa animação em que a inovação mais visível foi a *Festa do Mar* no coração da restauração do concelho. Ampliámos, igualmente, a nossa dinâmica cultural seja com a introdução de novos eventos de sucesso como o *Encontro de Literatura em Viagem* e a recriação histórica dos *Hospitalários no Mosteiro de Leça do Balio* seja com a abertura do concurso para a construção do *Cine-Teatro Constantino Nery*. Também foi um ano marcante pelo lançamento de novos projectos na área Ambiental como a *Marginal da Boa Nova* e o futuro *Tanatório Municipal*.

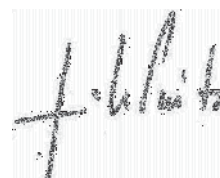
A principal aposta, porém, foi na área da Educação. Pelo novo ímpeto dado pela aprovação da *Carta Educativa de Matosinhos* e ao empenho do município na introdução pioneira a nível nacional da *Escola a Tempo Inteiro* bem como pelo combate aos horários em desdobramento e pelo grande volume de investimentos lançados e em curso.

Todavia, não se perderam as outras marcas, nomeadamente na área social e na qualidade da intervenção no território.

Além disso, 2006 foi também diferente na relação com os colaboradores da autarquia nomeadamente pela realização do 1º *Encontro de Trabalhadores* do universo autárquico, altura para balanço e motivação para os novos desafios que se seguem como a introdução do SIADAP.

Tudo isto com um excelente desempenho demonstrado na taxa de execução impar atingida e onde em nada se beliscou a solidez financeira da autarquia.

Estou certo de que das sementes lançadas neste ano continuaremos a colher bons frutos no futuro.





# **Execução do Plano de Actividades**



2006

**Relatório de Actividades e de Gestão**



**Execução do Plano de Actividades**

# **Comunicação e Relações Públicas**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

Durante o ano de 2006, as linhas de força do trabalho do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas centraram-se na aposta na comunicação de modo a que a Câmara Municipal possa estar *perto das pessoas, facilitar a vida às pessoas e interagir* com os cidadãos.

## Atendimento



Face visível da Autarquia, personalização do rosto da instituição, o atendimento é uma das áreas fundamentais e mais enriquecedoras do Serviço de Relações Públicas onde se conjuga a simpatia e o profissionalismo, atributos essenciais para a qualidade no atendimento.

O atendimento é personalizado. Diariamente, são recebidas cerca de 75 pessoas e ajuda-se a esclarecer as dúvidas dos Munícipes; procede-se ao encaminhamento para os respectivos serviços municipais quando tal é necessário ou solicitado; fornece-se informações gerais sobre o Município, faz-se o acompanhamento das pessoas para audiências previamente marcadas e, geralmente, para as áreas da Presidência e da Vereação.

Trata-se de um desafio constante em que surgem, diariamente, situações distintas para as quais se tem de dar a resposta mais célere possível. Além disso, a função de atendimento permite aferir o funcionamento dos serviços da Autarquia e como os seus processos se desenvolvem.



Complementar ao ***atendimento presencial*** a autarquia dispõe também de um serviço de ***atendimento telefónico*** que permite fornecer todo o tipo de informação sobre a Autarquia ou encaminhar os assuntos para outros departamentos municipais.

Salienta-se a informação que é prestada sobre os processos de obras particulares evitando a deslocação de um maior número de munícipes aos serviços de atendimento da Direcção Municipal de Administração do Território (DMAT). Em 2006, este serviço realizou cerca de 5200 atendimentos telefónicos sobre processos de obras particulares. Permitimo-nos realçar, ainda, a excelente colaboração entre o

Gabinete de Relações Públicas com a DMAT.

Além do atendimento através do número geral da Câmara, a autarquia dispõe, há dez anos, de uma **Linha Azul** cujo número de chamadas tem aumentado substancialmente sendo recebidas cerca de 15 chamadas diárias com o fito de obter esclarecimentos sobre processos de obras bem como solicitar o arranjo desta ou daquela via que se encontra em más condições, da ausência de sinalização, da própria denúncia para situações irregulares.

### Atendimento Descentralizado/Postos de Atendimento ao Cidadão

Os Postos de Atendimento ao Cidadãos, (PAC's), a funcionar em Leça da Palmeira e em S.Mamede de Infesta, durante o ano de 2006 registaram, uma saudável manutenção do número de utentes e no caso de S. Mamede de Infesta foi registado um significativo aumento de utentes, no âmbito quer do PAC quer da Loja Municipal do Cidadão.

O PAC de S. Mamede e a Loja Municipal do Cidadão de S. Mamede Infesta registaram uma subida de utentes sobretudo desde o final do Verão que se deverá resultar do aumento do número de serviços aí prestados. Já o PAC de Leça da Palmeira, registou como habitual um número elevado de utentes, e foi igualmente abrangido pelo aumento do leque de serviços lá prestados. Para além dos serviços já existentes, no âmbito da DGV, EDP, Direcção geral da Justiça, ADSE, Instituto do Consumidor,



Direcção Geral dos Registos do Notariado, os PAC,s passaram a efectuar outros serviços, exemplo da alteração de moradas ao nível de diversas instituições públicas, preenchimento de formulários via Internet, encaminhamento de pedidos de processos, etc. Esta disponibilidade tem servido fundamentalmente muitos utentes que ou não têm possibilidades de aceder à Internet, ou na maioria dos casos, que não sabem como efectuar essas alterações ou pedidos através da web.

### Espaços Internet

Os Espaços Internet localizados em St.<sup>a</sup> Cruz do Bispo, em S. Mamede de Infesta e em Matosinhos, prosseguiram durante o ano de 2006 o seu serviço a todos aqueles que pretendem aceder à Internet e às novas tecnologias de informação de forma



gratuita e acompanhada por técnicos qualificados. Além disso, aumentou significativamente o número de acções de formação, com vista conclusão do Programa de Atribuição de Diplomas em Competências Básicas, tendo este objectivo sido igualmente trabalhado em colaboração com a ADEIMA. O número de utentes,



que recorre a este serviço tem-se mantido estável, registando quase 13.000 utentes, durante o ano que agora termina.



Nota especial para o Espaço Internet de Matosinhos, situado na Av. Comendador Ferreira de Matos, que esteve em funcionamento desde o início do ano, até ao final do mês de Agosto, tendo sido então encerrado com vista a abertura de um novo Espaço, no Centro Comercial Antiga Câmara na Rua Brito Capelo.

## Back Office

O serviço de *back-office* da Divisão de Relações Públicas, constitui-se fundamentalmente com uma área de apoio a todo o sistema de organização de eventos diversos que se realizam, nos diversos espaços da Câmara Municipal e nas actividades fora dela, sempre que requisitado. Reuniões diversas, reuniões de Câmara, conferências de imprensa, seminários, conferências, lançamentos de livros, concertos, exposições, visitas, são um conjunto de exemplos de eventos que requerem o apoio das relações Públicas.



Este apoio é dado através da preparação dos espaços e do acompanhamento das diversas actividades, sendo que durante o ano de 2006, se realizaram cerca de **330** reuniões de diferente índole, **200** eventos distintos e registou-se a presença de **9.365** participantes e

visitantes nos diversos eventos que tiveram o apoio do Gabinete de Relações Públicas.

## Comunicação e Imagem

A política municipal de comunicação visa promover uma participação cada vez mais activa de cada munícipe na vida do seu município, valorizando e estimulando a sua presença e a sua criatividade. Têm sido dados passos firmes rumo a uma ainda maior qualidade da informação prestada pelo município, nomeadamente através do seu site considerado por instituições independentes, nomeadamente o ISEG, um dos melhores sites autárquicos do país.



Há ainda muito trabalho a fazer. Contudo, orgulhámo-nos do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2006: fóruns de discussão, sondagens, comentários aos projectos, comentários dos planos de pormenor e dos regulamentos em apreciação, consultas das actas das reuniões de câmara, consulta das deliberações da Assembleia Municipal, interactividade com o cidadão através da Voz do Munícipe. Newsletters

## Bolsa de Empregoonline



semanais e especiais para cerca de dezassete mil endereços que fazem parte da nossa base de dados. São muitas as formas que, desde Fevereiro de 2006 - mês em que foi criada a Bolsa de Emprego Online ou Março, que viu nascer a Voz do Município - idealizamos para ir ao encontro das pessoas. De referir que, desde o momento em que criamos os dois serviços online Voz do Município e Contacte o Presidente, recebemos contactos de 755 pessoas.

Além disso, fomos enriquecendo o nosso site, adicionando filmes e apostando em *pop-ups* (65 em 2006) que denunciam o dinamismo e a criatividade da actividade municipal. No total, foram colocados online 65 pop-ups, criando doze imagens a 360º que permitem uma visualização privilegiada de alguns locais do nosso concelho, elaborando notícias (cerca de 250) e colocados eventos (cerca de 200) na nossa página de Internet.

As newsletters semanais ganharam espaço na nossa actividade diária. As newsletters especiais foram sendo cada vez mais reivindicadas pelos diferentes serviços que se revêem nesta forma de comunicação. Ao todo, foram elaboradas na Divisão 64 newsletters.

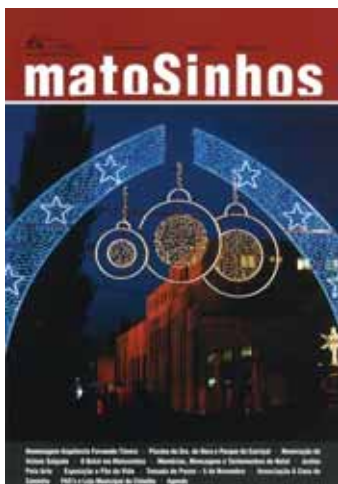
Durante o ano de 2006, foram desenvolvidos alguns vídeos dos quais destacamos: “25 de Abril: 30 Anos por Matosinhos” cuja apresentação esteve integrada nas



comemorações do 25 de Abril na autarquia; “Síntese da actividade no sector da educação”, apresentado por altura da visita do 1º Ministro e da Ministra da Educação para apresentação do projecto “Escola a tempo inteiro”; “Síntese da actividade da autarquia na área da acção social”, apresentado por altura da visita do Presidente da República na 2ª jornada do roteiro para a inclusão; e “Matosinhos: desporto e lazer”, apresentado no lançamento da iniciativa “Põe-te a Mexer”.

Foram também desenvolvidos Planos de Comunicação para alguns projectos, dos quais se destacam o Matosinhos Verão 2006 e o VEM (Voluntariado em Matosinhos).

E, com vista à adopção de uma estratégia de melhoria do site da autarquia, a Divisão de Comunicação e Imagem desenvolveu um trabalho exaustivo de análise de *benchmarking* de alguns sites institucionais: “Um Olhar sobre Alguns Sites da Internet”. Os dossiers de imprensa foram, também, prioridade nesta Divisão, tendo sido elaborados, ao longo de 2006, dezoito trabalhos destinados a complementar a informação disponibilizada aos jornalistas.



2006 foi, também, um ano de renovação para a Revista Municipal. Nas duas edições publicadas destaca-se um novo “rosto” com um design inovador, fruto do trabalho conjunto com uma nova equipa de criativos, resultando daí uma imagem totalmente renovada. Acima de tudo, houve a preocupação em criar uma publicação mais arejada, com um design susceptível de agradar a todos sem excepção, um veículo de comunicação privilegiado onde se dá a conhecer um pouco a actividade que se desenvolve ao longo dos meses no município.

Em 2006, colocamos ainda quatro dezenas de estruturas informativas nas freguesias, porque sentimos haver uma grande carência de espaços onde as pessoas (instituições, empresas, particulares) pudessem utilizar em seu próprio proveito ou em proveito da sua organização.



É cada vez mais utilizado o correio electrónico como forma de contacto com a autarquia. Assim, foram cerca de 15000 os e-mails recepcionados na autarquia e cerca de 7500 os que foram encaminhados para os vários departamentos.

Outra das funções mais regulares da Divisão continua a ser a elaboração de anúncios promocionais. Estes anúncios visam a divulgação das iniciativas promovidas pela autarquia nas mais diversas áreas.

### Alguns dados sobre o funcionamento do Gabinete:

#### *Livro Amarelo*

Em 2006 foram respondidas 40 reclamações no Livro Amarelo referentes a vários serviços da Câmara.

#### *Programa da rádio – A voz do munícipe*

Em 2006 foram realizados 51 programas e foram colocadas 100 questões. A taxa de resolução dos problemas levantados é de 93%.

#### *Atendimento Descentralizado*

	2005	2006
PAC Leça da Palmeira	4018	5200
PAC S. Mamede Infesta	1273	2600
Loja Municipal do Cidadão S. Mamede Infesta	606	1325

#### *Espaços Internet*

	2005	2006
Santa Cruz do Bispo	1200	3000
S. Mamede Infesta	4800	5000
Matosinhos*	6000	4800

\* o espaço de Matosinhos esteve apenas aberto até Agosto altura em que se iniciou a fase de transferência para as actuais instalações na Rua Brito Capelo.

#### *Envio de convites*

2006: **156.776 mil convites.**

#### Apoio/organização de eventos:

Reuniões de Câmara: 29  
Assembleias Municipais: 5  
Preparação dos espaços e apoio a 42 Reuniões de trabalho  
As Salas de formação n.º1, n.º 2 e sala de Espelhos foram solicitadas e utilizadas 238 vezes, havendo em todas elas intervenção das Relações públicas  
Conferências, Colóquios e Seminários: 22  
Assinatura de Protocolos e Contratos  
Inaugurações de Exposições, Concertos e Espectáculos:  
Lançamentos de livros:  
Comemorações do 25 de Abril  
Festas, Festivais, Feiras e Encontros:  
Inaugurações  
Encontro Anual de Trabalhadores



**Execução do Plano de Actividades**

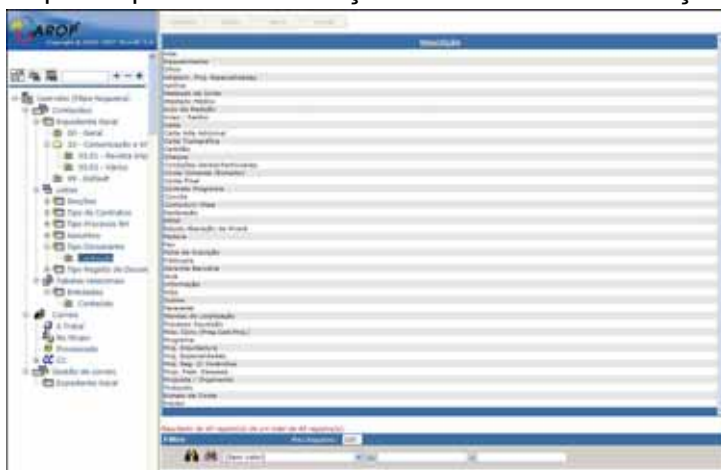
# **Modernização Administrativa**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

O fito principal das actividades de modernização administrativa foi a documentação dos processos de modo a permitir nos anos vindouros as actividades de Certificação de Qualidade, Gestão Documental e Reengenharia de Processos. Note-se que actividades programadas para 2007 como o Front-Office e os processos de digitalização necessitam deste suporte documental.

Assim destacamos como as principais acções levadas a cabo no âmbito da modernização administrativa em 2006: a continuação do processo destinado à **Certificação de Qualidade da CMM**, a montagem do sistema de **Gestão Documental** de acordo com os pressupostos e colocação em testes de validação, com inclusão de várias melhorias, sobretudo através da introdução de *links* às aplicações do sistema de informação de gestão (ERP) utilizado pela CMM e a entrada em funcionamento da 1ª fase do sistema de **Requisições Electrónicas**



montado em tecnologia Microsoft SharePoint e ligado ao ERP existente.

### Tecnologias de Informação

Durante o ano de 2006, deu-se continuidade com grande ênfase à modernização de equipamentos utilizados sobretudo pelos funcionários bem como do software sem



causar rupturas nos sistemas em produção. Note-se que uma significativa mudança de equipamentos a nível de utilizador foi efectuada e que se verificou a evolução de aplicações para plataformas .NET, o que permitiu que um conjunto de investimentos realizados anteriormente passassem a ser explorados de forma plena, sendo disso exemplo as redes seguras do tipo “Wireless” actualmente disponíveis nos Paços do Concelho.

De entre as principais actividades levadas a cabo em 2006 destacamos:

- Instalação do sistema de **Gestão Documental** e que se encontra em fase de testes.
- Instalação de **sistema de monitorização de rede**, que permite analisar falhas no sistema.



- Subscrição de acordo com operador virtual que permitiu desde já reduzir os custos de chamadas de voz em pelo menos 20%.
- Estudo de cenários de integração da central telefónica com tecnologia de voz sobre IP;
- Substituição de cerca de 30% do parque informático da autarquia.
- Migração total para *Microsoft Exchange* com abandono da plataforma anterior *Lotus Notes*.
- Aquisição e Instalação do software de gestão de Processos de Concurso e Empreitadas.
- Estabelecimento de redes sem fios internas com autenticação RADIUS, sendo exemplo a instalada nos Paços de Concelho.
- Montagem da rede nos serviços municipais entretanto instalados na Rua Brito Capelo mantendo as características que haviam sido delineadas aquando da instalação da Polícia Municipal ao estar dotada de VOIP, via telefones SIP e com utilização de POE (*Power Over Ethernet*) para os telefones.
- Desenvolvimento interno de aplicação para suporte as actividade de Classificação de Funcionários, quer suportando os questionários desenvolvidos pela SMARTVision, quer os formulários do SIADAP.
- Upgrade da ligação à Internet, com alteração de circuitos e de débitos que passaram para 8Mbits/s e o circuito dedicado para 1Mbit.
- Instalação de Portal MS Sharepoint para a aplicação de Requisições Electrónicas

Tipo	Valor	Notas
Avarias / Intervenções	200	Avarias com intervenções registadas de 2006/10/30 (início do sistema de registo) até 31/12/2006
Novos utilizadores	75	Número de utilizadores acrescentados ao sistema
Espaço disponibilizado em rede (aumento percentual)		
G:	133%	Valores úteis
H:	400%	Valores úteis
Caixas de correio	490	Criadas ou migradas de <i>Lotus Notes</i>
Decréscimo de encargos de telecomunicações	10%	A partir de Novembro
Afectação de máquinas		Valor a apurar
Requisições Electrónicas		Valor a apurar



**Execução do Plano de Actividades**

# **Gabinete de Auditoria**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

As reformas recentes da Administração Pública, a exigência crescente da transparência, do rigor e do bem servir os Municípios implicam, naturalmente, a mudança da cultura organizacional traduzida na Gestão pela Qualidade Total.

O Gabinete de Auditoria - um dos projectos essenciais na prossecução da melhoria continua da organização por forma a contribuir para o cumprimento dos seus objectivos estratégicos - foi constituído em Junho de 2006, tendo-se definido um quadro de pessoal constituído por 4 técnicos superiores. Mais tarde foi também atribuído ao seu responsável a função de Gestão do Sistema de Qualidade no âmbito da Norma ISO 9001:2000.

Foi, assim, neste contexto, que se definiu a Missão e Visão do Gabinete de Auditoria que a seguir se apresenta:

### **Missão**

- Garantir a Conformidade Legal, Fiabilidade, Universalidade, Transparência e Oportunidade de toda a informação de gestão.
- Avaliar a Performance da Organização através das métricas adoptadas e propor a implementação das melhores práticas, de forma a minimizar os riscos associados aos vários processos da actividade autárquica
- Garantir a Modernização continuada e sistemática da organização, apostando na optimização dos processos, melhoria da produtividade e criação de valor acrescentado.
- Garantir o alinhamento das orientações da Direcção com os objectivos estratégicos da Administração

### **Visão**

- Ser o instrumento para a modernização da Gestão da Administração tendo em vista alcançar a excelência de modo a oferecer mais valor acrescentado aos clientes desta Autarquia.
- Ser o instrumento que garanta a credibilidade dos serviços da Autarquia.

## Auditorias

Tendo como princípio, considerar os serviços auditados, clientes a quem se presta um serviço de consultadoria e não de fiscalização, o Gabinete de Auditoria definiu como prioritário, atendo ao risco associado ao processo, a execução de auditorias aos postos de cobrança, de modo a analisar os pontos fracos do sistema e propor medidas correctivas no sentido de tornar o sistema mais fiável, quer na cobrança quer na arrecadação da receita, bem como propor a introdução de medidas que agilizem procedimentos que garantam maior eficiência, eficácia e economia.



## Gestão do Sistema Qualidade

No âmbito da gestão de Qualidade foi aprovado em Reunião do Executivo o **Sistema de Gestão de Qualidade das Casas da Juventude**. Como Gestora de Qualidade do Sistema, em articulação com a Divisão de Juventude e com a PRIMUS (entidade consultora), face a constatações de situações anómalas foram aprovadas e incluídas no SGQ Medidas Correctivas e Preventivas bem como Acções de Melhoria.

Relativamente ao Processo de Certificação dos Serviços de Recursos Humanos, mais concretamente dos Processos de Concursos Internos e Externos, dos Serviços da Gestão Urbanística e Planeamento, e dos Sistemas de Informação, imprimiu-se uma dinâmica que tem vindo a crescer e a motivar todos os seus intervenientes no processo, sendo já evidente o envolvimento dos colaboradores dos respectivos serviços na cultura de mudança que se pretende implementar.



**Execução do Plano de Actividades**

# **Gabinete de Estudos Estratégicos**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

Os estudos de âmbito concelhio são ferramentas fundamentais para a prossecução das políticas municipais pela valorização da informação de qualidade disponível sobre o concelho. De destacar o forte envolvimento da Universidade na produção de conhecimento nesta área no ano de 2006, altura em que foi assinado o protocolo de colaboração entre a CMM e o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e onde foram lançados os processos de elaboração da Carta de Ordenamento e Desenvolvimento Comercial do Concelho e os Projectos de Desenvolvimento Integrado de Brito Capelo e da Rua Heróis de França e envolventes que continuarão durante o ano de 2007.

### Cooperação Internacional

Em 2006 manteve-se a política de cooperação internacional através da dinamização da participação do município em duas redes de cooperação europeia para a inovação e o desenvolvimento: o projecto SUDEST e o projecto IMAPS.

O projecto **SUDEST** (Sustainable Development of Sea Town) é um programa apoiado pela iniciativa comunitária URBACT aplicado à problemática da sustentabilidade ambiental e



coesão social das cidades portuárias com o objectivo principal de analisar o processo de regeneração urbana dos espaços urbano-portuários, nas vertentes física, económico-social e dos instrumentos de gestão. O projecto com duração prevista até Junho envolve as cidades portuárias de Nápoles e Livorno, em Itália, de Le Havre, em França, de Istambul, na Turquia, bem como de Matosinhos e Porto (em parceria da CMM, da APDL, da Porto Vivo e da Faculdade de Arquitectura).

Em 2006 foram elaborados dois relatórios temáticos de caracterização da cidade de Matosinhos: “A Regeneração Físico-Urbanística do Espaço Urbano-Portuário de Matosinhos” e “O Espaço Urbano-Portuário de Matosinhos: Estruturas, Tendências e Desafios do Desenvolvimento Económico e Social”. A vertente relativa aos instrumentos de gestão foi abordada através de uma apresentação no Segundo Seminário Temático, realizado em Matosinhos.

O projecto encontra-se em fase de conclusão, sendo que os trabalhos acabam em Junho de 2007 com a realização do seminário de encerramento. Neste momento, o

relatório final está em desenvolvimento e tem como principais objectivos analisar comparativamente os projectos e identificar boas práticas das cidades envolvidas no SUDEST, bem como apresentar as conclusões e recomendações finais.

O projecto **IMAPS** (Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o



Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias), é uma iniciativa comunitária financiada pelo INTERREG IIIC que visa a criação e dinamização de uma rede europeia de cooperação no âmbito da gestão de riscos civis e ambientais nas zonas litorais e portuárias. A rede de cooperação IMAPS envolve, em Portugal, o município de Matosinhos (representado pela Câmara Municipal e do Instituto de Águas da Região Norte), em França, a região de Brest, em Itália, o município de Tarento, na Roménia, o município de Constantza, em Espanha, a Província de Cadiz e, em Inglaterra, a Ilha de Wighth. Partindo de um diagnóstico da situação actual da UE em matéria de factores de riscos civis e ambientais associados às actividades industriais e portuárias, de metodologias de gestão de riscos e de gestão ambiental em vigor em diversas cidades portuárias europeias e da análise de coerência e integração entre a regulamentação comunitária e nacional e do respectivo ajustamento e aplicabilidade à realidade concreta, pretende-se contribuir, no plano comunitário, com novas soluções metodológicas, com recomendações de âmbito normativo e com a elaboração de consequentes planos de acção regionais e inter-regionais.

No decurso de 2006, decorreram as iniciativas previstas nomeadamente as reuniões da cidade de Jijon e da cidade de Wighth, onde foram abordados assuntos relacionados com a formação em gestão integrada de riscos, as normas legislativas existentes nos diversos países, bem como a transposição das normas comunitárias para o quadro legal Nacional. Ao mesmo tempo foram apresentados diversos tipos de organização para a gestão de riscos e qualidade ambiental.



A nossa participação, resumiu-se a uma reunião em Brest, bem como a entrega do primeiro relatório elaborado onde se faz referência à caracterização dos riscos tecnológicos, a caracterização do Concelho de Matosinhos do ponto de vista económico-social e do impacto das diversas indústrias integradas na directiva SEVESO II na gestão do meio ambiente e social.

## **1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER**



Em termos de Fundos Estruturais, vertente FEDER, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e até ao final do ano de 2006, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou um conjunto de candidaturas, integradas em diferentes Programas Operacionais (Sectoriais e Regional).

No âmbito do **Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

### **Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção A**

#### **Medida 1.1 – Sistemas Ambientais Locais**

- Dez candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 9.042.471,59 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 5.756.999,90 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 63,6%. Das dez candidaturas, apenas uma não se encontra concluída, devido à empreitada ainda estar a decorrer. A taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, é de aproximadamente 96%. Os factos que originaram este pequeno desvio, resultam de variações nas quantidades de material aplicadas em obra e, da não elegibilidade do IVA na rubrica correspondente ao Abastecimento de Água que integrava as candidaturas mais antigas.

#### **Medida 1.2 – Redes e Sistemas de Transportes Locais**

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 3.137.024,76 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 2.341.953,72 Euros,

resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. As candidaturas encontram-se concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto, de 100%.

### **Medida 1.3 – Qualificação Territorial**

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 8.967.467,55 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 6.561.306,01 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 73,2%. Todas as candidaturas se encontram concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, de 100%.

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo 1 – Secção A, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 21.146.963,90 Euros e 14.660.228,83 Euros, representando uma taxa de execução de aproximadamente 100%, que denota uma grande capacidade na gestão dos projectos e na absorção dos fundos estruturais disponíveis.

A reforçar esta capacidade de absorção de fundos estruturais, temos o facto, de no decurso do ano de 2006, esgotada a dotação fixada para a Câmara Municipal de Matosinhos, apresentaram-se, no âmbito do Eixo Prioritário 1 do PO Norte, quatro candidaturas à Bolsa de Overbooking, com um valor elegível de 4.532.797,65€, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 3.150.888,67€. Estas candidaturas, só poderão ser financiadas, caso exista dotação financeira remanescente, proveniente, quer das correcções financeiras decorrentes de acções de controlo e acompanhamento, quer dos saldos de execução dos projectos aprovados no âmbito deste Eixo.

Dentro deste Eixo, e excedendo também o valor fixado para o município, encontra-se a aguardar homologação uma candidatura integrada na Medida 1.9 – Saneamento Básico – Zonas de Intervenção Prioritárias, com um investimento elegível de 1.654.312,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 992.587,00 Euros.

É ainda importante, realçar o facto, de a Câmara Municipal de Matosinhos ter cumprido todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, estando, no caso das empreitadas já concluídas, entregues e aprovados os respectivos Relatórios Finais de Execução.



Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção A, do ON-PO Norte

Valor em euros			
PO – NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>MEDIDA 1.1 SISTEMAS AMBIENTAIS LOCAIS</b>			
REM.REDES SANEA/BÁSICO S.MAMEDE DE INFESTA-1ª FASE	1.327.874,82	900.898,70	Concluído
REM.REDES SANEA/BÁSICO R.CENTRAL SEIXO – S.MAMEDE DE INFESTA	1.148.108,06	621.207,16	Concluído
CONSTRUÇÃO CONDUTA ADUTORA DIST. INFRAEST. TRAV. AVILHÓ-CUSTOIAS	751.424,07	480.205,36	Concluído
REMODELAÇÃO DAS REDES SANEA/BÁSICO R.1º DEZEMBRO	628.994,12	441.795,85	Concluído
REMODELAÇÃO REDES SANEAMENTO BASICO PERAFITA-2ª FASE	921.499,18	571.912,31	Concluído
ARRUAMENTOS DE REINERÇÃO URBANÍSTICA – LAVRA 4 e LAVRA 5	525.081,00	341.302,65	Concluído
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO BÁSICO DA ENV. AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	597.114,06	388.124,10	Concluído
COBERTURA E DESODORIZAÇÃO DOS DESARENADORES E DECANTADORES DA ETAR DE MATOSINHOS	1.556.377,61	1.011.645,70	Concluído
SUBSTITUIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS NA ZONA ENVOLVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	721.103,67	471.024,92	Concluído
INFRA-ESTRUTURAS – RUA VELOSO SALGADO, RUA CATASSOL E SANTANA E TRAV. DE SANTANA	864.895,00	528.883,15	Em execução
<b>TOTAL MEDIDA 1.1</b>	<b>9.042.471,59</b>	<b>5.756.999,90</b>	
<b>MEDIDA 1.2 REDES E SISTEMAS DE TRANSPORTES LOCAIS</b>			

LIGAÇÃO SENDIM/MONTE PIPOS/LOMBA STA CRUZ DO BISPO	602.747,37	441.245,68	Concluído
OBRAS DO PLANO CIRCULAÇÃO PARQUE BASÍLIO TELES	2.534.277,39	1.900.708,04	Concluído
<b>TOTAL MEDIDA 1.2</b>	<b>3.137.024,76</b>	<b>2.341.953,72</b>	
<b>MEDIDA 1.3 QUALIF. TERRITORIAL</b>			
PARQUE DESPORTIVO E RECREATIVO DE LEÇA DA PALMEIRA	3.862.491,40	2.896.868,55	Concluído
CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO 2 PISCINAS COBERTAS CUSTOIAS PERAFITA	2.858.860,15	2.144.145,11	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ENVOLVENTE AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	1.039.787,00	675.861,84	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ZONA ENVOLVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	1.206.329,00	844.430,51	Concluído
<b>TOTAL MEDIDA 1.3</b>	<b>8.967.467,55</b>	<b>6.561.306,01</b>	

### Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FEDER)

#### **Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 131.999,08 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 98.999,31 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FEDER)

PO – NORTE	DESPEZA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>MEDIDA 1.4 VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO REGIONAL LOCAL</b>			
NOVOS OLHARES SOBRE O ESPÓLIO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	131.999,08	98.999,31	Em execução
<b>TOTAL MEDIDA 1.4</b>	<b>131.999,08</b>	<b>98.999,31</b>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FEDER), do ON – Programa Operacional da Região do Norte são de, respectivamente, 131.999,08 Euros e 98.999,31 Euros.

## Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada

### Medida 3.10 – Desporto

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 2.232.939,73 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.674.704,80 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se concluída, apresentando uma taxa de execução de 100%..

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON-PO Norte

PO – NORTE	DESPEZA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>MEDIDA 3.10 – DESPORTO</b>			
CONSTRUÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA SENHORA DA HORA	2.232.939,73	1.674.704,80	Concluído
<b>TOTAL MEDIDA 3.10</b>	<b>2.232.939,73</b>	<b>1.674.704,80</b>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 2.232.939,73 Euros e 1.674.704,80 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP III**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

### **Medida 9.1 – Apetrechamento Informático de escolas e ligação à Internet e Intranet's**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 173.996,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 130.497,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

### **Medida 9.2 – Conteúdos Multimédia Educativos**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 65.431,69 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 49.073,77 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do PRODEP III

PRODEP III	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 9.1 – APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DE ESCOLAS E LIGAÇÃO À INTERNET E INTRANET'S	173.996,00	130.497,00	Em execução
MEDIDA 9.2 – CONTEÚDOS MULTIMÉDIA EDUCATIVOS	65.431,69	49.073,77	Em execução
TOTAL PRODEP III	239.427,69	179.570,77	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do PRODEP III são de, respectivamente, 239.427,69 Euros e 179.570,77 Euros.

No âmbito do **Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – POS-Conhecimento**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

### **Medida 4.3 – Promover a utilização da Internet de banda larga**

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 63.197,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 41.078,05 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 65%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POS-CONHECIMENTO

POS-CONHECIMENTO	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>MEDIDA 4.3 – PROMOVER A UTILIZAÇÃO DA INTERNET DA BANDA LARGA</b>			
MATOSINHOS – CULTURA DIGITAL	13.776,04	8.954,43	Em execução
APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DOS JARDINS DE INFÂNCIA DE MATOSINHOS	49.420,96	32.123,62	Em execução
<b>TOTAL PRODEP III</b>	<b>63.197,00</b>	<b>41.078,05</b>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POS-Conhecimento são de, respectivamente, 63.197,00 Euros e 41.078,05 Euros.

No âmbito do **Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

### **Medida 5.6 – Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços da Promoção do Desenvolvimento Social**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 233.889,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 140.333,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 60%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POEFDS

POEFDS	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 5.6 – CONSTRUÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO DA BIQUINHA	233.889,00	140.333,00	Em execução
TOTAL POEFDS	233.889,00	140.333,00	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POEFDS são de, respectivamente, 233.889,00 Euros e 140.333,00 Euros.

No âmbito do **Programa Operacional da Cultura – POC**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

### **Medida 1.2 – Acção 1 – Obras de construção, recuperação ou valorização nos museus**

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 944.550,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 472.275,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 50%. Esta candidatura integra a Bolsa de Overbooking criada pelo POC, podendo vir a ser financiada, caso exista dotação financeira remanescente.

## Medida 2.1 – Acção 1 – Construção, recuperação e valorização de recintos culturais

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 3.800.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.900.000,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 50%. Esta candidatura integra a Bolsa de Overbooking criada pelo POC, podendo vir a ser financiada, caso exista dotação financeira remanescente.

Total das candidaturas apresentadas no âmbito do POC

POC	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.2 – REMODELAÇÃO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	944.550,00	472.275,00	Candidatura em Overbooking
MEDIDA 2.1 – REMODELAÇÃO DO TEATRO CONSTANTINO NERY	3.800.000,00	1.900.000,00	Candidatura em Overbooking
TOTAL PRODEP III	4.744.550,00	2.372.275,00	

Em termos globais, os valores elegíveis e a comparticipação prevista para as candidaturas no âmbito do POC foram de, respectivamente, 4.744.550,00 Euros e 2.372.275,00 Euros.

## 2. Fundo Social Europeu – FSE



Em termos de Fundos Estruturais, vertente FSE, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e até ao final do ano de 2006, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou quatro candidaturas, integradas no Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte.

**Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FSE)****Medida 1.5 – Formação para as Autarquias Locais – FORAL**

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 233.879,76 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 175.409,82 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Das quatro candidaturas, duas já encontram concluídas, estando as restantes em execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FSE)

PO-NORTE	DESPEZA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>MEDIDA 1.5 – FORMAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS</b>			
CANDIDATURA 1.5.27 – FORMAÇÃO	75.438,13	56.578,60	Concluído
CANDIDATURA 1.5.116 – FORMAÇÃO	73.571,93	55.178,95	Concluído
CANDIDATURA 1.5.217 – CERTIFICAÇÃO DAS CASAS DA JUVENTUDE	65.706,80	49.280,10	Concluído
CANDIDATURA 1.5.418 – ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA – FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE	18.091,03	13.568,27	Concluído
<b>TOTAL PRODEP III</b>	<b>232.807,89</b>	<b>174.605,92</b>	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FSE), do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 232.807,89 Euros e 174.605,92 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

Também em termos de FSE, a Câmara Municipal de Matosinhos cumpriu todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, com os Relatórios Finais de Execução, de cada uma das candidaturas, entregues e aprovados.

### Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

A Câmara Municipal de Matosinhos integra uma parceria no âmbito do projecto “IMAPS – Gestão Integrada de Riscos e Ambiente em Cidades Portuárias”, cuja chefe de fila é a Comunidade Urbana de Brest.

- A candidatura aprovada, tem como valor elegível para a Câmara Municipal de Matosinhos 100.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 75.000,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura está em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

INTERREG III C	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>ESPAÇO OESTE</b>			
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E AMBIENTE EM CIDADES PORTUÁRIAS	100.000,00	75.000,00	Em execução
<b>TOTAL INTERREG III C</b>	<b>100.000,00</b>	<b>75.000,00</b>	

O projecto tem uma duração de dois anos, contados a partir de Setembro de 2005, encontrando-se a 31/12/2006, com uma execução de aproximadamente 33 %.

### Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES

A Câmara Municipal de Matosinhos em colaboração com algumas das instituições de apoio social, com sede no concelho, apresentou um conjunto de candidaturas, visando a criação de 220 novos lugares nas respostas sociais destas instituições.

- As candidaturas apresentadas prevêem um financiamento, pelo programa, de 2.763.315,56 Euros e encontram-se actualmente em fase de análise.



**Execução do Plano de Actividades**

# **Recursos Humanos**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

A gestão dos recursos humanos tem um papel cada vez mais preponderante nas organizações para a concretização dos seus objectivos.

Gerir organizações do ponto de vista humano, é muito mais do que gerir procedimentos administrativo/laborais, pese embora a legislação assuma importância vital numa Administração Pública que se pauta, actualmente, por ideias reformistas com adopção de novos modelos de gestão. O factor determinante é o modo como a organização explora o potencial associado aos instrumentos de gestão de recursos humanos: a forma como a organização utiliza esses instrumentos que se revela chave no contributo da gestão das pessoas para o desempenho da mesma procurando-se atingir resultados excelentes.

No âmbito da estratégia de recursos humanos definida, estão a ser dinamizadas um conjunto de acções que, na sua globalidade, dão corpo a uma visão: o reconhecimento das pessoas como um activo valioso da organização. Nesse sentido, durante o ano a respeito o presente documento, deu-se continuidade ao grande investimento na formação profissional, comprometendo-se a organização a fornecer aos seus colaboradores os melhores meios de formação e pedindo a estes igual contrapartida no desenvolvimento das suas competências.



Uma outra preocupação que foi ultrapassada situou-se ao nível da alteração ao quadro de pessoal da Câmara, de modo a integrar os futuros funcionários dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, que não pretendam incorporar os quadros da empresa concessionária.

Por último, de salientar a implementação da avaliação de desempenho: o SIADAP/SIADAL, visa o desenvolvimento coerente e integrado de um modelo global de avaliação que constitua um instrumento estratégico para a criação de dinâmicas de mudança, de motivação profissional e de melhoria de Administração Pública. Visa diferenciar os colaboradores em função dos seus méritos e esforço dedicado às Organizações Públicas e ao contributo para a realização dos objectivos, com a finalidade de os recompensar.

### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da formação profissional, elaborou-se um Plano de Formação conduzido por uma empresa externa especializada e com o envolvimento:

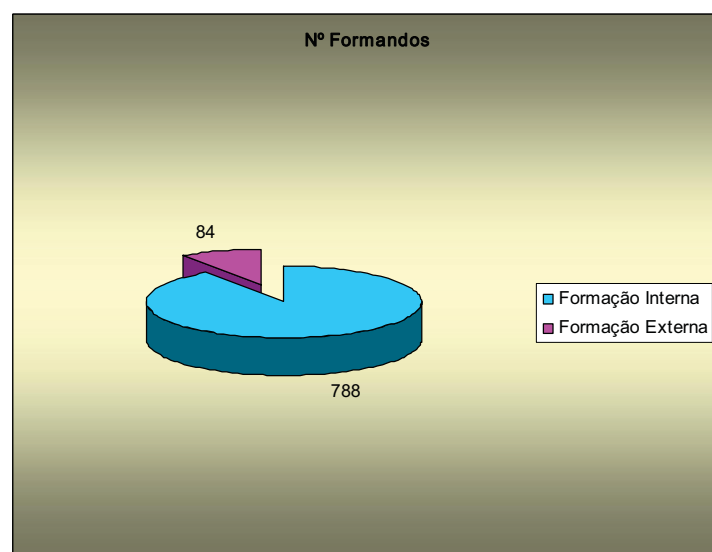
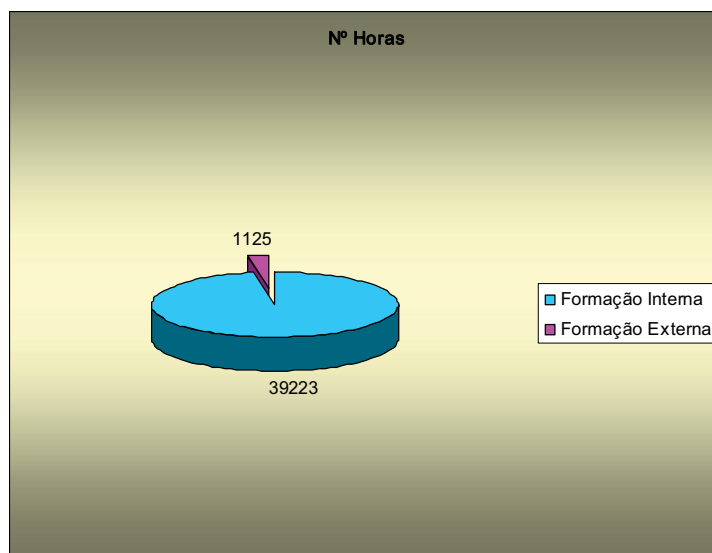
Da administração Municipal;

Dos Dirigentes dos serviços;

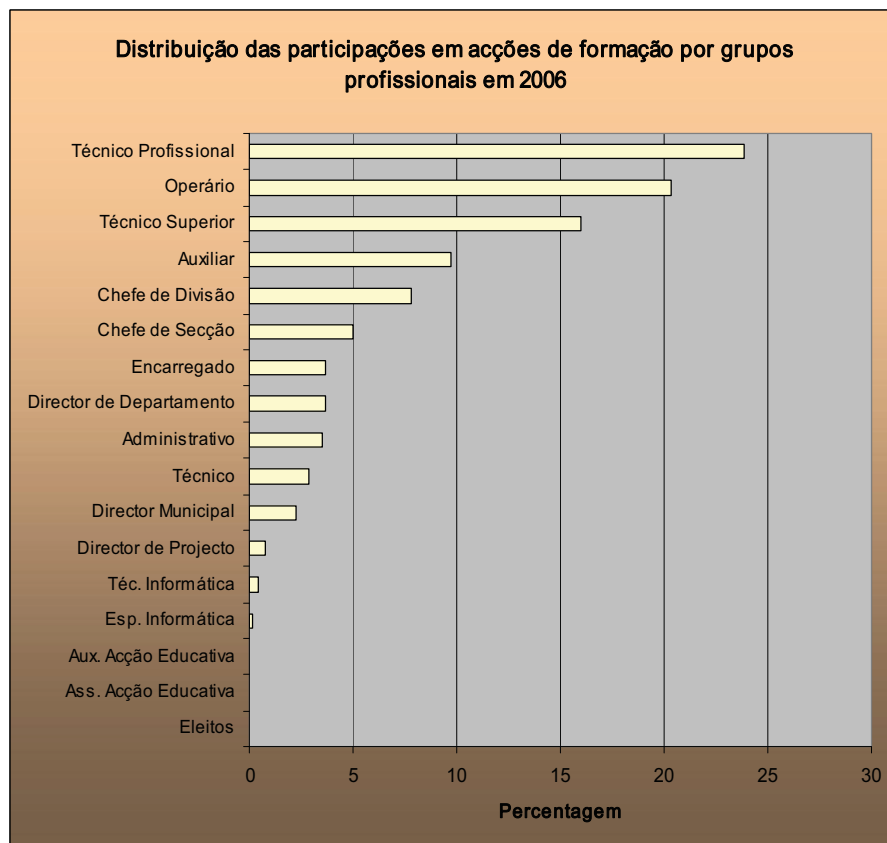
De todos os outros funcionários;

Deu-se início a um amplo processo de Certificação, Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências – CRVCC, no qual estiveram envolvidos 94 funcionários.

Nos gráficos seguintes poderemos analisar as acções de formação interna e externa, pelo número de horas de formação e de participação de formandos:



Em 2006, dadas as particularidades da formação ministrada neste ano, os grupos mais representados foram os Técnicos Profissionais, os Operários, os Técnicos Superiores, os Auxiliares e Dirigentes/Chefias, conforme é ilustrado no gráfico seguinte:



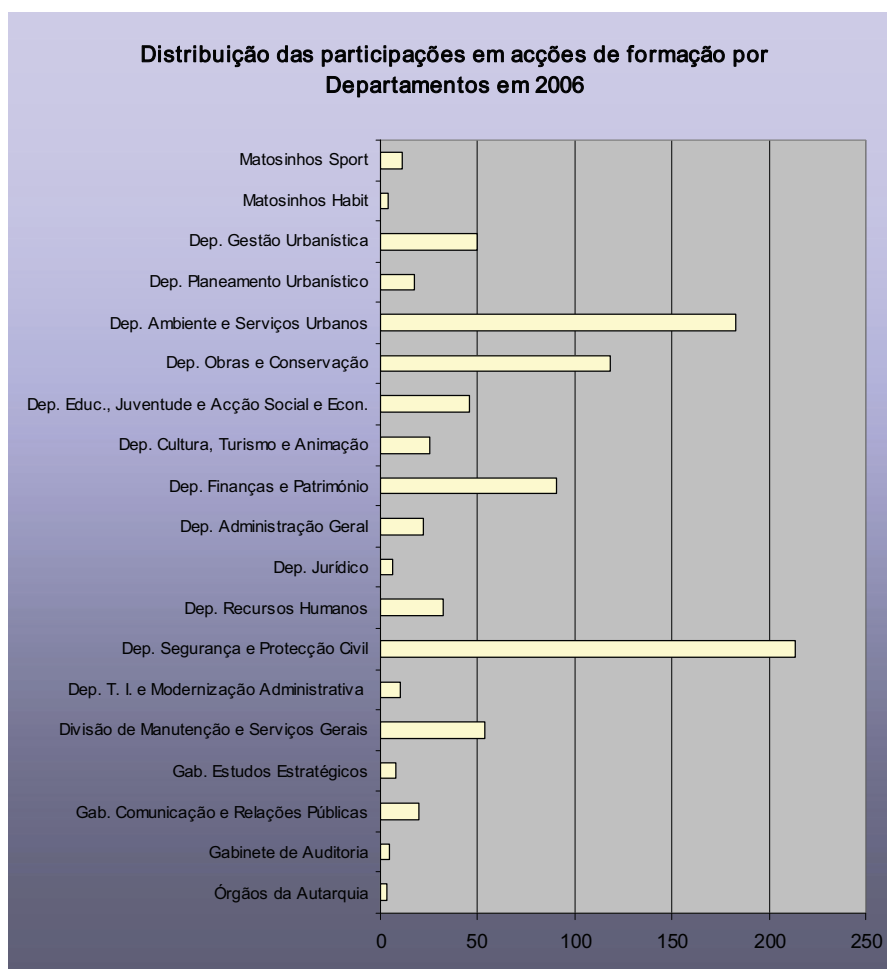
Esta inversão de tendência dos últimos dois anos prende-se com a cada vez maior preocupação dada por parte do executivo aos grupos profissionais com menores habilitações e consequente incentivo à obtenção da actual escolaridade mínima obrigatória.

O acréscimo de formação do pessoal operário deveu-se também à realização de um projecto de Formação/Acção na área da Higiene e Segurança no Trabalho desenvolvido na Divisão de Intervenções por Administração Directa.

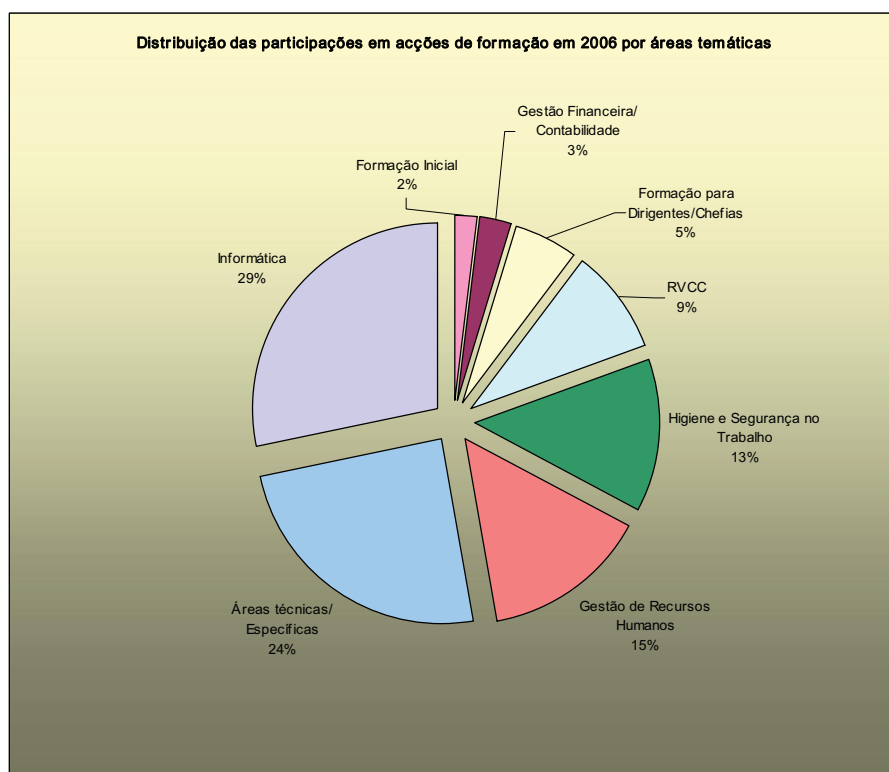
Este ano caracterizou-se também por um acréscimo da formação dos Dirigentes/Chefias. Este acréscimo teve por base a publicação de nova legislação e resultou na realização do Seminário de Alta Direcção em Administração Local e do Novo Regime de Avaliação do Desempenho (SIADAP). Realizou-se o Curso para Chefes de secção ministrado pelo CEFA.

No que respeita aos Técnicos Profissionais, este volume de formação centrou-se essencialmente na carreira de Polícia Municipal. Com a entrada de novos agentes municipais, organizou-se o 13.º Curso de Formação para Polícia Municipal, ministrado pelo CEFA. No entanto, este volume de formação deve-se essencialmente a uma necessidade de formação de “cursos à medida” para os agentes municipais. Estes “cursos à medida”, com conteúdos programáticos adaptados e formadores de própria polícia, foram também ministrados pelo CEFA, sem custos.

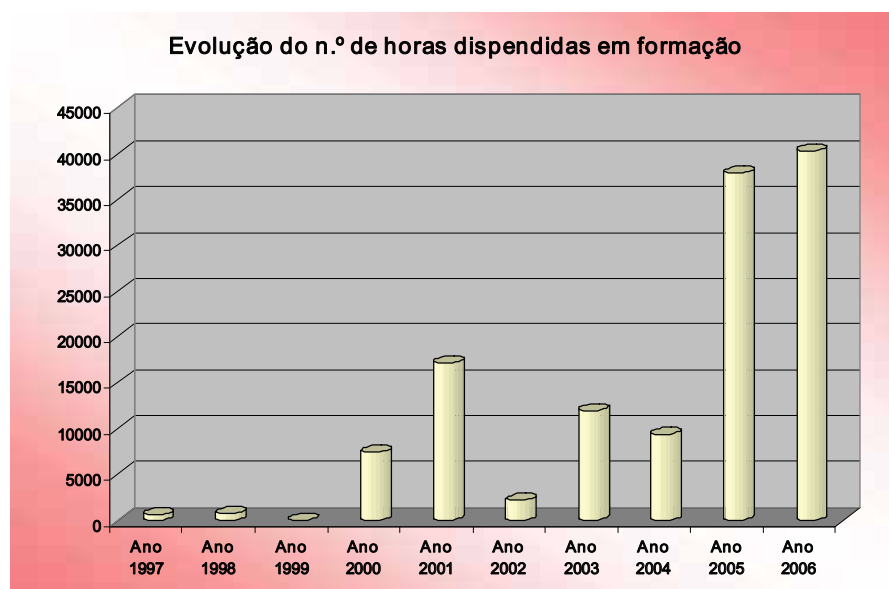
Em 2006 a distribuições das participações em acções de formação por Unidades Orgânicas foram mais variáveis tendo-se salientado o Departamento de Segurança e Protecção Civil, o Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos e o Departamento de Obras e Conservação.



Na análise da formação realizada em 2006 por áreas temáticas verificamos que há uma clara incidência da formação na área da Informática, Áreas Técnicas/ Específicas, Gestão de Recursos Humanos, Higiene e Segurança no Trabalho e RVCC.



Em 2006 foram proporcionadas cerca de 40 mil horas de formação profissional, o que representa uma forte aposta do executivo municipal.



O ano 2006 ficou marcado pelo fim dos fundos comunitários de apoio à formação, ou seja, esgotou a totalidade da verba afecta à tipologia “Acções de Formação profissional”, da Medida 1.5 – Linha de Acção 1 – Programa FORAL.

Esta situação conduziu a que a despesa com formação aumentasse em relação ao ano passado.

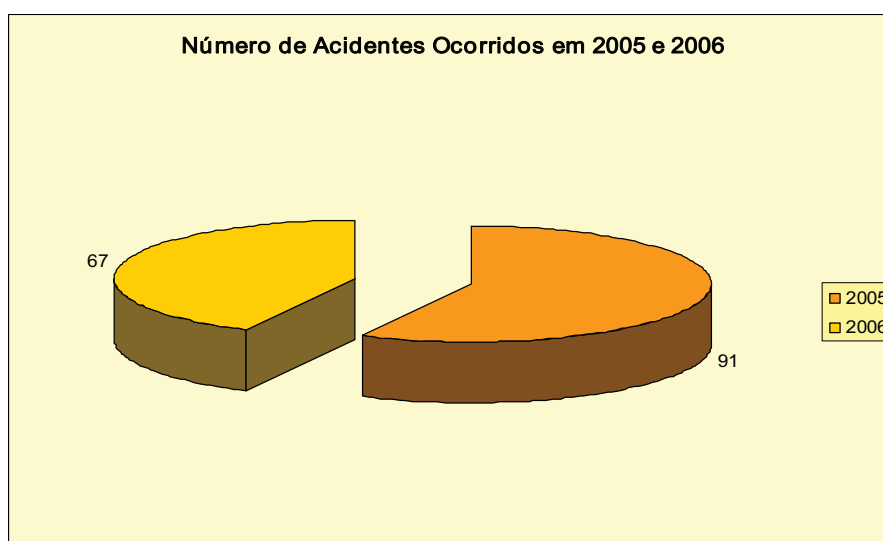
No entanto o total pago a 31 de Dezembro do ano transacto situou-se na ordem dos 25.000,00 €, conforme é descrito na seguinte tabela:

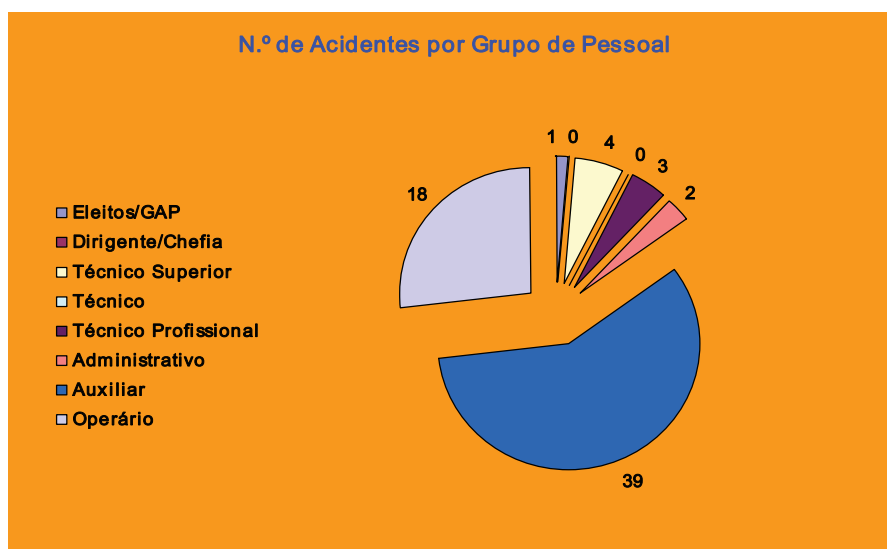
Saldo a 01/01/2006	Total cabimentado	Total pago a 31/12/2006	Despesa com formação externa	Despesa com formação interna
110.000,00€	26.853,53 €	24.983,53 €	13.977,57 €	10.917,76 €

### ACIDENTES EM SERVIÇO:

Comparativamente com o ano de 2005, houve um decréscimo no número de acidentes, bem como no número de dias úteis perdidos.

Pela análise da evolução dos mesmos, é possível fazer uma avaliação da eficácia do investimento feito na área da prevenção, nomeadamente, visitas de acompanhamento, propostas de melhorias e acções de sensibilização, informação e formação:





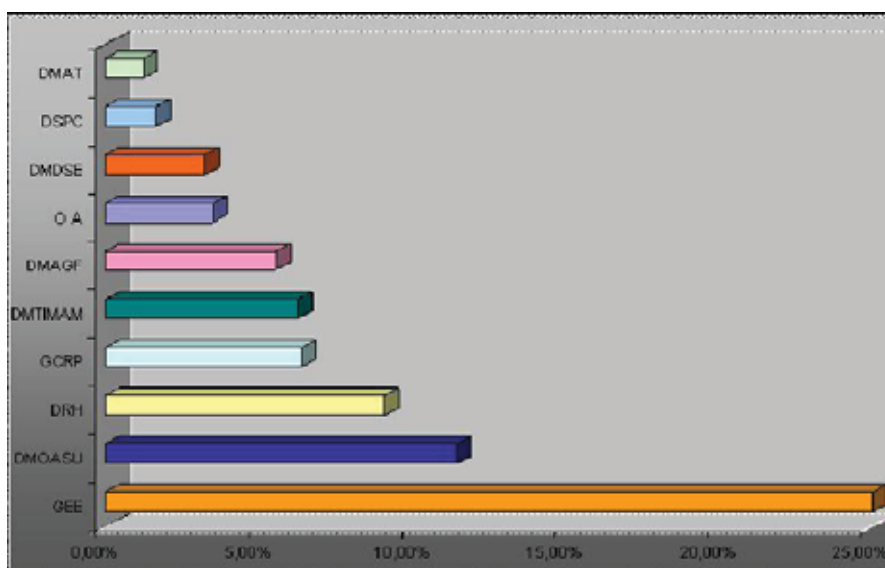
A tabela seguinte ilustra o número de acidentes ocorridos mensalmente e a respectiva gravidade, traduzida pelo número de dias perdidos:

Registo de acidentes ocorridos em 2006

Mês	N.º acidentes	N.º dias úteis perdidos
Janeiro	9	77
Fevereiro	7	101
Março	7	89
Abril	6	185
Maio	5	241
Junho	5	53
Julho	7	247
Agosto	6	30
Setembro	8	106
Outubro	1	16
Novembro	3	33
Dezembro	5	10
Total	69	1188

Em termos percentuais houve um decréscimo face a 2005 de menos 30% no número de acidentes e menos 55,82% no número de dias perdidos.

O gráfico seguinte ilustra os acidentes em serviço por unidade orgânica.



Salientam-se ainda outras actividades desenvolvidas na área de Higiene e Segurança no Trabalho:

- **Elaboração do Projecto de Regulamento Interno de Higiene e Segurança no Trabalho**

Com este Regulamento pretende-se estabelecer a organização, competência e funcionamento da actividade do Município na área da Higiene e Segurança no Trabalho, nomeadamente no que se refere à prevenção técnica dos riscos profissionais, promoção da segurança, higiene e saúde dos trabalhadores que prestam serviço ao Município de Matosinhos, independentemente do tipo de vínculo laboral e quaisquer que sejam as instalações e locais de trabalho onde exerçam a sua actividade.

- **Proposta de aquisição de Equipamentos de Protecção Individual, pelas diferentes classes profissionais, por Unidade orgânica**

Com vista à redução de acidentes de trabalho, numa perspectiva de prevenção, foi elaborado um mapa de Equipamentos de Protecção Individual, adequados às diferentes tarefas realizadas pelos colaboradores do Município.

- **Realização de Acções de Sensibilização e Formação, a nível interno, junto dos colaboradores**

Esta formação incidiu nas posturas de trabalho, nomeadamente, na “Movimentação Manual de Cargas”, uma vez que, e após análise dos

acidentes de trabalho ocorridos verificou-se que esta foi uma das principais causas de tais acidentes.

### HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito de higiene e segurança no trabalho, foram efectuadas diversas visitas aos diferentes serviços, tendo resultado a elaboração de relatórios de análise com propostas de medidas a implementar tendo em vista a correcção de situações que não cumpriam de forma satisfatória os normativos em vigor.

### MEDICINA NO TRABALHO

De acordo com as disposições legais, o Município de Matosinhos assegura a vigilância da saúde dos seus colaboradores, através de exames de saúde bem como consultas médicas, conforme tabela seguinte:

Registo de Análises, Exames e Consultas realizados em 2006

Análises	Exames	Consultas Médicas
419	517	1151

Devido aos diversos problemas familiares, sociais, económicos, entre outros, que estão presentes na nossa sociedade, surge o conceito de responsabilidade social, isto é, as preocupações sociais por parte do Município de Matosinhos em ajudar na resolução deste tipo de problemas, que vai muito além das questões laborais.

Neste sentido, foi criado em 10 de Novembro de 2006 o Gabinete de Apoio Social. A tabela seguinte permite analisar que já há uma grande adesão a este Gabinete, que pretende vir a ser um facto de equilíbrio da saúde profissional do colaborador:

Registo de processos no Gabinete de Apoio Social

Processos	Em curso	Altas
11	9	2

### ABSENTISMO

No que diz respeito ao absentismo, foi efectuada uma análise baseada na idade média dos trabalhadores, categoria profissional, sexo, tipo de horário e unidade orgânica, que determina que o maior índice de absentismo situa-se na faixa etária entre os 25 – 59 anos.

Relativamente à categoria profissional, é de referir que o pessoal auxiliar é o que tem maior grau de absentismo com 49,9% das faltas.

Por sexo, salienta-se que as mulheres faltam mais que os homens (57,65% contra 42,35%).

### QUADRO DE PESSOAL E CARREIRAS PROFISSIONAIS

Em 2006, foi elaborada proposta de alteração do Quadro de Pessoal com vista à eventual integração dos funcionários dos SMAS – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, que não venham a querer integrar a concessão. O quadro foi publicado em Diário da República e, à presente data, o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Matosinhos, já contempla vaga para integração futura dos funcionários daquele organismo.

Na sequência da publicação do Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho, procedeu-se à análise do novo modelo de avaliação de desempenho e consequente desenvolvimento do processo com vista à sua implementação, envolvendo:

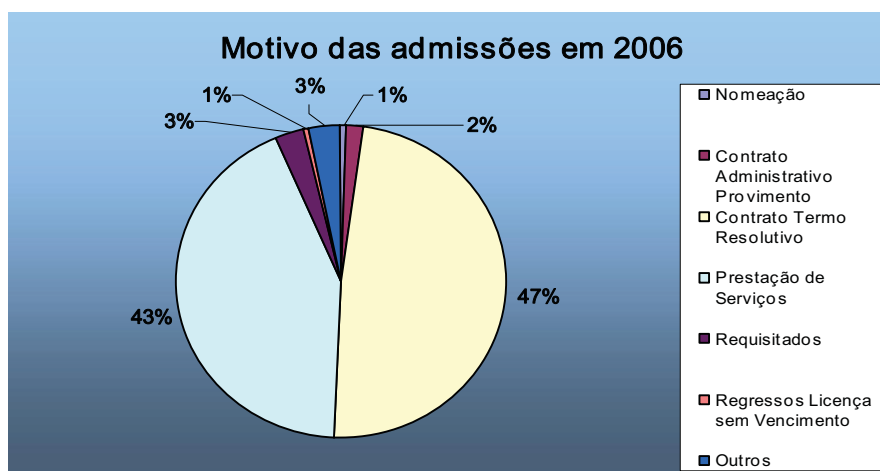
- Contratação de uma empresa externa especializada para coordenar o processo;
- Definição de indicadores para o processo envolvendo a administração municipal, os dirigentes dos serviços e cada um dos restantes funcionários;
- Elaboração da proposta de Regulamento da Comissão de Avaliação, submetendo-o à apreciação da Comissão de Trabalhadores, reunião de Câmara e publicação em Diário da República (ocorreu a 29 de Janeiro p.p.);

Efectuou-se a análise, reavaliação e decisão sobre os processos dos Concursos Externos abertos à data da posse do executivo em funções, devido às regras exaradas no Orçamento de Estado sobre controlo da despesa em sede de contratação de pessoal, de que resultou:

- A tramitação procedimental de **11** concursos externos;
- A suspensão de **10** concursos externos;
- A conclusão de **5** concursos externos.

Em 2006, foram admitidos/regressados 188 novos colaboradores: 1% por nomeação, 2% em regime de contrato administrativo de provimento, 47% contratados a termo resolutivo, 43% em regime de prestação de serviços, 1% de regressos de licença sem vencimento e 3 de outras situações.

A elevada percentagem de contratados a termo resolutivo e em situação de prestação de serviços tem por base as novas competências das autarquias, designadamente, a colocação de professores nas escolas primárias.



No âmbito dos concursos internos de promoção desenvolveram-se os respectivos processos num total de 90 concursos concluídos durante o ano de 2006.

Foram elaboradas novas medidas para enquadrar pedidos de Reclassificação Profissional no futuro, o que envolveu:

Realização de reuniões de trabalho com as organizações representativas dos trabalhadores – Comissões de Trabalhadores e Sindicatos;

- Elaboração de proposta com novas medidas aprovadas pelo Executivo Camarário

Foram apreciados e decididos 16 processos de Reclassificação Profissional tendo em conta os normativos em vigor e as necessidades dos serviços, o que envolveu:

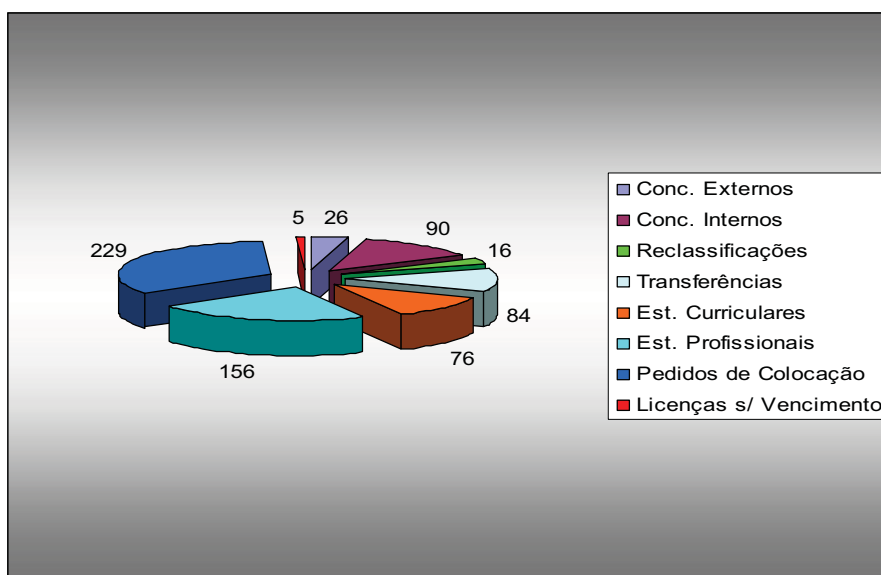
- Recolha de informação dos dirigentes dos serviços de origem e de destino;
- Decisão sobre o eventual andamento do processo;
- Acompanhamento do período de transição;
- Decisão final;

Procedeu-se igualmente à análise e decisão sobre outros processos, designadamente:

- 84 transferências, de que resultou a aceitação de 7 transferências para este município;
- 76 estágios curriculares, dos quais 37 foram autorizados; 156 pedidos de estágios profissionais dos quais foram deferidos no ano transacto, 15;
- 229 pedidos de colocação;
- 5 licenças sem vencimento, solicitadas por funcionários do respectivo quadro.

O seguinte gráfico ilustra o número de processos que foram analisados (neste gráfico não está contemplado a tramitação de concursos externos em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo/prestações de serviços):

## N.º de Processos Analisados



O número total de efectivos diminuiu 8,5%, de 2003 para 2004, aumentou 12,9%, de 2004 para 2005, e voltou a aumentar 11,5%, de 2005 para 2006.

Constata-se que 50,2% dos efectivos são do sexo feminino e 49,8% são do sexo masculino. Verifica-se uma inversão comparativamente com o ano 2005 visto que neste ano a percentagem de efectivos do sexo masculino era de 55% e 45% do sexo feminino.

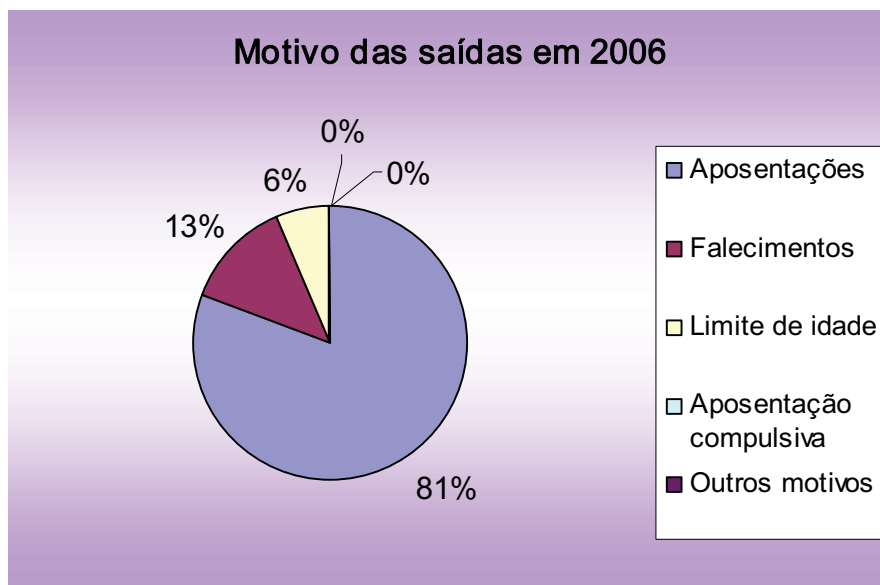
A média de idades aumentou em 2004 mas nos últimos dois anos tem vindo a registar uma quebra. Em 2006 a média de idades foi de 41 anos.

O número de efectivos admitidos e regressados tem vindo a aumentar: de 2003 para 2004 registou um aumento de 20%, de 2004 para 2005 aumentou 127% e de 2005 para 2006 aumentou cerca de 52,8%.

No que respeita às saídas, estas registaram um decréscimo entre 2003 e 2005. Em 2006, as saídas aumentaram 27,6%.



Quanto ao motivo das saídas podemos verificar que a maioria, cerca de 81%, teve como motivo a aposentação.





## **Execução do Plano de Actividades**

# **Educação e Ciência**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

Este relatório pretende de uma forma sucinta apresentar todas as actividades realizadas no âmbito da Educação e Formação durante o ano de 2006.

Dedicou-se tempo especial à elaboração da Carta Educativa, cuja homologação se efectuou no dia 20 de Dezembro de 2006.

Desenvolveu-se e dinamizou-se o apoio a iniciativas de carácter pedagógico da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias.

O ano foi também marcado por uma grande visibilidade pelo impacto obtido na organização/implementação do projecto “pioneiro” **Escola a Tempo Inteiro**.

Assegurou-se a continuidade do trabalho relativo à implementação do ensino da Língua Inglesa nos 3.º e 4.º anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito do qual assumimos um papel preponderante na organização e na monitorização/avaliação.



Aumentou-se os apoios educativos e sócio-educativos, como forma de promover o sucesso educativo e de corrigir assimetrias sociais e educativas.

No que diz respeito a outras actividades salientamos o reforço do programa de requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-escolar.

Em síntese podemos afirmar que reforçamos o investimento na Educação com a perfeita noção de que é um investimento prioritário para o desenvolvimento do concelho e para a qualificação educativa e formativa das nossas crianças e dos nossos jovens.

## 1. Acção Social Escolar

Os apoios sócio-educativos são para a Câmara Municipal de Matosinhos, instrumentos fundamentais, facilitadores na promoção do acesso à educação e ao ensino, sendo também instrumentos de justiça social e de correcção de assimetrias sócio-educativas.

Desta forma a Acção Social Escolar, organizou-se considerando os seguintes critérios de actuação:

### 1.1. Material Escolar e Manuais aos Alunos Carenciados

Esta medida, que tem como objectivo facilitar o acesso de todos os alunos à escolaridade básica, traduziu-se na transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas no valor global de 105.000,00€ para comparticipar os custos com a aquisição de Manuais e Material Escolares dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico tendo em conta o rendimento do respectivo agregado familiar e de acordo com os seguintes escalões:

- 1.º/2.º Anos – escalão A = 40,00€ /aluno/ano
- 1.º/2.º Anos – escalão B = 20,00€ /aluno/ano
- 3.º/4.º Anos – escalão A = 50,00€/aluno/ano
- 3.º/4.º Anos – escalão B = 25,00€ /aluno/ano



## **1.2. Transportes Escolares**

A Câmara Municipal assegurou o transporte a um universo de 1334 alunos, fundamentalmente dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, que residem a mais de 4 km do estabelecimento de ensino, ou em qualquer situação extraordinária, como por exemplo, em percursos perigosos.

Aos alunos do ensino secundário integrados em cursos tecnológicos e em cursos de educação e formação foi igualmente concedido, sempre que tal se justificou, um apoio de 50% dos custos das deslocações. Foram ainda apoiados com transporte adequado os alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Neste âmbito o investimento total foi de 369.000,00€.

É importante referir também a oportunidade que as escolas tiveram em utilizar o autocarro municipal, que se encontrou diariamente ao serviço da educação e realizou cerca de 75 viagens, ao longo do ano, permitindo a concretização de muitos projectos desenvolvidos pelos professores/alunos.

## **1.3. Alimentação/Cantinas**

Esta acção abrangeu cerca de 3500 crianças/alunos/dia dos quais cerca de 3000 tinham origem em famílias carenciadas.

Ainda nesta área e com o objectivo de melhorar as condições de trabalho e de prestação deste tipo de serviço foram feitos investimentos, quer na conservação dos equipamentos, quer na aquisição de novos utensílios e equipamentos.

Globalmente, o investimento nesta medida ultrapassou os 800.00,00€.



## 2. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo ensino aprendizagem seja cada vez mais um desafio há implementação e desenvolvimento de boas práticas.



Por outro lado e como medida de transição indispensável para assegurar o alargamento do número de turmas a funcionar em regime normal e permitir o normal desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular, foram instalados um pouco por todo o concelho, pavilhões pré-fabricados (num total de 52). Com esta medida reduziram-se as situações de regime duplo ao mínimo possível e aumentou-se em 86 o número de turmas a funcionar em regime normal.

Neste programa **salienta-se a excelente articulação entre os serviços municipais de educação e os serviços de obras e de projectos municipais** de que resultou a concretização de um conjunto significativo de objectivos de requalificação e/ou de ampliação de equipamentos escolares de que se salientam:

## 2.1. Requalificação/Manutenção/Ampliação dos edifícios

Neste âmbito salienta-se a excelente articulação entre os serviços municipais de educação e os serviços de obras e de projectos municipais de que resultou a concretização de um conjunto significativo de objectivos de requalificação e/ou de ampliação de equipamentos escolares de que se salientam:

Estabelecimento de Educação/Ensino	Tipo de obra	Estado de realização no final do ano
JI Farrapas – Perafita	Nova	Concluída
JI Monte da Mina – Leça do Balio	Requalificação total	Concluída
EB1 Padre Manuel Castro – S. M. Infesta	Requalificação total	80% realizada
EB1/JI Cabanelas – Lavra	Requalificação total	80% realizada
EB1 Santiago – Custóias	Requalificação total	20% realizada
EB1/JI 4 Caminhos – Senhora da Hora	Requalificação total	Adjudicada
EB1 Corpo Santo – Leça da Palmeira	Requalificação total	Adjudicada
EB1/JI Florbela Espanca – Matosinhos	Pequena Obra	Concluída
EB1 Asprela – S. Mamede de Infesta	Pequena obra	Concluída
EB1 Esposade – Custóias	Pequena obra	Concluída
EB1 Godinho – Matosinhos	Pequena obra	Concluída
JI Guarda – Perafita	Pequena obra	Concluída
EB1/JI Monte Ramalhão – Guifões	Pequena obra	Concluída
Escola de Música Óscar da Silva – Matosinhos	Nova	20% realizada
EB1/JI Quinta de S. Gens – Senhora da Hora	Requalificação e Ampliação	Projecto
EB1/JI Biquinha – Matosinhos	2.ª fase (trabalhos complementares)	Projecto
JI n.º1 de Custóias – Custóias	Novo edifício	Projecto
EB1/JI Igreja Velha – S. Mamede de Infesta	Ampliação	Projecto
JI Angeiras – Lavra	Nova (edifício da EB1 Angeiras)	Projecto

De salientar que este conjunto de obras representa um investimento superior a 6.000.000,00€.



Ainda neste âmbito e para a realização de pequenas reparações nos edifícios, foram celebrados protocolos de transferência de verbas e responsabilidades. Foram transferidos para as Juntas de Freguesia cerca de 400.000,00€, destinados à gestão corrente dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

## **2.2. Mobiliário Escolar e Equipamentos de Apoio Educativo Diverso**

O fornecimento de mobiliário às novas instalações educativas, nomeadamente para as salas pré-fabricadas colocadas em diversas EB1's, de forma a garantir o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular. O investimento considerado foi de 303.400,00€.



Também os parques infantis, instalados nos JI's, considerados como elementos lúdicos de grande interesse pedagógico, foram alvo de atenção especial, já que, foi efectuado um levantamento rigoroso da sua existência, condições de segurança e conservação, tendo em vista, não só a criação de novos parques, mas também, intervenções ao nível do melhoramento e da manutenção/conservação.

### **2.3. Gestão Corrente dos Jardins-de-infância e das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Neste âmbito operou-se em 2006 uma alteração significativa traduzida na transferência de verbas directamente para os Agrupamentos de Escolas em lugar das Juntas de Freguesia como vinha acontecendo há vários anos. Foram realizadas transferências de verbas destinadas ao pagamento dos consumos de água, electricidade, telefone, gás, bem como para a aquisição de material pedagógico, material de desgaste, realização de visitas de estudo e para contratos de manutenção entre outras despesas. O valor global das transferências efectuadas foi de 750 000,00€



### **2.4. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar**

É da responsabilidade da Câmara Municipal de Matosinhos a colocação de pessoal não docente nos JI's. O Acordo de Cooperação estabelecido com a DREN/ME, previu para 2006 a colocação de 47 Assistentes/Auxiliares de Acção Educativa, no âmbito da Componente Educativa, em 59 salas do Pré-Escolar.

A colocação de 24 Assistentes/Auxiliares de Acção Educativa, no âmbito da Componente Social, em 24 salas com prolongamento de horário.

Esta atitude permitiu a qualificação do serviço de apoio pedagógico e ao mesmo tempo eficácia no serviço e nos constrangimentos existentes.

De salientar também, o apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais.

### 3. Apoios Sócio-Educativos e Curriculares

Tendo como objectivo contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades de elevado potencial educativo, foram diversas as acções apoiadas conforme se especifica:

- Bolsa de Emparceiramento Rotário (esta bolsa corresponde a um subsídio de 750,00 € a atribuir ao aluno que frequente o ensino superior, com sucesso educativo e apresente dificuldades económicas);
- “Prémio Augusto Gomes”, iniciativa organizada pela Escola Secundária Augusto Gomes;
- Torneio desportivo Inter-Escolas Secundárias de Matosinhos;



- XII Torneio de Voleibol da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, envolveu a participação de 100 estabelecimentos de ensino, dois de Espanha e uma participação superior a 800 alunos/dia. Esta acção foi apoiada com o valor de 1 000,00€;
- Taça Luís Figo, a sua realização constitui, para a Câmara, um investimento de 24 300,00€;



- Universidade Júnior (foram apoiados quatro alunos referenciados pelas EB2,3 e que se inscreveram para frequentar um conjunto de actividades a realizar pela Universidade do Porto);
- Apoio em termos de cedência do autocarro municipal ao Projecto PIEF, no âmbito do protocolo celebrado com a EB2,3 de Matosinhos, contribuindo para uma resposta educativa e formativa adequada a um percurso alternativo a 12 jovens que se encontravam numa situação de abandono escolar;
- O Dia Mundial da Criança foi, à semelhança de anos anteriores, lembrado com uma oferta de lápis. Envolveu cerca de 7 600 alunos, distribuídos pelos JI's e EB1's.

Atendendo às relações institucionais existentes entre a Câmara Municipal e as Associações de Pais do Concelho e considerando o empenhamento e desenvolvimento do trabalho colaborativo destas, com alguns estabelecimentos de ensino, a Câmara disponibilizou em 2006, 3000,00€ para a concretização de algumas acções.



## **Execução do Plano de Actividades**

# **Juventude**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

No ano de 2006, e em todas as suas áreas de actividade, a Divisão da Juventude consolidou as prioridades estratégicas definidas, designadamente nos domínios da educação não formal e semi-formal, animação e informação. Foram introduzidos novos conceitos e implementados novos projectos que se revelaram fundamentais para a afirmação dos jovens, fornecendo-lhes os instrumentos para enfrentarem novos desafios, e resolverem com maior autonomia as problemáticas emergentes, proporcionando-lhes uma participação mais activa na dinâmica local.



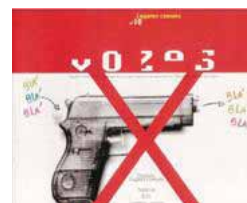
Com efeito, foi um ano de intensas e múltiplas aprendizagens, em que a Divisão da Juventude prosseguiu com a opção de uma intervenção transversal, baseada na qualificação e na formação contínua dos jovens, promovendo mecanismos de detecção das suas necessidades. Nesta óptica, o trabalho realizado explorou as dimensões da inovação aliadas à continuidade e ao reforço e fortalecimento das acções de educação-formação, tendo sido imprimida uma nova dinâmica nos *Projectos de Intervenção Juvenil*, disseminando-os pelas três Casas da Juventude, alargando a outras faixas da população e potenciando os seus resultados.

Houve ainda a preocupação em consolidar os projectos pilar que marcam presença habitual, nomeadamente nas dimensões da **música** – onde atingimos o 10º aniversário do *Festival internacional Matosinhos em Jazz* e o



inesquecível *Festival da Juventude*; das **artes ao desporto** – 5ª edição dos *Jogos da Juventude*; não descurando a **saúde juvenil** – *campanhas de sensibilização do sol, álcool, alimentação*; **animação lúdico pedagógica** – com aposta na ocupação dos tempos livres de forma diversificada, em diferentes áreas do desenvolvimento dos jovens, numa perspectiva integradora e inovadora, entre outras.

Também a formação cívica e a participação foram prioritárias, consubstanciadas, entre outras, no 10º aniversário do *Vozes*, no 1º *Seminário Autárquico de Políticas de Juventude* e no *Conselho Consultivo da Juventude*. Este órgão, entendido como resposta na promoção da participação, gera um sentido de cidadania e de mudança social, criando o “espaço” necessário para “dar voz” à vontade, opinião e reivindicação dos jovens.



Podemos considerar, pois, que se centrou a intervenção numa perspectiva multidisciplinar abarcando a complexidade das necessidades, desejos e problemáticas ligadas à juventude. Para tal, a articulação com parceiros, o estabelecimento de parcerias, o alargamento do trabalho em rede, consubstanciado no trabalho de colaboração com outras instituições permitiu registar uma evolução e potenciar conhecimentos numa óptica de troca de experiências e saberes.

É justo referir a importância crescente da aposta na criação das Casas da Juventude que têm passado por dinâmicas diferentes, capazes de dar respostas a problemáticas emergentes, sendo adoptada constantemente uma postura de revitalização e irreverência que tipifica esta faixa da população. São os locais, por excelência, onde se centralizam a grande maioria das iniciativas, que procuram servir os interesses da população em dimensões tão diversas como a orientação e apoio psicológico, a ocupação de tempos livres, o apoio ao estudo, a informação, a animação, o incentivo à formação contínua, ao desporto, à saúde, à prevenção de comportamentos desviantes.

Finalmente, e tendo em conta as exigências da sociedade moderna, nas suas múltiplas vertentes de rigor, transparência, eficiência e proximidade, é da maior importância incidir a nossa atenção para a modernização das estruturas e alteração da prestação de serviços convencionalmente estabelecidas – daí a aposta na **Certificação da Qualidade dos Serviços da Divisão da Juventude**, tendo como meta final a **Qualidade Total**.

## PIJ – PROJECTOS DE INTERVENÇÃO JUVENIL

O PIJ não é mais do que a sistematização de uma intervenção direccionada para as temáticas de construção e fortalecimento do self, com vista a formar protagonistas activos na construção de projectos de vida futura. Utiliza metodologias de prevenção primária da toxicodependência, promoção de estilos de vida saudáveis e auto-estima, e desenvolvimento de competências de autoconfiança, criatividade, responsabilização.

PROJECTO INTERVENÇÃO JUVENIL	N.º atendimentos	Acompanhamento	Problemáticas mais frequentes	Custo
CAOJ	333	52	Dificuldades escolares Orientação vocacional Apoio psicoterapêutico	-
	278	20		
	335	94		
VENCER NA ESCOLA	42		Métodos de estudo Estratégias de auto-regulação da aprendizagem	-
	25		*Interrompido devido ao projecto da escola a tempo inteiro	-
APRENDER A SER	21		Idades abrangidas: 8 aos 30 anos	2.143,30€
	48			
	31			
CAJ	953		Procura de informação e métodos anticoncepcionais	
JUST GIRLS	167		Idades abrangidas: 12 aos 16 anos	
CLUBE SAÚDE JUVENIL				-
- JPS	10			6704€
- CAMPANHA SOL	600			150€
- SEXUALIDADE	70			18,53€
- TABACO	760			979,20€
- ALIMENTAÇÃO	80			9936,52€
- ÁLCOOL	850			-
- SANGUE (18- 55)	27			-
-SAÚDE ORAL	800			270€
-DIA SIDA	80			-
<b>TOTAL</b>	<b>5510</b>			<b>19.931,55€</b>

### 1. Centro de Atendimento e Orientação Juvenil - CAOJ

Espaço de suporte para resolução de problemas e desenvolvimento de competências, em áreas como orientação vocacional, sexualidade, ansiedade, dificuldade de aprendizagem, depressão, hiperactividade. Promove o acompanhamento e orientação de jovens em situação de risco.

**2. Vencer na Escola** - avaliação e intervenção nos métodos de estudos, promoção de estratégias de auto-regulação da aprendizagem e facilitação de comportamentos escolares, e promoção de atitudes favoráveis e acções pró-activas face à aprendizagem.

**3. Aprender a ser** - Promoção do auto-conhecimento; promoção de estruturas e processos que conduzam a maior complexidade cognitiva, suscitando visões diferenciadas e críticas; promover uma crescente autonomização e construção da identidade.

**4. Centro de Atendimento a Jovens - CAJ** - equipa multidisciplinar constituída por médico e enfermeira que apoiam e informam educação e promoção da saúde nas áreas do planeamento familiar.



**5. Just Girls** - Capacitação das jovens para a tomada de decisões, ao mesmo tempo que promove a autonomização e construção da identidade sexual e responsabilidade social.

**6. Clube da Saúde Juvenil**- acções de sensibilização para adopção de hábitos e comportamentos saudáveis.

### FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E EMPREGO

A condição de jovem supõe ultrapassar o marco dos problemas biológicos, psicológicos, sociológicos e educativos, principalmente em relação à formação, inserção social e profissional, ócio e tempos livres, conflito de gerações e conduta social. Com o objectivo de fornecer uma resposta global e imediata aos seus problemas, em articulação com a escola, foram auscultados evidenciando interesses por temas relacionados com emprego, hábitos de estudo, dificuldades aprendizagem, estilos de vida saudáveis, adolescência, entre outras.

Tendo como preocupação dotá-los de competências para acederem ao mercado de trabalho em condições mais vantajosas, com identificação das áreas que melhor correspondem ao seu perfil e, simultaneamente, potenciar as suas mais valias, direccionando-as para a melhor opção profissional, a estratégia passou por fornecer as ferramentas do conhecimento para enriquecimento dos saberes, valorizando as suas capacidades pessoais, sociais e intelectuais.

FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E EMPREGO	Nº ATENDIMENTOS/ PARTICIPANTES
UNIVA	625
JOVENS NAS FORÇAS ARMADAS/ SEGURANÇA	60
CONVERSAS INFORMAIS MAS INFORMADAS	120
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	84
ENCONTRO COM PROFISSIONAIS	20
TOTAL	909

**1. UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa** - promoção da (re)integração profissional junto das entidades empregadoras, proporcionando informação/formação.

**2. Conversas Informais mais Informadas** – sob temáticas como:

Técnicas de Procura de Emprego;

Estilos de Vida Saudáveis;

Métodos e Hábitos de Estudo;

Gestão de Conflitos e Relacionamento Interpessoal;

Técnicas de Procura de Emprego.

**3. Orientação Profissional** - A finalidade da orientação é incentivar e habilitar os jovens para a criação de projectos de vida, com os quais se sintam capazes de garantir a continuidade. Percepcionou-se grande desmotivação face à procura de emprego/ formação, inexistência de projectos de vida e sentimentos de exclusão social.

## Música

Mantendo o empenhamento na consolidação versus diversificação e atracção de novos públicos, especialmente jovem, tem sido desenvolvido um trabalho de formação de hábitos e alargamento de fronteiras, junto da camada juvenil, permitindo a fruição de momentos culturais diversificados, dando particular ênfase à vertente pedagógica. Através do conjunto de acções dedicadas à expressão musical e fruição artística, foi possível “combater” o monolitismo estético e cultural associado à música, impulsionando hábitos culturais e musicais, abrindo campos de criação e assegurando a diversidade multicultural, com organização de espectáculos nos vários domínios musicais.

MUSICA	Participantes	CUSTO
FESTIVAL JAZZ	2800	128531,33
Jazz DESCE À CIDADE	450	14885,00
JAZZ VAI À ESCOLA	1100	10330,90
JAZZ SEM BARREIRAS	500	-
JAZZ DO PAI NATAL	2750	4987,98
JULIAN ARGUELLES/ PAULO GOMES	180	4906,90
SOULS OF FIRE” E “BOSS AC”	11000	53138,10
CONCERTO DEALEMA	2850	12.481,35
<b>TOTAL</b>	<b>21630</b>	<b>237.396,26</b>

### 1. 10º Festival Internacional “Matosinhos em Jazz”

Evento de incontornável qualidade cultural, onde actuaram grandes nomes do jazz. *Mário Laginha* – com honras de abertura da décima edição, proporcionou momentos de rara beleza, com um magnífico concerto no Salão Nobre. Seguiu-se o *Quinteto Paula Oliveira/Bernardo Moreira, TGB Trio*, passando pela magnífica *Orquestra de Jazz de Matosinhos*, acompanhada pelo inconfundível *Lee Konitz*, no Grande Auditório

da Exponor. No leque de presenças internacionais estiveram ainda presentes *Bill Evans Soul Grass Band*, *Charles Gayle Trio* e para fechar com chave de ouro, uma actuação inesquecível de *Dave Holland Quintet*.

A 10ª edição foi marcada pelo tributo à juventude e à emergência de um público jazzístico jovem. Nas actividades paralelas, o destaque vai para a “*Exposição Comemorativa dos 10 anos de Festival*”, patente nos Paços do Concelho e também no Auditório da Exponor, e que mereceu grande admiração e curiosidade por parte do público.



Paralelamente foi apresentado na escola EB1 Florbela Espanca e no auditório da Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo, o espectáculo “*O Gato Maltês*” que levou os presentes numa viagem através da história do jazz. A habitual Feira do Disco marcou presença constante durante todo o festival. No final dos concertos na Exponor, a noite oferecia muita animação com um concerto seguido de jam sessions, no B Flat.

**2) Jazz Desce À Cidade** - dar a conhecer as novas vertentes jazzísticas associadas à criação de novos públicos, com vista a difundir o género musical. O projecto decorre durante todo o ano, em diferentes espaços do concelho, promove novos talentos e momentos de elevada qualidade artística, e “mantém viva” a tradição. Com periodicidade semanal, é possível comprovar que o jazz é uma área em expansão, evidenciada pelo crescimento exponencial de público, particularmente jovem, nos espectáculos.

**3) Jazz Vai à Escola** - impulsionar hábitos culturais e musicais junto da camada jovem.

**4) Jazz Sem Barreiras** - alargar a dinâmica criada, levar ainda mais longe o género musical. Realizado pela primeira vez nos Estabelecimentos Prisionais do Concelho, proporcionou aos participantes/reclusos experiências inigualáveis.

5) **Jazz do Pai Natal** - Na 3ª edição, procura aproximar-se das pessoas de forma a fazê-las exprimir as suas emoções sem inibições.

6) **Concerto Julian Arguelles/Paulo Gomes** - Integrado nas comemorações do Dia Mundial da Música.

7) **Concertos com “Dealema”, “Souls of Fire” e “Boss Ac” - Festival da Juventude** – O objectivo foi assinalar o *Dia Mundial da Juventude*. Realizaram-se, para além dos concertos, inúmeras actividades radicais, campeonato de ténis de praia, dança, música e muita animação.





## ACTIVIDADES LÚDICO-PEDAGÓGICAS

É importante preencher com actividades que sirvam verdadeiramente a formação do “edifício” intelectual do jovem, de modo a consolidar e desenvolver perfis comportamentais que pautarão a sua conduta social futura. A ocupação dos tempos livres surge como a opção certa, oferecendo actividades recreativas, lúdicas ou educacionais.

WORKSHOPS/ CURSOS/ATELIERS	PÁSCOA	VERÃO	NATAL	Nº PREVISTO	Nº EFECTIVO	AVALIAÇÃO
INFORMÁTICA (8-18 ANOS)	x	x	x	194	156	Muito positivo
INGLÊS (8 - 13 ANOS)	x	x	x	80	57	99% satisfação (24€/aluno)
CULINÁRIA (12 - 15 ANOS)	x	x	x	55	59	99% satisfação (27€/aluno)
WORKSHOPS/ CURSOS/ATELIERS	PÁSCOA	VERÃO	NATAL	Nº PREVISTO	Nº EFECTIVO	AVALIAÇÃO
LINGUA GESTUAL		x		30	24	100% satisfação
SURF/ BODYBOARD /LONGBOARD (8 - 30 ANOS)		x		40	54	Muito positivo 47€/aluno
INICIAÇÃO FOTOGRAFIA (14 - 25 ANOS)			x	6	6	Muito positivo 62,5€/aluno
SONORIDADES CAVAQUINHOS (10 - 16 ANOS)	x			20	10	A melhorar
APANHA/ PINTURA DE OVOS	x			50	50	Positivo
RECICLOMANIA	x			15	15	Positivo
MANUALIDADES DA PEQUENADA	x	x	x	105	113	Positivo
ARQUIVO ALEGRE	X			20	18	Positivo
FÉRIAS COM LETRAS	X			10	21	Positivo
CESTARIA E DOÇARIA	X			20	16	Positivo
NO REINO DAS PLANTAS	X			15	17	Positivo
FLOR JAPONESA	X			10	15	Positivo
VEM PINTAR A TUA BANDEIRA	x			15	12	Positivo
JARDIM DAS BRINCADEIRAS		x		15	15	Positivo
MÃOS, CORPO E CABEÇA		x		20	15	Satisfatório
MATERIAIS		x		10	13	Positivo



RECICLADOS						
ORIGAMI		x		15	10	Satisfatório
FEIRA DE ARTESANATO		x		50	36	A melhorar
WORKSHOP DEFESA PESSOAL			x	12	12	Positivo
DANÇAS LATINAS	x	x	x	20	30	Muito Positivo
BREAKDANCE		x		36	20	A melhorar
CIÊNCIAS DE VERÃO		x		15	15	Muito positivo
EXPRESSÃO PLÁSTICA		x		40	30	A melhorar
TRAÇOS COM ARTE		x		30	27	Positivo
CARICATURAS A CARVÃO		x		15	15	Positivo
A BOLA ESTÁ DO TEU LADO		x		16	16	Positivo
AVENTURAS DE VERÃO		x		120	140	Muito Positivo
KARTING		x		27	27	Positivo
HIPISMO		x		54	54	Positivo
BOWLING		x		18	18	Positivo
WORKSHOPS/ CURSOS/ATELIERS	PÁSCOA	VERÃO	NATAL	Nº PREVISTO	Nº EFFECTIVO	AVALIAÇÃO
O OLHO DO FAROL		x		25	25	Positivo
PLAYSTATION		x		10	10	Positivo
PRESÉPIO DE NATAL			x	15	15	Positivo
O NATAL É DOS AMIGOS			x	30	28	Positivo
POSTAL ON-LINE			x	15	7	A Melhorar
IN LINE			X	15	6	A Melhorar
SKATES			x	15	10	A Melhorar
CEIA NATAL			x	40	28	Positivo
MAGIA NA CASA			x	15	15	Positivo
ÁRVORE RECICLADA			X	Não previsto	25	Positivo
ARRANJOS FLORAIS			x	20	22	Positivo
OFICINA PAI NATAL			x	30	32	Positivo
BIJUTERIA			x	15	17	Positivo
PEÇA DE TEATRO "SENTIDO DE AMOR"				Não definido	30	Positivo
FÁBRICA DE ENFEITES			x	15	15	
PRESENTES NO SAPATINHO			X	15	15	Positivo
OFICINA MALABARISMO			x	15	15	Positivo
SHOW DE BOWLING		x		18	18	Positivo

DE GATA BORRALHEIRA A CINDERELA			x	15	15	Positivo
<b>TOTAL 51</b>				<b>1521</b>	<b>1484</b>	<b>Positivo</b>

## PARTICIPAÇÃO/FORMAÇÃO CÍVICA

Desenvolver actos de cidadania é um direito e um dever do cidadão. Conscientes dessa responsabilidade, desenvolveram-se mecanismos, que permitiram aos jovens serem sujeitos activos, principalmente, no que se refere à luta pelas causas que mais directamente lhes dizem respeito, formando cidadãos responsáveis, críticos e intervenientes.

PARTICIPAÇÃO/ CÍVICA	FORMAÇÃO	N.º PARTICIPANTES
SEMINÁRIO POLÍTICAS DE JUVENTUDE		245
DATAS TEMÁTICAS		
DIREITOS HUMANOS		67
S. VALENTIM		81
CARNAVAL		266
DIA DO PAI		30
MAGUSTO		75
VISITAS INSTITUIÇÕES		106
CCJ		
REUNIÕES/ACÇÕES		261
ARTE FORA SITIO		200
VOZES		4000 exemplares
<b>TOTAL</b>		<b>5331</b>

**1. 1º Encontro Distrital “Políticas Municipais de Juventude”** - promover a reflexão, colocando em diálogo diversas perspectivas, opiniões e experiências, de forma a recolher contributos dos profissionais ligados à área da juventude, representantes autárquicos e responsáveis pelas áreas juvenis, escolas. No âmbito do Programa Nacional da Juventude (PNJ), foi realizado o seminário, “**Políticas Municipais de Juventude – 1º Encontro Distrital**”, sob o tema “*Emancipação Jovem: educação e habitação*”.

## 2. Conselho Consultivo da Juventude (CCJ)

A criação deste fórum de participação, com discussão de modelos de intervenção municipal, permitiu a implementação de políticas mais ajustadas, como também tem proporcionado um conhecimento mais alargado e concreto de metodologias de abordagem. Foram diversificadas as propostas dos Pólos de Matosinhos, S. Mamede Infesta e S. Cruz do Bispo:

- **Arte Fora do Sítio** - promove abordagens artísticas em locais e formatos diferentes dos habituais, com artistas ligados à música, artes circenses, dança e poesia.



## 3) Boletim Vozes

Editado pela primeira vez em 1995 tornou-se, ao longo desta década, num espaço de debate e confronto de ideias, e permitiu incentivar a participação juvenil na comunidade local.



### ANIMAÇÃO

Dedicada à política de ocupação de tempos livres, pretende-se com esta área incrementar a prática desportiva, actividades recreativas, contacto com a natureza, etc.

ANIMAÇÃO	N.º PARTICIPANTES
LOGÓTIPO HUMANO	100
LOMO MATOSINHOS	50
EXPOSIÇÃO "PASSEIO PELO JARDIM DAS BRINCADEIRAS	50
ENCONTRO COM DANÇA	100
ANIVERSÁRIO CASAS JUVENTUDE	230
SÁBADOS COLECTIVOS COM	220
NATAL NAS INSTITUIÇÕES	200
FESTA DE NATAL	120
<b>TOTAL</b>	<b>1070</b>

### DESPORTO JUVENIL

O desporto é uma das áreas de maior mobilização, tornando-se numa opção eficaz para os jovens para o aumento da auto-estima. É a melhor forma de compreenderem a importância do auto-controlo, fair play, espírito de equipa, associado aos conhecidos benefícios ao nível da saúde, comportamentos e mentalidades.

DESPORTO JUVENIL	Nº PARTICIPANTES
JOGOS DA JUVENTUDE	500
KARATÉ/TAEKWONDO	480
JOVENS@MOV E JOVENS EM MOVIMENTO	796
WORKSHOP DE DANÇA	1100
CORRIDA DE CARROS DE ROLAMENTOS	80
PÕE-TE A MEXER	200
VERÃO EM FORMA	300
PAINTBALL	25
PROVA DE ORIENTAÇÃO	100
OUTONO RADICAL	20
TAÇA LUIS FIGO (10 AOS 18 ANOS)	700
A CORRER PARA O NOVO ANO	80
<b>TOTAL</b>	<b>4381</b>

1. IV Edição dos Jogos da Juventude - “*Quatros Elementos – Ar, Água, Terra e Fogo*”.



2. **Taça Luis Figo** – Gala de desporto escolar nacional, destinada a alunos, do 5º ao 12º ano de escolaridade, nas modalidades de andebol, atletismo, basquetebol, voleibol, ciclismo, judo, karting, natação, ténis e triatlo.



### PARCERIAS

1. **Rede Social** - Parceira nas Comissões Sociais de Freguesia, deu contributo para construção do Plano de Desenvolvimento Social - 2007/12, e permitiu responder a situações sinalizadas, acolhimento nos projectos: CAOJ, Aprender a Ser, Vencer na Escola e CAJ.
2. **Instituto Português da Juventude (IPJ)** - Instalação e inauguração da “Loja Ponto Já”, alargando as potencialidades ao nível da informação, contactos europeus, entre outras.
3. **Apresentação de candidatura ao programa “Escolhas”**, em parceria com a Adeima, destinado a trabalhar a prevenção primária em grupos de risco.
4. **Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI)** – funcionamento dos Centros Inforjovem instalados nas casas da juventude
5. **Liga Portuguesa Contra o Cancro** – campanhas de sensibilização à população
6. **Unidade Local de Saúde – Hospital Pedro Hispano** – funcionamento dos Centros de Atendimento a Jovens
7. **Instituições do Ensino Superior** – acolhimento de estágios académicos.
8. **Fundação da Juventude**
9. **Centro de Alcoologia do Porto - CRAN**

**CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS, AO ABRIGO DA NORMA 9001:2000**

Face às exigências da sociedade nas vertentes do rigor, transparência, eficiência e proximidade, impõe-se a modernização das estruturas e melhoria na prestação de serviços através de mecanismos e procedimentos ajustados às realidades sociais, económicas e organizacionais. A adopção de um SGQ é uma decisão estratégica da organização. Pretende-se a optimização de métodos e processos de trabalho, com vista a melhorar a qualidade dos serviços ao cliente, induzindo a gestão por processos monitorizados, procurando a optimização de resultados. As acções de intervenção realizadas no âmbito do processo de Certificação da Qualidade dos Serviços, ao abrigo da Norma 9001:2000, traduziram-se não só na identificação e simplificação dos circuitos, como na aferição dos procedimentos adoptados para a concretização dos objectivos, e no reforço das competências dos funcionários com vista ao aumento da qualidade dos serviços prestados, que conduzem aos seguintes resultados práticos:

**QUADRO RESUMO:**

DIMENSÕES	Nº TOTAL	Nº PARTICIPANTES
ACÇÕES		
PROJECTOS DE INTERVENÇÃO JUVENIL	26	8787
FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E EMPREGO	9	909
MÚSICA	10	21630
LÚDICA PEDAGÓGICA	51	1484
PARTICIPAÇÃO/FORMAÇÃO CÍVICA	32	5331
ANIMAÇÃO	13	1070
DESPORTO JUVENIL	25	4381
PARCERIAS	9	-
<b>TOTAL</b>	<b>175</b>	<b>43.592</b>



### V.E.M – Voluntariado Em Matosinhos

A recente aposta de criação do Pelouro do Voluntariado, permitiu a implementação desta nova área de intervenção, tendo havido a preocupação de, no ano de arranque, explicar as motivações que lhe estão associadas.

Foi feito um trabalho de pesquisa, complementado pelas experiências das diferentes instituições locais e nacionais, tendo permitido a definição de uma política própria, baseada na concretização de acções, a partir de uma organização central, que conheça, não só as necessidades das instituições face ao voluntariado, mas também a procura para a sua satisfação.



Esta metodologia surge no sentido de se implementarem medidas que beneficiem ambas as partes, no sentido de aumentar a mobilização e sensibilização face às práticas de voluntariado no Concelho de Matosinhos, criando espaços de emancipação, cidadania e participação, indispensáveis à construção de um futuro mais humanizado.

Apresentado publicamente no dia 5 de Dezembro, pelo Sr. Presidente da Câmara, estiveram representantes de 34 instituições concelhias da área social, desportiva, educativa, ambiental e patrimonial que assinaram protocolo, aderindo ao V.E.M.

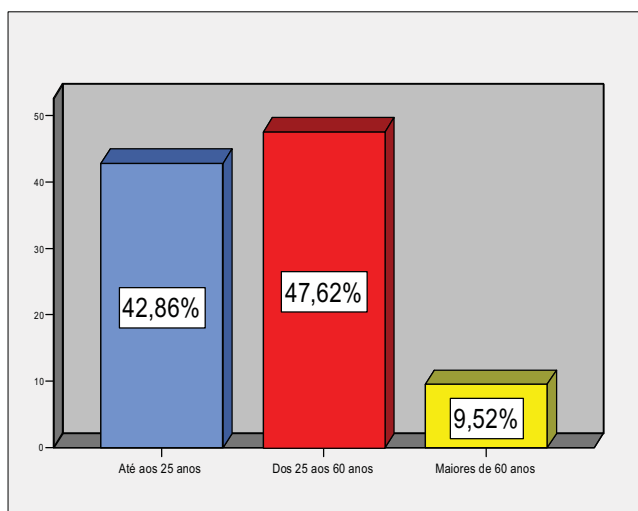
### CARACTERIZAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS INSCRITOS EM 2006

**N.º de Inscrições:** 21

Idade dos/as voluntários/as

**Média de idades:** 33,57 anos

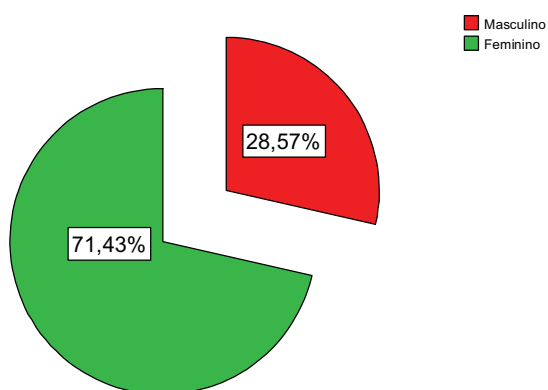
Até ao final de 2006 inscreveram-se no VEM 21 utentes, cuja média de idades é de 33,57 anos (DP = 15.52). Através do tratamento estatístico dos dados é possível verificar que se inscreveram predominantemente mulheres. Constata-se igualmente que a



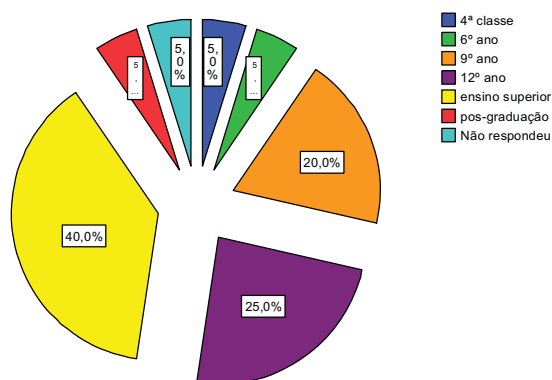
maioria possui curso superior e tem experiência em voluntariado.

Em termos das áreas mais pretendidas para exercer voluntariado verifica-se a predominância das dimensões de Apoio Social, Educação e Direitos Humanos, sendo as crianças e os jovens a população-alvo mais referenciada. Salienta-se, contudo, que para grande parte dos inscritos quer a população-alvo, quer o horário para o voluntariado são considerados indiferentes.

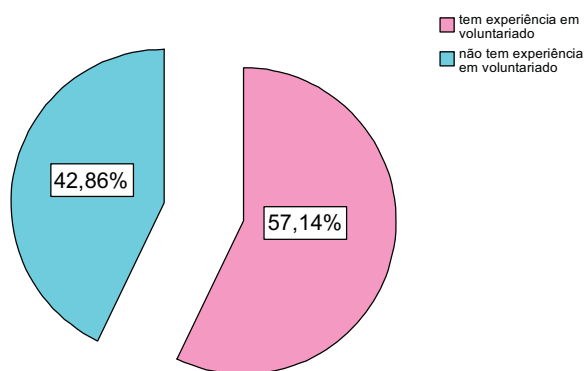
Sexo dos/as voluntários/as



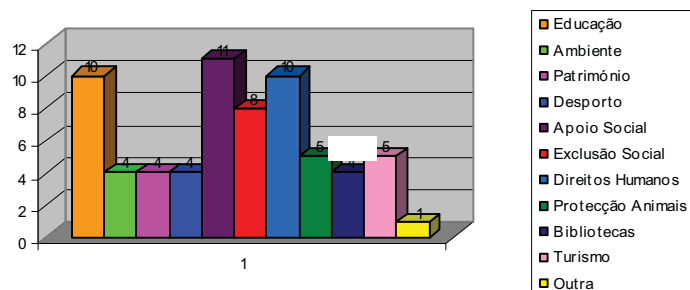
Habilitações Literárias



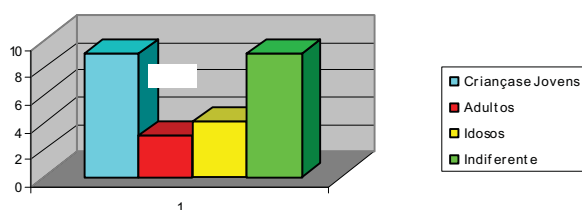
Experiência em Voluntariado



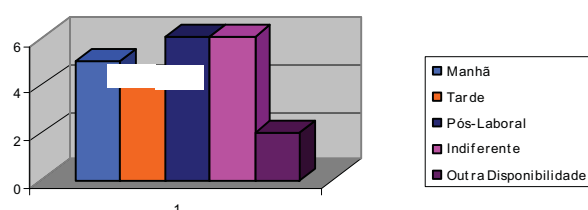
Áreas de Intervenção Pretendidas



População-alvo Pretendida



Horário Pretendido





**Execução do Plano de Actividades**

## **Acção Social e Saúde**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos a Câmara Municipal de Matosinhos organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

Este relatório tenta destacar as principais acções desenvolvidas tendo em consideração as dimensões de intervenção - Emprego, Educação, Habitação, Saúde, Equipamentos Sociais - definidas no *Plano de Desenvolvimento Social* (elaborado com base nos resultados do *Diagnóstico Social do Concelho*) e enquadradas pelas *Grandes Opções do Plano*.

Para além da aposta em dotar o Concelho de infra-estruturas, investe-se também na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

## REDE SOCIAL

Em 2006, o Conselho Local de Acção Social (CLAS) dinamizou diversas actividades, nomeadamente: dois plenários com a participação, no primeiro, de 69 pessoas de instituições parceiras e, no segundo, de 52 pessoas; realização de reuniões quinzenais do Núcleo Executivo durante o ano, correspondendo

aproximadamente 20 reuniões que se prenderam com reuniões temáticas, edição de pareceres, organização do workshop do Envelhecimento, avaliação do plano do Núcleo Executivo 2005, elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2006-2009 relativo às acções transversais, planificação de todo o trabalho anual e acompanhamento dos trabalhos em curso.

Durante o ano de 2006, a equipa operativa da Rede Social manteve o acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia, participando nas suas reuniões periódicas, destacando-se a avaliação das acções do PDS de 2005, bem como a realização de exercício com as Comissões Sociais de Freguesia, no sentido de actualizar os dados do Diagnóstico Social. Por outro lado, foi construído o



Rede Social  
Matosinhos

PDS 2006-2009 conjuntamente com as CSFs tendo por base o referido exercício prático e análise dos vários Planos Nacionais: PNI (Plano Nacional para a Igualdade), PNAI (Plano Nacional de Acção para a Inclusão), PNE (Plano Nacional para o Emprego). Ainda no 1.º semestre realizou-se uma formação para técnicos cujos temas prenderam-se com: “Construção de um Diagnóstico numa Perspectiva de Empowerment”; “Comunicação para a Inserção”; “Igualdade de Género no Atendimento Social” e “Ética Profissional” enquanto que no 2º se realizou a iniciativa “Envelhecimento: Que Estratégias a Nível Local?” em que foram realizados três workshops com os temas: “Habitat”, “Dependência”, “Saber Envelhecer” e um Seminário, “Experiências Inovadoras na Área do Envelhecimento” que contaram com 20 pessoas cada e o Seminário com cerca de 80 pessoas.

Na sequência das vulnerabilidades apercebidas nesta iniciativa, promoveu-se a criação do Núcleo de Estudos para o Envelhecimento (NESE) preparado em 2006 e implementado já em 2007, e que funciona como um grupo temático, além do estabelecimento de um Programa de Formação para as Instituições de Apoio a Idosos, centrado na contextualização da Terceira Idade, Promoção da Qualidade e no Planeamento e desenhado para responder às



necessidades específicas de três grupos: Dirigentes, Pessoal Técnico e Pessoal Auxiliar. Pela importância que a temática do Envelhecimento tem revelado, no Plano de Desenvolvimento Social de 2006-2009, foi considerado uma das áreas de intervenção prioritária.

Ao longo do ano, a Rede Social teve como objectivo a emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais, bem como, a análise de propostas sobre projectos a implementar no Concelho, destacando-se os programas ESCOLHAS e PARES e análise de 5 propostas de novos Equipamentos/Serviços a dinamizar na área de intervenção do município.



## ACÇÃO SOCIAL

### *Articulação / apoio a instituições*

O alargamento da rede de equipamentos sociais tem sido promovido pelo Município, em conjunto com as Instituições locais e com a Administração Central, através da construção/ampliação, aquisição, e manutenção de equipamento de instalações.

Neste âmbito, em 2006 foram apoiadas cerca de 60 Instituições, das quais aproximadamente 30 IPSSs, cujas actividades estão direccionadas para a Infância, Terceira Idade, Saúde e Deficiência. A Câmara também apoiou financeiramente o trabalho de carácter social e humanitário desenvolvido pelas 18 Conferências de São Vicente de Paulo (13 mistas e 5 femininas) existentes no Concelho de Matosinhos.

Em 2006, a Autarquia apoiou financeiramente o desenvolvimento das actividades de alguns clubes de serviço, particularmente do Lions Clube da Senhora da Hora e do Rotary Clube de Matosinhos, na realização de actividades de carácter pedagógico e de sensibilização das crianças e suas famílias para questões sociais e ambientais, no apoio a famílias carenciadas destas freguesias e ajudas técnicas diversas.

As Fábricas de Igreja enquadram o trabalho de âmbito social desenvolvido pelas Paróquias, procurando responder aos grupos da população mais vulneráveis, como são as crianças e os idosos. Desta forma, o Município apoiou as suas acções, colaborando na manutenção e remodelação das instalações com fins sociais, como nos casos das Fábricas das Igrejas do Padrão da Légua, de São Mamede de Perafita e de São Salvador de Matosinhos.

### *Apoio à Infância*

A dinâmica desenvolvida na área da Infância foi essencialmente dirigida para o reforço da qualidade dos serviços prestados pelas entidades existentes e vocacionadas para esta área, designadamente Associações sem Fins Lucrativos. Estas são retaguardas essenciais às famílias, permitindo a conjugação da vida familiar com a vida profissional. A Câmara tem como preocupação apoiar o funcionamento destas Instituições de forma a que elas garantam às suas crianças utentes um quotidiano de grande qualidade, aos mais



diversos níveis das suas necessidades de crescimento físico-intelectual e emocional, proporcionando-lhes oportunidades diversas de âmbito pedagógico, lúdico, cultural, desportivo e alimentar.

Assim, foram apoiadas para a realização de actividades, obras e aquisição de equipamento, a Associação Mamedense de Apoio Social – AMAS, a Associação Matosinhos Apoiar a Inserção Social – MAIS, Associação de Apoio Social de Perafita, Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos / Equipamento da Biquinha, Centro Social de Leça do Balio, Centro Social e Paroquial de Santa Cruz do Bispo, Conferência de São João Baptista.

### ***Apoio à Terceira Idade***

Tem sido preocupação constante a existência de uma rede de equipamentos de apoio à Terceira Idade que cubra o território municipal e a sua população. Para além da existência “física” desta rede, importa assegurar a qualidade do atendimento prestado por cada Instituição, considerando em primeiro lugar a satisfação das necessidades básicas da pessoa idosa e, num segundo plano, a promoção da saúde no idoso através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem estar bio-psico-emocional e social.



A este nível, decorrente da articulação estreita com as instituições de perfil social (IPSS e similares), foram criadas as condições para estas desenvolverem as seguintes actividades:

Actividades Sazonais	Participantes	Quantidade
Semana da Primavera	1102	3 dias
Colónias Balneares e Dia dos Avós	708	10 dias
Actividades da Quinzena Sénior	935	4 dias
Passeio Anual	6555	1 dia
Celebração do Natal	8994	1 dia

Actividades Regulares	Participantes	Quantidade
Música / Coral	451	1.536 aulas
Ginástica	449	1.488 aulas
Ginástica de Reabilitação	112	336 aulas
Danças de Salão	263	744 aulas
Teatro / Folclore e Danças Artísticas	159	528 aulas
Alfabetização	78	384 aulas
Técnicas de Relaxamento	145	384 aulas
Trabalhos Manuais	138	528 aulas
Outras (Informática e Actividades Culturais)	498	996 aulas
Hidroginástica	129	288 aulas
Intercâmbios Culturais	1052	76 saídas

Durante o ano de 2006 manteve-se o Cartão MATOSINHOSénior destinado a todas as pessoas residentes no Concelho de Matosinhos, com idade igual ou superior a 65 anos e que possibilita o acesso a iniciativas do município, descontos na frequência de equipamentos municipais e na aquisição de livros na livraria municipal.

*Candidaturas realizadas ao PARES:*

O ano de 2006 foi também o do lançamento das candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Apoio de Equipamento Sociais (PARES), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Segurança Social. Com vista à concretização da apresentação de candidaturas a este Programa foram apoiadas seis IPSSs, nomeadamente na elaboração e a obtenção de documentação necessária para a

viabilização das candidaturas para financiamento da construção / ampliação de equipamentos sociais na área da Terceira Idade e da Infância:

- APAM – Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos (ampliação do Lar 3.<sup>a</sup> Idade);
- Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida (ampliação e remodelação do Lar 3.<sup>a</sup> Idade);
- Centro Social de Leça do Balio (ampliação do Lar de 3.<sup>a</sup> idade e criação de Berçário);
- Centro Social e Cultural de Custóias (ampliação do Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário e criação de Creche);
- Centro Social Padre Ramos (ampliação de Lar de 3.<sup>a</sup> Idade)
- CIVAS - Centro de Infância Velhice e Acção Social (aquisição de Lar para a 3.<sup>a</sup> Idade).

### ***Atendimento Integrado***

O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas. Pretende-se que as famílias que recorrem ao atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres. Assenta, assim, numa nova forma de organização dos serviços através da criação de uma plataforma técnica onde está representado um conjunto de entidades, como a Câmara Municipal de Matosinhos, o Instituto de Segurança Social, a ADEIMA, a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos, a ULS de Matosinhos, EPE, o IEFP, o IRS, a DREN, a MatosinhosHabit, as Juntas de Freguesia de Leça do Balio, de Matosinhos, de Perafita, de São Mamede de Infesta e a Associação Baptista Ágape.

No Pólo de Matosinhos (área “Matosinhos Sul”) a Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos realizou, no ano de 2006, um total de 443 atendimentos (com marcação). No Pólo São Mamede de Infesta - Leça do Balio (lado Poente de São Mamede de Infesta) a Técnica da Câmara Municipal de Matosinhos realizou, em 2006, 451 atendimentos (com marcação).

## SAÚDE

***Plano Municipal de Combate à Toxicodependência***

A problemática da Toxicodependência continua a ser uma prioridade da Câmara, pelo que se tem dado continuidade ao trabalho de Prevenção Primária, através do Projecto “Riscos”, e ao Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos – Metas, ambos desenvolvidos pela ADEIMA.

A colaboração da Autarquia com a Comunidade Terapêutica na Ponte da Pedra tem-se manifestado de diversas formas, como seja a disponibilização do autocarro municipal para levar os utentes à praia, a limpeza dos terrenos pelo serviço do Horto Municipal e a perspectivação de formação em jardinagem pelos técnicos da Autarquia. A Autarquia tem trabalhado em consonância com as novas directivas do Instituto da Drogas e Toxicodependência (IDT) de modo a dar continuidade ao trabalho até aqui realizado e adaptar essas directrizes à realidade local com o objectivo de obter resultados positivos.



No seguimento dos Protocolos assinados entre a Câmara a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP) e o Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN), encontra-se em fase final o estudo sobre os padrões de consumo de álcool e outras drogas no Concelho, e foram realizados cursos de formação pelo CRAN para os técnicos do Concelho.

**Articulação / apoio a instituições na área da saúde**

A Câmara apoia diversas entidades que trabalham no âmbito da saúde, nomeadamente:

1. A **Liga Portuguesa Contra o Cancro**, para a continuidade do Programa de Rastreio do Cancro da Mulher, através do qual se pretende abranger a população feminina na realização de mamografias e citologias (exame ao colo do útero);
2. A **Associação Internacional de Temperança**, através do apoio na realização de uma feira de saúde intitulada de “Expo-Saúde”, na qual se realizaram, de modo gratuito, diversos exames médicos à população.



3. A **Associação Portuguesa de Osteoporose** na organização, realização e divulgação de uma sessão de informação pública acerca da doença, bem como na realização do já habitual rastreio da Osteoporose dirigido à população do Concelho. Foi ainda atribuída uma comparticipação financeira para apoio nas despesas da Associação.
4. A **Associação para o Planeamento da Família (APF)**, que tem vindo a desenvolver um importante trabalho de intervenção comunitária no âmbito da promoção da saúde e da prevenção de comportamentos de risco na área da sexualidade e das dependências junto da população do Bairro da Biquinha. Este trabalho tem contado com o apoio da CMM, quer na cedência das instalações, quer na atribuição de comparticipações financeiras para apoio ao desenvolvimento das suas actividades. Após o termo do Projecto “Aprender a Ter Saúde”, a APF iniciou o Projecto VIHquina, tendo solicitado a colaboração da CMM na apresentação dos resultados de ambos. Na sequência da apresentação dos estudos realizados, a CMM assegurou ainda a edição destes estudos para divulgação e oferta a entidades sociais representativas.

### ***Articulação / apoio a instituições na área da deficiência***

Foram apoiadas através da cedência de espaços e comparticipações financeiras, para actividades as seguintes associações locais:

- Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) – Delegação do Norte;
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Matosinhos;
- Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual (ALADI)

Com a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer (APFADA), continuam as negociações para a cedência de instalações para esta Associação abrir o primeiro Centro de Dia não privado do Norte.

### **SITUAÇÕES DE RISCO**

#### ***Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Matosinhos***

Na continuidade da colaboração habitual entre a CMM e a **CVP- Núcleo de Matosinhos**, foi atribuída uma comparticipação financeira ao núcleo para o apoio com as despesas de funcionamento e actividades desenvolvidas pela Casa Abrigo “Recomeçar”.



#### ***Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos (CPCJP-M)***

Em 2006, foram acompanhados 513 processos de Promoção e Protecção, correspondentes a 705 crianças/jovens:

- Dos quais 244 transitam do ano de 2005, abrangendo 398 crianças e jovens;
- Foram instaurados 257 processos relativos a 287 crianças/jovens;
- Reabriram-se 12 processos correspondentes a 20 crianças/jovens;

A maioria dos processos em acompanhamento foram sinalizados pelos Estabelecimentos de Ensino (91) seguindo-se em menor escala, mas com um valor significativo, as Autoridades Policiais (51). As idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos são as que apresentam o maior número de crianças/jovens acompanhadas (207). As **problemáticas** mais prementes são a **negligência entre os 0 e os 12 anos** de idade (365), seguida do **absentismo/abandono escolar** a partir dos 13 anos (99) embora a negligência continue a apresentar valores consideráveis.



Tentando minimizar ou eliminar a situação de risco de 460 crianças/jovens foram aplicadas medidas de Promoção e Protecção a 282 deles, das quais se destaca a Medida de “apoio Junto dos Pais” a 138 menores.

Dos 513 processos acompanhados em 2006 foram arquivados 180, transitando, para 2007, 333 processos relativos a 460 crianças/jovens. O arquivamento dos 180 processos foi motivado pelos seguintes factores:

Arquivamento liminar	17
Cessação da medida	20
Remissão para Tribunal	36
Por não se confirmar ou subsistir situação de risco	88
Envio para outras CPCJ	18
Remissão às entidades de 1.ª instância	1

Ao longo do ano de 2006, foram realizadas 31 reuniões da Comissão Restrita, das quais 6 foram extraordinárias. Realizou-se, ainda, uma reunião da Comissão Alargada.

### ***Trabalho a Favor da Comunidade***

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS), para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara respondeu a 8 pedidos do Tribunal colocando os arguidos em diversos serviços da Autarquia (Horto Municipal, Informática, Manutenção e Armazéns Gerais, entre outros) e assegurando os respectivos seguros de acidentes de trabalho.

Em articulação com a Associação Cais e o Governo Civil do Porto, a CMM, com a colaboração da Associação Mais e a MatosinhoSport, organizou e participou no Campeonato Distrital do Torneio de Futebol de Rua, tendo ficado apurada para o campeonato nacional. Para o torneio internacional foram apurados diversos “atletas”, um dos quais do Concelho de Matosinhos.

### **APOIO NA ÁREA DA PROTECÇÃO CIVIL**

A DASS participou no apoio a várias famílias cujas habitações não ofereciam condições de habitabilidade por apresentarem riscos de ruína, ou terem sido alvo de incêndio, providenciando para tal alojamento provisório. Além disso, foi accionado um esquema de apoio a pessoas sem abrigo durante a vaga de frio



### PARCERIA COM A ADEIMA

A Câmara Municipal tem, ao longo da última década, investido na parceria com a ADEIMA pela versatilidade que esta apresenta para a Intervenção Social, aspectos estes que estão no âmago desta Associação, que a própria Câmara coadjuvou a fundar. Esta parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que, pela sua natureza, são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.



O âmbito das acções promovidas distribui-se por cinco áreas:

#### ***Emprego***

- *EMPRESA DE INSERÇÃO – “MESTRE JARDIM”*
- *CURSO “DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA”*
- *PROJECTO MATOSINHOS ACTIVO (FORMAÇÃO / EMPREGO; SITUAÇÕES DE RISCO E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS)*

#### ***Educação***

- *CENTRO DE RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS*
- *PROJECTO PIEF - PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO / FORMAÇÃO*
- *EDUCAÇÃO DE ADULTOS / EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR*

#### ***Saúde***

- *METAS - PROJECTO DE REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS*

#### ***Situações de Risco***

- *PROJECTO S.P.I.D. – SENTE, PARTICIPA, INVESTE E DESENVOLVE*
- *PROJECTO MATOSINHOS ACTIVO: Desenvolvimento de Competências Parentais*
- *PROJECTO TRAMPOLIM*
- *PROJECTO STEP*
- *PROJECTO CHÁ DAS 5*

#### ***Equipamentos e Respostas Sociais***

- *PROTOCOLOS RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO*
- *ATENDIMENTO INTEGRADO (AI)*
- *MATOSINHOS ACTIVO: requalificação nos espaços de atendimento do Concelho*



**Execução do Plano de Actividades**

# **Apoio às Actividades Económicas**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

O dinamismo de uma comunidade urbana, tão complexa e rica como a de Matosinhos, exige uma estratégia de promoção da economia local. Seja pela garantia de que as infra-estruturas de apoio à actividade económica se encontram presentes, seja pela qualificação da população em idade activa, seja pela acessibilidade do seu território torna-se necessário garantir a competitividade do concelho enquanto localização preferencial no quadro da área metropolitana do porto. Além do mais, exige-se a qualificação do tecido já existente sobretudo nos sectores de actividade tradicionais.

Não foi, pois, de estranhar a aposta da autarquia no lançamento de uma carta de ordenamento comercial, contratado à Universidade do Porto, bem como de dois projectos piloto entregues à mesma universidade: o projecto integrado de desenvolvimento da Rua Brito Capelo e o projecto integrado de desenvolvimento da Rua Heróis de França e envolvente, cujos trabalhos se prolongarão pelo ano de 2007. Além destes projectos, integrados na estratégia do município de qualificação da chamada “quadra marítima” (zona Norte da freguesia de Matosinhos e delimitada pelo porto de leixões e pelas ruas Álvaro Castelões e Avenida da República), especial atenção foi também dada à revitalização do mercado municipal de Matosinhos que numa primeira fase passará pela recuperação da estrutura do edifício e pela introdução de melhorias ao nível do conforto, seja pela introdução de elevadores, seja pela colocação de novos pára-ventos.



Em 2006, deu-se continuidade à aposta de animação da cidade, que deverá ser ampliada durante 2007, e onde a comemoração de dias festivos e as iluminações de natal aparecem como a face mais visível dessa estratégia de tornar as diversas zonas comerciais do concelho cada vez mais atractivas.

Também não foi esquecido o papel de promoção do terceiro sector, através da dinamização das actividades do sector cooperativo. Permitimo-nos, pois, realçar a realização da FICOOP - Feira Internacional de Cooperativas que decorreu entre 1 e 3 de Junho na Exponor com a presença de várias dezenas de cooperativas de diferentes áreas de actividade e origem, principalmente de Portugal, Brasil e Espanha e dos principais dirigentes mundiais do movimento cooperativo internacional com o objectivo de apresentar as suas potencialidades, de criar espaços e oportunidades de negócio. Durante o encontro foi abordada e começa a ganhar forma a possibilidade de ser instalado em Matosinhos um Entrepasto Comercial Cooperativo, “porta de entrada” dos produtos brasileiros na Europa.



Ainda de realçar a valorização da actividade de artesanato no concelho através da experiência realizada de 15 e 23 de Dezembro na Galeria Nave da Câmara Municipal da MOVARTE- Mostra e Venda de Artesanato, com cerca de 40 stands representativos do país.



### Mercados e feiras

O Mercado de Matosinhos está integrado, enquanto pólo emblemático e referencial, num conjunto duma intervenção mais ampla de revitalização urbanística e comercial do centro histórico da cidade. Assim, em 2006 foi iniciado o processo de concurso público com o valor de um milhão, cento e



sessenta mil euros (€1 160 000) para obras de recuperação e remodelação da sua estrutura. Além disso, começou também a ser feito o estudo para o redimensionamento dos seus espaços e de um novo layout funcional, capaz de albergar novos serviços e tornar o mercado num espaço mais atractivo e competitivo, projecto que se pretende inovador e integrador.

Durante este ano, para além de se procurar fazer a constante adequação no nível do seu funcionamento e imagem com as novas exigências dos seus diferentes públicos e operadores, realça-se a perspectiva de embelezamento/ maior atractividade do espaço físico com a colocação de 5 lonas gigantes e coloridas no interior do mercado, bem como a animação levada a cabo durante a época natalícia.

A sua modernização e competitividade comercial passa por o tornar mais atractivo, de ser um veículo privilegiado da afirmação dos produtos locais do sector primário do concelho, criando uma imagem de qualidade, na diversificação de serviços e na adequação do seu funcionamento às actuais realidades comerciais.



*O Mercado Municipal da Praia de Angeiras* tem todas as condições para se assumir como um espaço comercial de excelência local com muitas potencialidades, realçando-se a imagem de marca do peixe fresco com forte ligação e identidade com a comunidade local; assim como, situando-se

numa freguesia limítrofe, poderá transformar-se num pólo de desenvolvimento local e um recurso relevante de crescimento também das freguesias limítrofes dos outros 2 concelhos (Vila do Conde/ Labruge e Maia/ Aveleda).



### Serviço de Metrologia

A organização dos serviços operacionalizando e avaliando os procedimentos que possam potenciar a eficácia das actividades de aferição dos instrumentos de pesagem das empresas, tornando mais eficaz o desempenho dos técnicos e melhorando a articulação com as empresas foi um caminho que conduziu a resultados palpáveis, ultrapassando em mais de 30% as actividades dos serviços de metrologia comparativamente ao ano de 2005, quer no número das visitas a empresas, dos instrumentos de pesagem aferidos e nas receitas efectuadas.



Em 2006 foram efectuadas 1634 verificações de instrumentos de pesagem, cujo valor na receita foi de cerca de 23 mil euros contra os cerca de 16 mil de 2005. Além disso, melhorou-se de modo muito significativo os procedimentos intra-organizacionais, com o objectivo de simplificar e tornar eficiente a articulação inter-serviços.

A auditoria interna realizada aos serviços veio criar novas responsabilidades no planeamento das actividades, podendo ser alargadas competências, objectivos a desenvolver durante o ano de 2007, numa articulação mais próxima com a Direcção Regional de Economia do Norte do Ministério da Economia e Inovação.

### Apoio ao Consumidor - CIAC



A defesa do consumidor é uma das áreas nobres na construção duma cidadania activa no concelho. De realçar o número significativo de atendimentos feitos durante o ano de 2006, cerca de 1900 atendimentos, no seguimento dos quais foram abertos 39 processos de reclamação,

sendo 26 com êxito, 8 encaminhados e 2 enviados para o Tribunal Arbitral.

Foram realizadas 2 conferências com grande sucesso, quer pelo número significativo de participantes, quer pela pertinência e actualidade dos temas: “Comunicações Electrónicas – que direitos?” e “Novo Regime do Arrendamento Urbano”.

Além disso o CIAC saiu das suas instalações e avançou para a realização de sessões de informação em escolas do concelho para a população estudantil dos diferentes graus de ensino e nas Juntas de Freguesia para outros públicos, principalmente a terceira idade.

2006 ficou também marcado pela preparação do processo de deslocalização das instalações do CIAC do posto de Turismo para o novo espaço na Rua Brito Capelo bem como para a entrada em funcionamento do Tribunal Arbitral. Este facto aparece como um processo de descentralização de serviços e procura responder com mais qualidade e competências na mediação dos conflitos de consumo.





## **Execução do Plano de Actividades**

# **Turismo**



**Relatório de Actividades e de Gestão**



O Turismo do Concelho de Matosinhos comporta inúmeras valências que têm vindo a ser trabalhadas de uma forma coesa e parcelar, com o intuito de desenvolver produtos distintos mas transversais. Com este objectivo, a Divisão de Turismo e Animação apostou em diversos produtos turísticos âncora, que caracterizam o Concelho, nomeadamente a Gastronomia, a Arquitectura Contemporânea e os Desportos Náuticos. A identificação destes produtos possibilitou um desenvolvimento dos mesmos, através de campanhas de promoção e de divulgação turística de carácter interno e externo, direccionadas para um público específico.

No ano de 2006, apostou-se na promoção da gastronomia local através da criação da marca “Matosinhos – O Mar à Mesa”, lançada na acção “Essência do Vinho”, a qual apresenta um design actual e



contemporâneo, evocativo da tradição matosinhense ligada ao mar sendo composta por diversos elementos, designadamente um stand promocional, brindes e telas colocadas em locais estratégicos do município (Posto de Turismo; Mercado Municipal de Matosinhos). Esta marca, transpôs pela primeira vez os limites do concelho na 2ª fase do evento “Essência do Vinho” e, desde então, tem alcançado um êxito considerável em termos promocionais.



Com o intuito de enaltecer e valorizar este produto realizou-se a “Festa do Mar”, evento que se concentrou numa das ruas mais características de Matosinhos – a Rua Heróis de França - com uma forte presença de estabelecimentos de restauração e cuja proximidade com a doca de pesca lhe confere um ambiente

típico e acolhedor. Esta iniciativa desenrolou-se a partir do S. João até ao final do mês de Julho, durante o qual a rua foi encerrada ao trânsito, possibilitando a colocação de esplanadas no exterior dos restaurantes e permitindo uma animação de rua colorida e alegre que cativou todos os que presenciaram o evento.

Seguindo uma política de continuidade de promoção turística do concelho, o turismo de Matosinhos participou na “Semana da Mobilidade” através de um balcão de atendimento colocado na Marginal de Matosinhos, onde se disponibilizou informação turística e se procedeu ao empréstimo de bicicletas. Tratou-se de uma acção sobejamente apreciada pela população e turistas que se viram perante a possibilidade de pedalar pelas ruas de Matosinhos, aliando o lazer, ao bem-estar físico e à exploração da cidade. Face ao êxito alcançado, as bicicletas passarão a estar disponíveis para empréstimo no Posto de Turismo.



Ainda no decorrer do ano de 2006 foram realizadas acções pontuais de divulgação turística de Matosinhos, nomeadamente na reabertura da Marina de Leixões, na Gare de Passageiros da APDL e no Clube de Vela Atlântico.

Aliadas a estas iniciativas de carácter local foram, igualmente, realizadas acções de âmbito externo, nomeadamente em Feiras de Turismo Nacionais e Internacionais, que se caracterizam por serem veículos privilegiados de promoção turística e um meio indispensável de captação de novos nichos de mercado. Assim, no seguimento desta linha promocional, o Turismo de Matosinhos esteve presente na “ExpoGalaecia – IX Salão de Turismo, Gastronomia e Artesanato da Galiza” onde venceu o prémio de 2º melhor stand. A participação a título individual neste certame, prendeu-se com o facto do mercado espanhol, devido à sua proximidade geográfica e às novas vias de acesso, se ter transformado num dos principais emissores de turistas para o Concelho. Ainda no decorrer desta feira, foi disponibilizado, a todos os visitantes, um serviço de catering, que abrangeu os principais produtos gastronómicos de Matosinhos.



Através da participação concertada nestas actividades pretende-se desenvolver uma imagem global e aglutinadora das diversas valências do Município, através da criação de uma marca distintiva para a Arquitectura Contemporânea e para os Desportos Náuticos que, em harmonia com a Gastronomia - “Matosinhos - O mar à Mesa”, culminarão numa marca única e exclusiva do “**Turismo de Matosinhos**”.



Não obstante o Posto de Turismo em 2006 ter sido visitado por 4.561 turistas (3.607 nacionais e 954 estrangeiros), a criação desta marca possibilitará a captação local de um número crescente de visitantes, que na última década elegeram o nosso país como destino turístico. Tal situação deve-se maioritariamente à democratização, à globalização do turismo e ao desenvolvimento exponencial desta área económica, considerada a indústria do futuro.



**Principais Actividades realizadas pelo Turismo de Matosinhos no decorrer do ano de 2006:**

- Lançamento da marca gastronómica “Matosinhos – O Mar à Mesa”;
- Cedência de conservas pela Fábrica “Ramirez”, para oferta em eventos específicos. Para completar este brinde e como forma de acondicionar e envolver as latas, foi produzido um invólucro com a imagem “Matosinhos – O Mar à Mesa”;



- Acção de Sensibilização “Vinho & Restauração”, no dia 21 de Fevereiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho;

- Participação na Feira – “Essência do Vinho”, que decorreu no Palácio da Bolsa, no dia 25 de Março, com o stand “Matosinhos – O Mar à Mesa”;



- 1ª Edição da “Festa do Mar”, que associou a promoção da gastronomia local à animação de rua de 23 de Junho a 30 de Julho.;

- Participação na “Semana da Mobilidade”, com a disponibilização de bicicletas aos utentes;
- Promoção Turística na Marina de Leixões;
- Promoção Turística na Gare de Passageiros da APDL;



- Promoção Turística no Clube de Vela Atlântico / Mergulhomania;

- Produção de novos folhetos turísticos (Arquitectura Contemporânea; Peregrinações e Lendas);
- Produção de novos brindes: sebatas, lápis e borrachas, alusivas ao arquitecto Siza Vieira;
- Participação na Feira “ExpoGalaecia – IX Salão de Turismo, Gastronomia e Artesanato da Galiza”, com um stand promocional criado para este evento, que alcançou o segundo prémio de melhor stand;
- Produção de calendários, com a enumeração das actividades a realizar pela autarquia no decorrer do ano de 2007.



**Execução do Plano de Actividades**

# **Cultura e Animação**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

Ao longo de 2006 a Autarquia desenvolveu, à semelhança dos anos transactos, uma política cultural coerente e continuada, alicerçando cada vez mais Matosinhos como um território incontornável no panorama da animação e da produção cultural na Grande Área Metropolitana do Porto.



De resto, a principal linha de força neste sector foi prosseguir uma programação que, conscientemente, não se esgota nos limites administrativos do concelho, mas que parte ao encontro do(s) vasto(s) público(s) da área metropolitana, da região e do resto do país. Este ano fica, aliás, assinalado pela adesão da Autarquia ao grupo de fundadores da Fundação de Serralves e da Casa da Música. Tal não impediu no entanto, bem pelo contrário, que se tenha procurado valorizar e potencializar os agentes culturais concelhios.

Basicamente a actividade cultural da Autarquia alicerçou-se em três vectores.

O primeiro prende-se com a continuação coerente de iniciativas e programas que vimos estruturando há diversos anos. Disso são exemplo os ciclos de música clássica; um projecto editorial fortemente direccionado para a salvaguarda da memória histórica do concelho e de divulgação de personalidades ligadas a



este território; a promoção do livro e da leitura; a dinamização multifacetada do Museu da Quinta de Santiago; um apoio ao tecido associativo cultural do concelho, quer ao nível das suas actividades quer na regeneração e requalificação dos seus equipamentos; uma programação continuada e qualificada na área das artes plásticas, bem assim como um calendário intenso (particularmente no Verão) de concertos de intérpretes individuais e de bandas de referência nacional na actualidade.



Numa segunda frente de acção procurou-se a afirmação de diversos equipamentos e serviços municipais recentemente criados. Disso é exemplo a MUMA – Rede de Museus de Matosinhos – projecto pioneiro a nível nacional; o facto dos Serviços Educativos, até agora sediados unicamente no Museu de Santiago, terem passado a assegurar a sua acção noutros espaços municipais; ou ainda o facto da programação na área da música erudita se alicerçar para lá dos concertos, tendo sido promovidas edições, ciclo de conferências, encomendas de obras musicais e lançado um concurso visando a criação de um Quarteto de Cordas; também o Centro de Documentação Álvaro Siza registou em 2006 um crescimento muito significativo, quer no número de utilizadores quer, concomitantemente no número de serviços prestados, nomeadamente visitas guiadas. A aquisição, por parte da Autarquia, da casa da família Siza, em Matosinhos, negociada durante este ano, permitirá a curto prazo a correcta instalação e potencialização deste serviço municipal. Registe-se, também, a segunda edição do projecto “Salve a Língua de Camões” que, neste ano, ficou marcado pela internacionalização efectiva, com a apresentação no Rio de Janeiro e em S. Paulo de uma peça produzida pela Autarquia, bem assim como a segunda edição do Festival de Andas de Matosinhos. De destacar, igualmente, a definitiva afirmação dos ateliês e cursos de





ocupação de tempos livres, nomeadamente os destinados a jovens e crianças durante os diversos períodos de férias. A Biblioteca Municipal continuou as suas parcerias como o IPLB, através do Programa de Itinerâncias Culturais, com a Fundação Calouste Gulbenkian, através do Projecto Bibliotecas Mágicas de Matosinhos, com o IPLB e o GRBE (Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares), com o Programa de Sensibilização à Leitura em Contexto de Sala de Aula e com a Primus, concluindo o Programa Metropolitano de Leitura,

2006 fica, também, registada, a um terceiro nível, por um conjunto de novas apostas e frentes de trabalho cultural e de animação. Neste contexto destaque-se a actividade da Biblioteca Municipal Florbela Espanca com, entre muitos outros, a celebração do Dia Mundial da Poesia, a Comunidade de Leitores liderada por Manuel António Pina, o Encontro Internacional de Literatura Em Viagem e a Festa da Poesia, que trouxeram ao concelho figuras de craveira internacional, como Eduardo Prado Coelho, Siza Vieira, Mia Couto, Alexandre Quintanilha, Francisco José Viegas, entre muitos outros; acentuou-se, igualmente, a procura desta Biblioteca como espaço privilegiado de lançamentos de livros, de autores como Ana Luísa Amaral, Júlio Machado Vaz, Olivier Rolin, Pedro Eiras, Viale Moutinho ou Sérgio Godinho.



Procedeu-se também à aquisição de um veículo novo para a Biblioteca Itinerante.

O Arquivo Fotográfico e o Arquivo Histórico foram trasladados para o Núcleo Cultural de Matosinhos, passando a dispor de condições especiais em termos de acondicionamento e conservação, o que permitirá a breve abertura público deste importante acervo da memória Colectiva matosinhense a investigadores e público em geral.



Este ano fica igualmente assinalado por uma actividade muito regular e qualificada da nova Galeria Municipal que, entre as diversas mostras de pintura, escultura, fotografia, arte popular (a maior exposição de figurado jamais realizada no país) e arte

sacra, contou com uma exposição de escultura colectiva evocativa de Eugénio de Andrade, na passagem do primeiro ano sobre a sua morte.



A iniciativa “Os Hospitalários no Caminho de Santiago”, com recriações históricas, a promoção de uma feira medieval, diversos concertos e outras animações, a realização de um encontro científico sobre os Caminhos de Santiago em Portugal, e visitas guiadas ao mosteiro de Leça do Balio, atraiu largas dezenas de milhar de pessoas a este monumento nacional, e contribuiu para uma melhor divulgação da sua História e da sua importância patrimonial.



Alguns dados sobre as actividades:

- Aquisição de um veículo novo – Carrinha para a Biblioteca Itinerante
  - Aquisição de dois espólios
  - Encontro Internacional Literatura em Viagens – 1500 participantes
  - Festa da Poesia – 1280 participantes
  - Actualização constante do fundo bibliográfico
  - Aquisição de uma bibliografia seleccionada para todas as escolas do concelho (todas as EB1 E EB2.3.)
  - Participação no Programa Metropolitano de Leitura para populações desfavorecidas
  - Programa Bibliotecas Mágicas de Matosinhos
  - Bibliotecas de Praia
  - Mudança do Arquivo Histórico e do Arquivo Fotográfico para o novo edifício da Biblioteca Municipal Florbela Espanca
- 
- Exposições com respectiva edição de catálogo – 12 com a presença de cerca de 12 mil visitantes
  - Concertos de rua – 6 com cerca de 100 mil espectadores
  - Concertos de Música Clássica – 8 com cerca de 2 mil espectadores
  - Animação – 9 eventos, com cerca de 90 mil participantes/espectadores
  - Teatro – 15 espectáculos com cerca de 4 mil espectadores
  - Edição de Livros – 5
- 
- Museu da Quinta de Santiago – 12 mil visitantes
  - Centro de Documentação Álvaro Siza – 7 mil visitantes/turistas





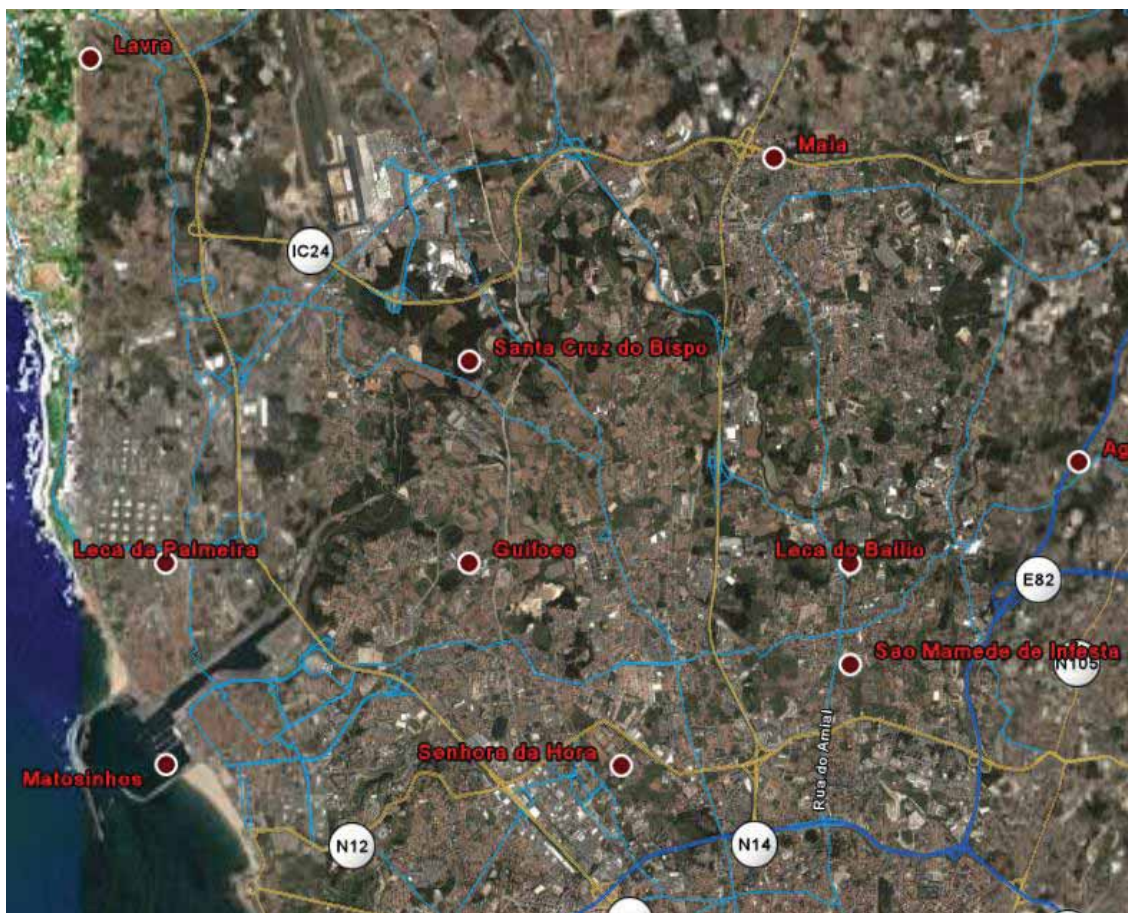
**Execução do Plano de Actividades**

# **Administração do Território**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

O ano de 2006 representa a fase de transição entre um período de gestão concentrada, e com clara separação funcional entre os dois Departamentos – Gestão Urbanística e Planeamento Urbano – e um outro, de gestão mais responsabilizante e de interacção quotidiana entre os dois Departamentos responsáveis pela Administração do Território. Se ao primeiro período corresponde uma prática de gestão do território algo casuística e pouco planificada, cujos resultados positivos se ficavam a dever mais às competências, intuições e esforços individuais, do que aos métodos científicos raramente utilizados, verifica-se que o segundo período, iniciado já no ano de 2006, corresponde à prática de uma gestão de “visão global”, inconformista e mais exigente para com os promotores.



Genericamente, a qualidade e eficácia dos serviços mede-se pela qualidade do território urbanizado por cuja gestão e planificação são responsáveis. E a qualidade deste decorre fundamentalmente do desenho do espaço público, isto é, de tudo o que condiciona fisicamente o bem-estar de quem o utiliza. Ele é por isso o elemento aglutinador do território. Em Matosinhos, apostou-se no ano de 2006, em reais negociações entre a Câmara e os promotores privados com vista à melhoria das propostas por estes apresentadas, não só ao nível do desenho dos edifícios, mas fundamentalmente no correcto dimensionamento dos espaços de uso público e sua articulação com as envolventes. Dever-se-á referir como bons exemplos de gestão e

de planificação, dentro deste novo espírito de congregação de esforços, todo o Plano de Urbanização onde se insere o empreendimento IKEA, as Urbanizações da Amieira e do Seixo, bem como mais de uma dezena de urbanizações de menor dimensão, com resultados extremamente positivos de equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado.



Esta prática é obviamente mais dura e mais exigente, quer para os serviços quer para os promotores. Lutar contra hábitos antigos instalados nos serviços públicos de analisar processos apenas à luz dos regulamentos, esquecendo que, por vezes, o mais importante está escondido na sombra de um “processo administrativamente bem instruído”, é porventura o factor primordial para atingir o nível de excelência que se pretende para a gestão e planificação do território de Matosinhos.

Por outro lado, foi no ano de 2006 que se deram os primeiros passos com vista a uma real modernização dos serviços, não só ao nível da criação das mais diversas bases de dados acessíveis por todos quantos delas necessitem, mas também quanto ao processo de certificação dos serviços e de implementação de sistemas lógicos de tramitação de processos.

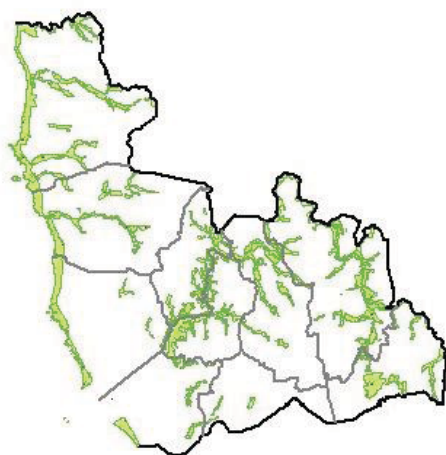
De igual modo, foi durante o ano de 2006 que se procedeu a um vasto conjunto de delegação e de sub-delegação de competências nas chefias que, paralelamente com as novas metodologias e os novos processos organizativos entretanto implementados, que obviamente ainda estão longe de alcançar o patamar da excelência, permitiram confirmar uma objectiva redução nos prazos de tramitação, de informação e de decisão. Este complexo sistema de modernização recentemente iniciado, inclui, entre outras, a digitalização do arquivo, o registo inteligente dos antecedentes processuais e o cadastro georeferenciado das pretensões, tudo isto com o objectivo último de um melhor e mais eficaz serviço público.

O ano de 2006 veio comprovar que os frutos desta luta já começaram a surgir.

### Planeamento Urbanístico

Relativamente ao processo de revisão do PDM em curso, concluiu-se o esboço técnico da nova Planta de Ordenamento e a da Planta Actualizada de Condicionantes do PDM. Foi concluída, também, a proposta de classificação e qualificação do uso do solo não urbano e respectiva aplicação na proposta de ordenamento. Igualmente, concluiu-se e entregou-se para validação pelas entidades competentes as versões digitais da RAN e da REN em vigor bem como se concluiu a proposta técnica de redelimitação da Reserva Agrícola Nacional e à proposta técnica de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional face a anteriores orientações da CCDRN e à anterior legislação.

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL



RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL



Em 2006 foi, ainda, concluído o esboço técnico da Carta das Zonas Mistas e Sensíveis do Concelho de Matosinhos e deu-se continuidade ao estudo de caracterização da indústria transformadora do Concelho de Matosinhos. Colaborou-se, também, na elaboração da Carta Educativa do Concelho, documento a integrar igualmente o PDM.

O ano de 2006 fica igualmente marcado pelo Início do levantamento e análise da situação existente do edificado do Concelho quanto à tipologia dominante, uso e respectiva ocupação, tendo ficado concluídas as freguesias de Lavra e de S. Mamede Infesta.

Foi, também, dado início ao esboço de divisão de categorias para a área residencial a incluir na proposta de ordenamento e concluíram-se as propostas para prestação de serviços, respectivos programas e cadernos de encargos, para a elaboração do Plano de Urbanização (PU) para a envolvente à Rua de Recarei e do PU para o novo centro urbano de Cabanelas. Foram realizados os concursos e analisadas as propostas.

Deu-se continuidade e concluiu-se com acompanhamento da CCDRN, o seguinte:

- Plano de Urbanização para o quarteirão entre a Rua Alfredo Cunha e a Rua da Misericórdia, aguardando-se a acta de acompanhamento da CCDRN.
- Proposta para o Zonamento e regulamento do Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo.
- Proposta de Síntese para a área do Plano de Pormenor para a Zona Urbana da Quinta de Santo António.

Deu-se continuidade à elaboração e ao acompanhamento com a CCDRN dos seguintes Planos:

- Plano de Urbanização para o Araújo. Foi elaborada a proposta de Zonamento para a área do Plano.
- Plano de Urbanização de Real de Baixo.
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação do Nó do IC1 à Rua do Alto do Viso.
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1.
- Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da rua do Alto do Viso à E.N. 14;
- Plano de Urbanização para o Complexo Desportivo do Mar e sua Envolvente.
- Plano de Urbanização do Centro de Lavra.
- Plano de Urbanização para a Nova Centralidade de Perafita. Realizaram-se várias propostas para o zonamento da área central do Plano, e elaboraram-se os seguintes documentos: Planta de Localização, Planta Extracto do PDM, Planta de Condicionantes, Planta de Zonamento, esboço de regulamento.
- Plano de Urbanização de Matosinhos Sul. Realizaram-se várias propostas para vários quarteirões a sul, foram realizadas várias reuniões com a CCDRN, foi realizada uma reunião de concertação com as entidades representativas do sector da saúde, do ensino e do desporto.

No âmbito de colaboração em gestão urbanística, apreciaram-se processos de obras particulares nas áreas sujeitas à elaboração de P.U. ou P.P., e de entidades públicas e estatais.

No âmbito dos trabalhos para a Certificação da DMAT, deu-se continuidade ao mapeamento das actividades do Departamento.

## Informação Geográfica

Continuou-se a actualização das bases de dados dos eixos de vias, dos equipamentos do Concelho, da base cartográfica e dos alvarás de loteamento.

Continuou-se a criação de bases de caracterização concelhia de apoio à revisão do PDM.



Foram desenvolvidos trabalhos de informação geográfica, relevando-se:

- Implementação e início de utilização da aplicação de fornecimento de plantas topográficas;
- Concepção, desenvolvimento e instalação de uma nova plataforma para a disponibilização da informação na Internet e na Intranet (MunisigWeb)
- Concepção, desenvolvimento e instalação de sites na Intranet com a disponibilização de informação relativa às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aos Processos de Obras Particulares, à consulta do SIGMA e do SIG, às Plantas de Localização emitidas, aos Alvarás de Loteamento, à Caracterização Demográfica do Concelho, à localização das Farmácias, à localização dos Terrenos Municipais, à localização dos Edifícios com Interesse Arquitectónico, ao Património e às Antenas de Telemóvel;
- Continuou-se a correcção da base de dados gráficos e alfanuméricos em formato digital dos terrenos municipais;

- Foram criados os layouts para o novo PDM tendo por base as orientações da DGOTDU;
- Foram criadas normas de representação para elementos gráficos que não constam no documento oficial de normas de representação da DGOTDU.
- Deu-se continuidade à criação da base de dados gráfica de todos os edifícios do Concelho;
- Continuou-se a criação de bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados;
- Levantamento e criação da respectiva base de dados de todos os estudos de alinhamentos e cérceas elaborados pelo DPU.
- Criação da base de dados do domínio hídrico.
- Georreferenciação de moradas de alunos de algumas escolas do 1º ciclo do ensino básico para análises decorrentes da elaboração da Carta Educativa.
- Criação da base de dados das áreas comerciais.
- Deu-se início ao acompanhamento e georreferenciação do levantamento das actividades económicas efectuado pela FLUP.
- Deu-se início ao levantamento e criação da base de dados de sinalização vertical e horizontal, rampas e números de polícia.
- Criação da base de dados das áreas de armazenagem e venda de combustíveis.
- Procedeu-se à expansão do SMIG através da instalação de software e aplicações em diferentes serviços municipais (Ambiente, Resíduos Urbanos e Circulação e Transportes)
- Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais;
- Prestou-se colaboração nos Projectos IMAPS e SUDEST com a elaboração de cartogramas de caracterização temática;
- Executaram-se diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a actualização sistemática da carta digital;
- Continuou-se com a recepção, completagem, fiscalização, validação e aceitação definitiva de algumas cartas da actualização da cartografia digital da parte poente do Concelho.
- Criação de cartografia temática para os Planos de Emergência Externa de Matosinhos.
- Criação de cartografia temática para os Planos de Risco de diferentes estruturas industriais (Cepsa e Parque de Real).

## GESTÃO URBANÍSTICA

O exercício do Departamento de Gestão Urbanística, integrado na Direcção Municipal de Administração de Território, durante o ano de 2006, analisados os números resumo da actividade, caracteriza-se por um incremento significativo no número de pedidos e no número de licenças emitidas, da ordem dos 20%, o que pode configurar o início de uma retoma no sector imobiliário. Assim há um constatado incremento no número de pedidos de construções novas, reparações, ampliações de prédios e instalações de espaços similares hoteleiros, e um confirmado aumento da taxa de realização, mensurável pelo número de licenças emitidas (construções, reparações, ampliações, habitabilidades, prorrogações, aditamentos, demolições, vistorias), que confirmam esse balanço positivo do volume de pedidos e da resposta dada às operações urbanísticas configuradas na área do Concelho.



Há áreas do exercício em que se mantém uma estabilidade nos números, que não merece qualquer comentário.

Alguns números, contudo, merecem reflexão:

- Uma diminuição significativa dos pedidos de informação prévia e loteamentos, que pode fazer pressupor a aproximação de um novo abrandamento urbanístico ou/e uma

intervenção com fins imobiliários em áreas consolidadas, sem operações de reorganização de cadastro.

- Um aumento do número de processos de obras sem licença e de participações da fiscalização, que certamente poderá ser interpretado como revelador de uma maior eficácia na fiscalização das operações urbanísticas, na sua participação e autuação.
- Uma diminuição significativa no número de processos de exposição contenciosa (81%), que também permite concluir existir uma nova eficácia dos serviços e uma evolução dos processos e dos procedimentos que dispensa o “empurrão externo” (a queixa, a cunha...). Não havendo razões de queixa, essas participações deixarão tendencialmente de existir e a autarquia atingirá um desempenho que satisfará as suas obrigações de serviço público.

O incremento no número de pedidos, excepcionando os casos atrás detalhados, e o aumento no número de operações urbanísticas licenciadas produzem um inevitável aumento da receita (20%), o que permitirá a afectação de mais recursos municipais às operações de qualificação e apetrechamento do espaço público e construção de equipamento, e ainda ao reforço e modernização das infraestruturas existentes e à construção de novas infraestruturas, quer elas sejam no campo das acessibilidades, quer sejam infra-estruturas básicas de suporte.

Analizados os números e retiradas as ilações que havia a retirar, conta agora reflectir sobre a “substância” disciplinar do exercício do Departamento e sobre a “forma” de a concretizar, tendo em conta a função na qual se centra – a apreciação, licenciamento e fiscalização de todas as operações urbanísticas do Concelho.

Invertendo a ordem dos factores no que à matéria operativa diz respeito, procurou-se no ano de 2006 estabelecer uma série de medidas de inovação e modernização, que a seguir se discriminam:

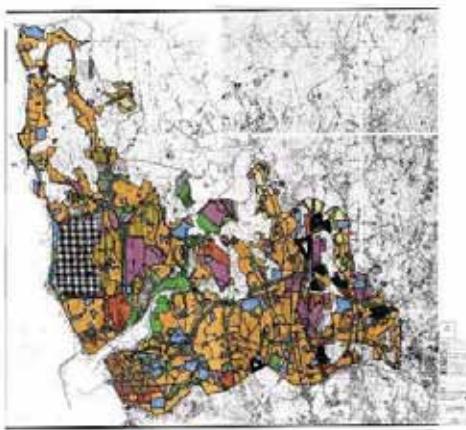
- a) Medidas de sistematização de informação, que permitem a produção de pareceres mais exaustivos, mais universais (evitando ao máximo a discricionariedade), através da elaboração de modelos para apreciação das pretensões e informação síntese dos processos, acelerando os procedimentos administrativos, por “decalque” das condições de licenciamento e de medição dos processos.
- b) Medidas de simplificação inteligente dos procedimentos, que permitam uma mais acelerada tramitação dos processos e uma mais precisa emissão de títulos (alvarás, licenças, etc), introduzindo acções de controlo intermédio, que reduzam significativamente o número de erros praticados, e uma mais acertada conexão

entre a área técnica do Departamento e a área administrativa que lhe dá retaguarda de suporte.

- c) Elaboração de propostas de reconfiguração dos requerimentos e dos títulos a emitir (licenças), acompanhados de formulários e listas de documentos a anexar e a preencher juntamente com os pedidos, que permitam o seu saneamento mais rápido e mais eficaz.
- d) Modernização nos meios de emissão de cartografia, com o fornecimento “na hora” de plantas topográficas de localização, ortofotomas, Plano Director Municipal (Planta de Ordenamento e Condicionantes) e simbologia adequada à identificação dos pedidos. Estas medidas de sistematização e disponibilização em tempo real de informação ao exterior permitem que os pedidos venham mais completamente documentados e as operações urbanísticas sejam elas próprias mais bem configuradas logo à partida.
- e) Georreferenciação das pretensões de modo a obter um cadastro actualizado dos antecedentes processuais e dos compromissos aos quais a autarquia está obrigada.
- f) Inventariação do Património Histórico e Arquitectónico (para já georreferenciado apenas nas freguesias de Leça de Palmeira e Matosinhos), o que permite que se tomem medidas de controlo urbanístico específico nas áreas envolventes dos edifícios classificados ou inventariados.



Prosseguem-se, com estes objectivos de racionalização dos procedimentos, desígnios de melhoria progressiva dos Serviços, também no que diz respeito às suas frentes de atendimento ao público, nas quais se ensaiam novos modelos de acolhimento concentrado e personalizado dos munícipes, com outros níveis de conforto e privacidade, para o apoio dos quais são indispensáveis adequados (e já operacionais) meios informáticos, cartografia actualizada e expeditos meios de consulta. Para isso contribuirá o programa de externalização / digitalização dos processos já iniciado.



Analisar-se-á de seguida a matéria que ao exercício urbanístico propriamente dito diz respeito. Em Matosinhos existem dois enquadramentos possíveis para a apreciação das operações urbanísticas – os casos em que existem instrumentos de Gestão do Território (Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor) plenamente eficazes e aqueles em que não existe ainda definição para além do Regulamento do PDM e seu zonamento e em que é necessário definir princípios de ocupação (índices, alinhamentos, cérceas, usos), tendo em conta os antecedentes licenciados, a situação existente e a definição estratégica apontada pelo Plano Director Municipal.

O ano de 2006 foi fundamental para a aprovação de estudos que se encontravam em curso e que agora estão a ser configurados como instrumentos de Planeamento e que ganharão eficácia no futuro próximo, após a sua homologação por todas as entidades a quem, por lei, cabe a sua aprovação.

Ganhar-se-á em tempo e eficácia, não só formal, com a sua entrada em vigor, e a gestão urbanística passará a segui-los incondicionalmente, vertendo para os pareceres que produz todas as suas directivas e especificações.

No que diz respeito à restante fatia do território, para a qual não há uma definição tão pormenorizada e vinculativa, há que encontrar soluções de gestão no dia a dia que muitas vezes obrigam à elaboração de estudos e propostas, que as mais das vezes mais não são do que os trabalhos preparatórios dos planos a elaborar, que os integram à nascença e que garantem que há uma unidade de princípios estratégicos entre as áreas plano e as restantes áreas.

O ano de 2006 serviu para reflectir, nesse dia a dia de análise de propostas e elaboração de estudos, sobre o caminho que se quer tomar e as orientações foram claras: construir menos e melhor, privilegiar actividades produtivas relativamente àquelas que não geram nem riqueza nem trabalho, dimensionar os empreendimentos à escala das infra-estruturas existentes, preservando o património natural e construído, dando coerência e multifuncionalidade aos núcleos urbanos consolidados ou em expansão, estruturar de forma adequada a rede viária, procurar a justa proporção entre livre e edificado, entre permeável e impermeável, procurando a escala humana, o espaço público qualificado, a arborização adequada, desonerando o município de inúteis e descabidos esforços financeiros na criação de redes infra-estruturais para servir populações que pela sua escala o não justifiquem, encontrando, no fundo, o equilíbrio entre o interesse particular de promoção imobiliária e o interesse público que, como autarquia, lhe cabe gerir.

Aproveitando esse impulso crítico, puseram-se em causa algumas opções, que haviam sido anteriormente tomadas sem uma adequada e sistemática reflexão, e optou-se por rever e reequacionar propostas e projectos que o tempo consolidara como “bons”, mas que não eram de facto suficientemente bons para aguentar o impacto de um aumento de exigência e da subida de fasquia que definitivamente se verificou.

Renegociaram-se soluções, estabeleceram-se acordos com os particulares, formalizaram-se protocolos de colaboração, reviram-se desenhos, reorganizaram-se e redimensionaram-se espaços públicos, diversificaram-se e misturaram-se novas funções, estabeleceram-se permutas com promotores privados, perseguindo determinadamente um objectivo de construir um território mais harmonioso, menos agressivo, mais habitável. Optou-se em muitos casos por soluções técnicas e administrativas de superior complexidade, obteve-se o patrocínio das entidades a quem está também atribuída a gestão territorial e cadastral, articularam-se de uma forma mais inovadora soluções com outros sectores, concretamente o sector das obras municipais, envolveram-se os particulares nas acções necessárias à correcção do cadastro das suas propriedades, empenhando-se o município na arbitragem desse reparcelamento e aproveitaram-se oportunidades para regularizar a malha de circulação e o serviço de acesso aos empreendimentos.

Esta postura participativa, reordenadora e actuante da autarquia na gestão concertada do território clarifica os papéis atribuídos a cada uma das partes envolvidas, os seus direitos e obrigações, redistribui responsabilidades entre todos os agentes e sobretudo releva o papel de tutela urbanística que sem qualquer dúvida lhe deve caber em primeira mão.

## ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL

Uma referência ao papel do DGU no processo de legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI'S). Sem que haja qualquer expansão da construção clandestina nesses núcleos, estando o fenómeno absolutamente controlado, importa prosseguir no esforço de dinamização de todas as acções de legalização. Assim, disponibilizaram-se recursos técnicos e administrativos para o apoio à organização dos processos de legalização, no interior do Departamento, e desenvolveu-se neste último ano uma forte acção exterior de dinamização nos locais, em concertação com as Juntas de Freguesia, com vista ao esclarecimento de todos os munícipes envolvidos (ou ainda não mobilizados) nestes núcleos de génese ilegal.

Organizaram-se sessões nos locais com as Administrações Conjuntas das AUGI'S, nas quais se deu apoio técnico e jurídico, e se mobilizaram as vontades para os processos de legalização, tendo em conta os prazos limite concedidos pela actual lei para as operações de reconversão urbanística.

De acordo com a Lei remete-se, para junção ao relatório de gerência de 2006, a informação relativa ao desenvolvimento do trabalho que se realizou nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no Departamento de Gestão Urbanística, incorporado na Direcção Municipal de Administração e Território.

A carta temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal mantém a mesma imagem ao longo do ano de 2006. Este facto deve-se essencialmente por não terem sido recenseados novos núcleos.

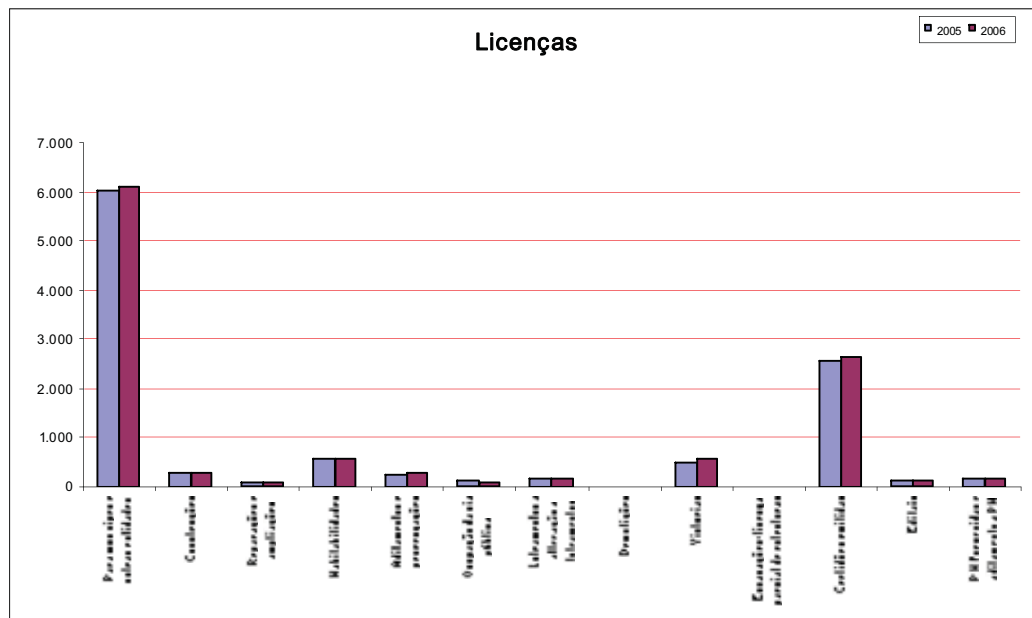
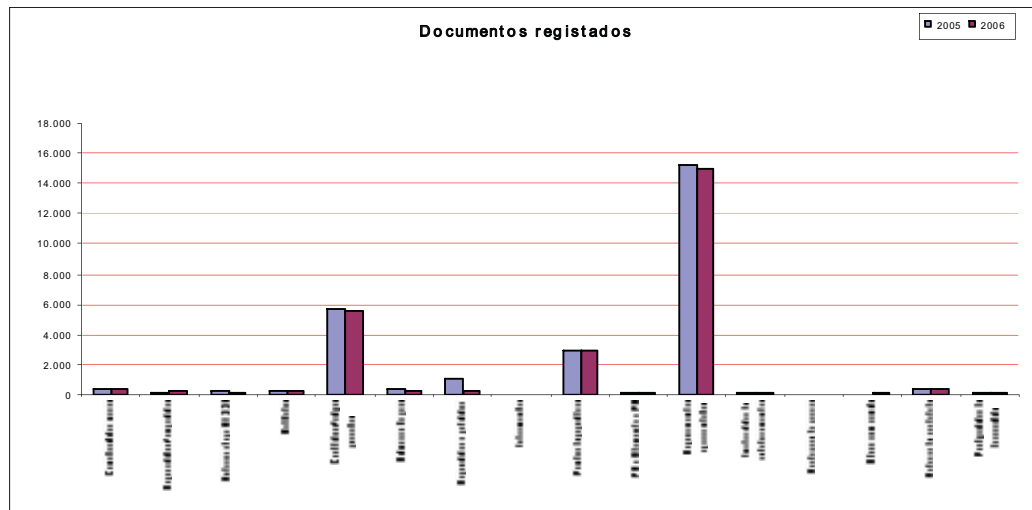
No decorrer do ano referente, 12 títulos de reconversão de loteamentos foram emitidos (alvará), o que corresponde que terão sido legalizados cerca de 78 802m<sup>2</sup> de área de terreno e 230 fogos.

Registou-se ainda a entrada de 7 novos processos de legalização, o que integra 150 fogos e 51 271m<sup>2</sup> de terreno. Um dos processos que foi instruído em 2006 já possui título de reconversão emitido.

Outra vertente de trabalho desenvolvido tem sido a participação municipal em acções preparatórias à instrução do processo de legalização, junto das comissões de administração conjunta ou em embriões dessas comissões, que darão origem a curto prazo de aproximadamente 12 novos processos.



Resumo das Actividades	2005	2006	Variação 2005-2006
Construções novas	378	436	15%
Reparações e ampliações	198	221	12%
Vistorias ao abrigo do DL 321-B/90	307	190	-38%
Viabilidades	310	266	-14%
Certidões e cópias de projectos	5.628	5.584	-1%
Números de polícia	346	270	-22%
Exposições e petições várias	1.036	200	-81%
Loteamentos	39	28	-28%
Plantas topográficas	2.902	2.942	1%
Propriedades Horizontais+Adiamento a PH	148	148	0%
Requerimentos apresentados	15.265	14.994	-2%
Instalações de estabelecimentos	111	128	15%
Destaques de parcela	7	45	543%
Obras sem licença	56	137	145%
Vistorias de salubridade	443	389	-12%
Participações da fiscalização	139	159	14%
Para municípios e outras entidades	6.021	6.113	2%
Construções	270	298	10%
Reparações e ampliações	67	74	10%
Habitabilidades	552	581	5%
Aditamentos e prorrogações	261	291	11%
Ocupação da via pública	114	96	-16%
Loteamentos a alteração a loteamentos	159	159	0%
Demolições	10	12	20%
Vistorias	483	580	20%
Escavações+licença parcial de estruturas	13	14	8%
Certidões emitidas	2.570	2.652	3%
Editais	118	133	13%
Prop. Horiz. Fornecidas e adiamento a PH	178	163	-8%
Receita DGU	€ 4.917.726,18	€ 5.904.485,19	20%
Número de atendimentos		37.668	
Tempo médio de atendimento		7,4 minutos	





## **Execução do Plano de Actividades**

# **Ambiente**



2006

**Relatório de Actividades e de Gestão**

As actividades que se desenvolveram em 2006 estão agrupadas pelas diferentes áreas de actuação ambiental.



## Monitorização Ambiental

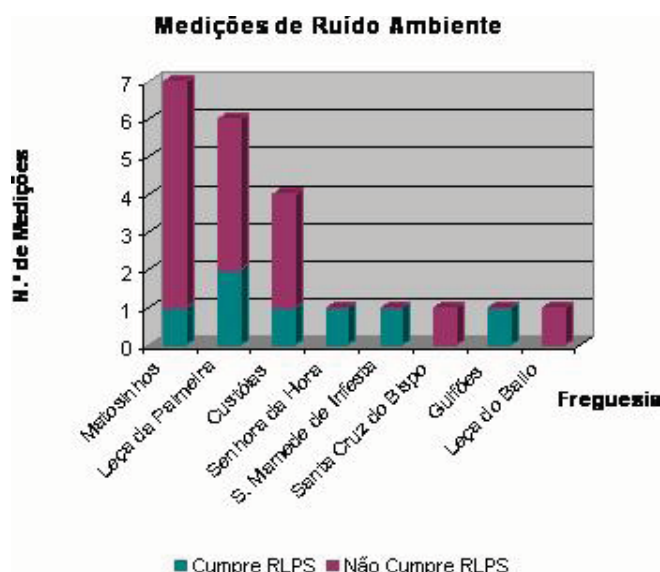
### *Poluição sonora*

A avaliação e gestão do ruído ambiente é hoje uma questão que assume particular relevância na política de gestão ambiental. A poluição sonora é um dos principais factores de degradação da qualidade de vida das populações, sobretudo no meio urbano, tornando-se, cada vez mais, numa fonte de preocupação para a comunidade.



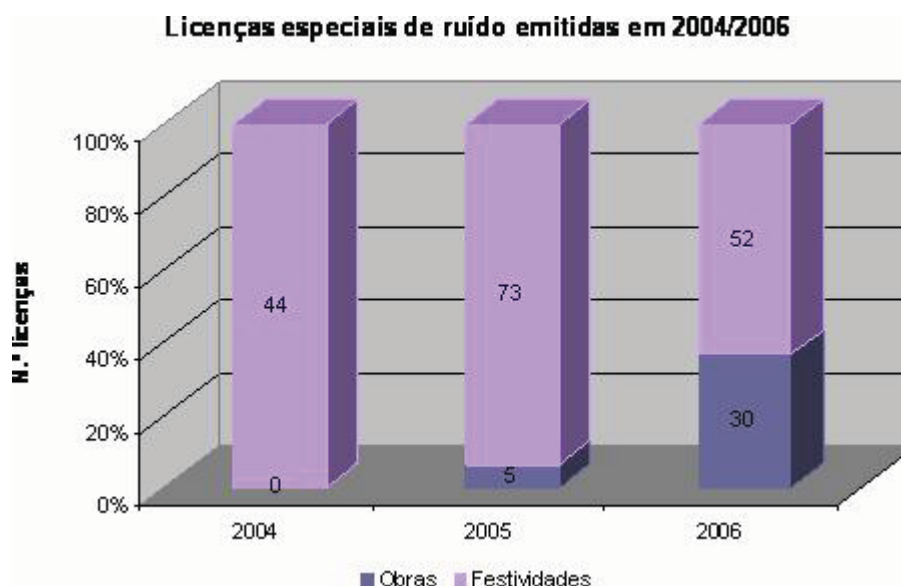
Durante este ano desenvolveram-se diversas actividades no âmbito do controlo da poluição sonora, nomeadamente na prevenção, controlo e fiscalização do Ruído e tramitação dos respectivos procedimentos administrativos.

O seguinte gráfico permite constatar que a maioria das medições de ruído foram realizadas na freguesia de Matosinhos seguindo-se Leça da Palmeira e Custóias, tendo-se concluído que na generalidade as actividades ruidosas permanentes em questão não cumpriam o disposto no RLPS.



Desde Janeiro de 2006, com a entrada em vigor do Regulamento das Taxas e Licenças Municipais, e conforme o disposto no n.º 74 do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município, as licenças especiais de ruído passaram a estar sujeitas à liquidação de taxas previstas.

A actuação do serviço neste âmbito centra-se essencialmente na emissão de pareceres sobre os pedidos de atribuição de Licenças Especiais de Ruído e sobre as reclamações originadas pelo desenvolvimento de actividades ruidosas temporárias sem atribuição de licença especial. O gráfico que se segue apresenta o número de licenças especiais de ruído emitidas em 2004, 2005 e 2006 de acordo com a sua finalidade, isto é, obras de construção civil ou festividades ao ar livre e na via pública.



Em 2006, foram emitidas 82 licenças especiais de ruído sendo 30 referentes a espectáculos e festividades ao ar livre e 52 respeitantes a obras de construção civil. Verifica-se que o número de licenças especiais de ruído tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Tal facto, deve-se a uma maior sensibilização da população quanto à necessidade de obtenção de licença especial de ruído para actividades ruidosas temporárias e a uma maior fiscalização por parte das autoridades competentes.

O maior número de licenças especiais de ruído emitidas foi para os espectáculos e festividades ao ar livre, atendendo ao grande número de romarias existentes no concelho. No entanto, constata-se que em 2006 houve um aumento significativo de licenças emitidas para obras de construção civil, passando de cerca de 6% em 2005 para 37% em 2006. Este acréscimo pode ser explicado pelas obras essencialmente às obras de construção da SCUT do Grande Porto/ VRI.

O ruído de vizinhança é habitualmente associado ao uso habitacional e às actividades que lhe são inerentes, sendo susceptível de atentar contra a tranquilidade da vizinhança ou a saúde pública.

Indicadores mais significativos:

Actividade	2006
N.º de reclamações	375
N.º de casos resolvidos	198
N.º de casos pendentes	177
N.º de licenças especiais de ruído emitidas	82
N.º de reclamações sobre as licenças emitidas	5

### Plano de Requalificação Ambiental da Orla Costeira

Atendendo à relevância da orla costeira e às suas potencialidades didácticas e de conservação da natureza, bem como à necessidade de garantir a conservação de recursos, do património natural e paisagístico e a necessidade de minimização de situações de risco e de impactos, no ano de 2006 estabeleceu-se com o FAPAS um acordo considerando que o Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens, ocupa uma posição privilegiada para prestar esse apoio para identificar e colaborar na conservação da orla costeira. O protocolo tem como objectivo assegurar a colaboração e assessoria subjacente a fiscalização e programação das actividades ao longo de toda a orla costeira, com especial incidência na programação de actividades no Parque de Dunas da Praia da Memória.



No programa de preservação do Parque de Dunas efectuou-se a substituição de cordames e colocação de prumos nas praias a norte do concelho e a execução de protecção dunar na praia de Angeiras Sul.

Matosinhos é sem sombra de dúvida um dos concelhos da área metropolitana do Porto com uma faixa costeira de grande singularidade, cheia de recortes finos e rochosos. São cerca de 13 km de várias as cores, contrastes e cenários pitorescos de património natural e paisagístico que importam valorizar e sustentabilizar. São doze as áreas balneares designadas no concelho: Angeiras Norte, Angeiras Sul, Funtão, Pedras do Corgo, Agudela, Quebrada, Memoria, Cabo do Mundo, Aterro, Leça da Palmeira e Matosinhos.

Este ano, a Campanha **Bandeira Azul** teve como tema central “Bandeira Azul – 20 Anos”. Foram ainda abordados outros temas como a educação para o desenvolvimento sustentável, os resíduos sólidos, a biodiversidade e a segurança. Durante o Ano de 2006 obtivemos o galardão Bandeira Azul para as Praias da Memoria e Pedras do Corgo. Estas duas praias foram ainda galardoadas como Praias acessíveis.

Na sequência do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, deu-se início ao projecto **Praia Acessível, Praia para Todos!** visando harmonizar diversas iniciativas locais já empreendidas para tornar acessíveis as praias portuguesas às pessoas com mobilidade condicionada. Na época balnear 2006 a Câmara Municipal de Matosinhos obteve o galardão Praia Acessível nas praias da Memória e Pedras do Corgo (já galardoada anteriormente).



### Sensibilização ambiental

Pensar globalmente e agir localmente é a base de todo o trabalho desenvolvido até hoje. Pretende-se elaborar uma plataforma de política ambiental municipal para sensibilizar os colaboradores, bem como alertar a população envolvente para uma vida mais saudável e para um melhor ambiente.

Num horizonte de continuidade das actividades desenvolvidas e, rumo a um futuro sustentável, abordaram-se temáticas como Litoral, Mobilidade Sustentável, Água, Tabagismo, Dejectos Caninos, entre outras, de forma a envolver todo o público-alvo. Durante o primeiro semestre de 2006 foram abrangidos por todas as entidades 5.925 participantes, e no segundo semestre 11.149 participantes.

#### *CENTRO DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE DAS DUNAS DA PRAIA DA MEMÓRIA*

Durante a época escolar foram efectuadas limpezas das dunas da Praia da Memória. Esta actividade tem o intuito de alertar para as boas práticas ambientais e ajudar na preservação das espécies autóctones. Desde o dia 15 de Junho o Parque de Dunas está aberto aos fins-de-semana. Durante a época balnear decorreu o Projecto Verão Azul. Este contemplou várias actividades de praia, desde visitas ao centro de Dunas, visitas guiadas ao parque de Dunas da Praia da Memória, concursos de fotografia e papagaios, esclarecimentos, teatro de fantoches alusivo ao tema água, entre outras. Todos os fins-de-semana, com a colaboração do FAPAS, o parque de dunas da praia da memória deu a conhecer o espaço a todos que ali passassem.

As actividades desenvolvidas ficaram subdivididas em oito áreas:

- “Verão Azul” – Ambiente na praia, visitas guiadas ao parque de dunas da praia da memória;
- Horta à Porta, disponibilização de talhões para a prática de agricultura biológica;
- Projecto Câmara Verde, sensibilizar todos os colaboradores do município para as questões da saúde e bem estar;
- Projecto Ambiente XXI – “Saber, Sentir e Agir”, conjunto de actividades relacionadas com a temática “água” envolvendo crianças e idosos;
- Projectos Nacionais de Educação Ambiental (EA), divulgação e apoio de alguns projectos de EA promovendo práticas sustentáveis;

- Projecto Ambiente +, realizado em conjunto com outros parceiros pretende fazer a ligação das questões ambientais às sociais e desportivas; comemoração de dias relacionados com o ambiente.
- Escola Ambiental da Mainça, visitas ao Ecocentro e ateliers de reutilização.

### **Semana Europeia da Mobilidade**

A Semana Europeia da Mobilidade em Matosinhos decorreu de 16 a 24 de Setembro. Durante nove dias, os cidadãos tiveram a oportunidade de usufruir da magnífica Marginal de Matosinhos, que se encontrou encerrada ao trânsito, e assistir ou participar em actividades dedicadas à mobilidade sustentável, com o objectivo de se facilitar um debate alargado sobre a necessidade da mudança de comportamentos relativamente à mobilidade, em particular no que toca à utilização do automóvel particular. Os eventos organizados em torno dos temas relacionados com o ambiente, transportes urbanos e o futuro dos cidadãos completaram o plano operacional de acção, conferindo a esta campanha uma forte dimensão educativa e de cidadania.



## Semana do Animal

De 2 a 8 de Outubro, a Câmara Municipal de Matosinhos, em conjunto com a Associação “Midas – Movimento Internacional de Defesa dos Animais” comemorou a semana do animal. Atenta ao problema de abandono de centenas de animais de estimação a Câmara criou junto do canil municipal o **Centro de Acolhimento de Animais Abandonados** que será gerido em colaboração com a associação Midas e cujo espaço foi inaugurado no dia 4 de Outubro – Dia do Animal, junto ao Canil Municipal.



Paralelamente, e encarando o problema da presença de dejectos caninos na via pública, a câmara disponibilizou dezenas de dispensadores de sacos na via pública. Durante esses dias realizou-se uma campanha de sensibilização à população, que passou pela distribuição de informação e animação de rua.

O tema biodiversidade e orla costeira, específico do Parque das Dunas, registou um número considerável de participantes em época de verão (período ao qual se encontra em funcionamento).

Destacam-se também as actividades de praia, jogo da roleta ambiental e oficinas de reutilização, que este ano tiveram uma grande adesão e inclusive constatou-se a sensibilidade que os participantes demonstram para com as questões ambientais.

Em suma, as actividades de Educação Ambiental consistem num trabalho permanente que merece especial atenção uma vez que envolve cidadãos. As acções de Educação Ambiental incidem-se sobretudo no universo escolar, público ao qual está mais receptivo à mudança, pretendendo assim educar e sensibilizar por um melhor ambiente e rumo a um futuro sustentável.

Indicadores mais significativos

Actividade	2006
N.º de participantes no primeiro semestre	5.925
N.º de participantes no 2º semestre	12.656

### Linhas de água

Segundo a directiva quadro da água (2000/60/CE) as águas superficiais e interiores terão de estar em “bom estado” até 2015.

Em 2006, a prosseguiu-se no Plano de Monitorização e Limpeza das linhas de água que percorrem o nosso território, nomeadamente das ribeiras da Riguinha e Carcavelos, das ribeiras de Picoutos e da Boa Nova, do Rio Onda e do rio Leça. Monitorizaram-se, igualmente, as praias da Conchinha, Senhora e Paraíso que não são zonas balneares e se encontram fora da monitorização efectuada pela administração central.

O programa de monitorização, mais uma vez foi extremamente eficaz na detecção de focos de poluição, procedendo-se de imediato à sua eliminação. Com os “olhos postos na nossa orla costeira” temos que combater cada vez mais as ligações clandestinas, eliminar focos de poluição e outros fenómenos anormais, contribuindo, assim para a melhoria da qualidade da água, em especial das nossas águas balneares. A monitorização é um instrumento essencial para a prossecução deste fim.



## Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana

Dentro das diferentes componentes de gestão de ambiente, a que respeita à gestão da recolha de resíduos, é, naturalmente, pela sua frequência e proximidade, a que mais interrelaciona com os munícipes. Matosinhos dispõe de um completo sistema de recolha, articulado entre diversos modelos de gestão: administração directa, concessão e prestação de serviços. O ano de 2006 marcou a análise do sistema, preparando a mudança técnica que se deseja operar no corrente ano.

Concretamente, foi aberto um novo concurso de concessão, para a área a Nascente da linha de metro da Senhora da Hora, prevendo-se que este esteja operacional durante o quarto trimestre deste ano. Este novo concurso vai permitir uma gestão ainda mais criteriosa do sistema, através da georeferenciação de equipamentos e acompanhamento em tempo real das operações. Deste modo, os técnicos municipais encarregues do sistema, poderão rentabilizar tempo e meios, conseguindo ganhos de tempo que permitem promover uma melhoria contínua do restante processo.

Cumulativamente, foi preparado um estudo técnico independente, referente à área actualmente sob administração directa (a Sul do Rio Leça e Poente da linha de metro da Senhora da Hora), e com o qual será possível durante o presente ano, introduzir melhorias significativas no sistema de administração directa. Estas melhorias vão reflectir-se numa optimização da recolha, por via da introdução de novos equipamentos de recolha e da adequação dos meios mecânicos às tarefas mais eficientes.





Relativamente à Concessão Norte (freguesias a Norte do Rio Leça), esta foi sucessivamente fiscalizada ao longo do ano, de forma a avaliar o cumprimento dos rigorosos critérios de operação.

O trabalho de enquadramento técnico permitiu, consistentemente, preparar novos projectos, novos conceitos de abordagem da gestão de resíduos.

Bom exemplo deste trabalho é o Projecto “100 kg”. Este projecto visa criar numa zona piloto, uma estratégia de redução efectiva de 100Kg anuais, na produção de resíduos per capita. Este projecto prevê a articulação com diversos actores locais, como escolas, equipamentos municipais, casas particulares, estabelecimentos comerciais, etc. Para a implementação deste projecto, foi seleccionada uma área urbana da Senhora da Hora, que pela sua homogeneidade, facilita-se a abordagem técnica. A preparação deste modelo de recolha implicou a realização, durante duas semanas, de circuitos de recolha específicos para todos os resíduos produzidos na zona piloto, de forma a ser possível caracterizar cientificamente os resíduos produzidos. Se a estratégia actualmente em teste fosse tecnicamente viável de alargar a todo o concelho, poderíamos reduzir em 25% os custos efectivos de operação, quer no que se refere à recolha e transporte, quer também na deposição final.

Durante o ano de 2006, foi também iniciado o sistema de recolha selectiva de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), dando assim cumprimento à legislação em vigor. Esta recolha foi implementada em duas vertentes: recolha através do Ecomóvel, por marcação via Linha Verde Ambiente, e por deposição directa nos Ecocentros do Concelho.

Na recolha selectiva de matéria orgânica, Matosinhos é já o concelho do Sistema Intermunicipalizado – LIPOR que mais contribui para as taxas de valorização e reciclagem desta fileira. Foi possível um ligeiro alargamento do circuito “Restauração 5 Estrelas”, reforçando o número de estabelecimentos aderentes ao sistema.

Analisar a dimensão do sistema, só é possível por via da apresentação das diversas tarefas, e da enumeração das quantidades de materiais envolvidos na gestão.

Destacamos assim as seguintes tarefas:



- Recolha de resíduos indiferenciados;



- Recolha Selectiva (Ecocentros, Ecopontos e EcoServiços);

- Lavagem de Equipamentos (contentores, papeleiras, ecopontos);
- Manutenção de Equipamentos (substituição e reparação de contentores, ecopontos e papeleiras);
- Instalação de Molok's (contentores enterrados de 5.000 L);
- Gestão dos 4 Ecocentros do Concelho,;
- Remoção de montureiras, limpeza de terrenos, valetas
- Limpeza de praias;
- Limpeza de terrenos públicos e particulares resultantes de processos de contravenção;
- Limpeza de valetas na área onde não existe varredura urbana;
- Limpeza de parques de estacionamento em terra batida e pavimentados, antes e durante a época balnear;
- Fiscalização da *"Prestação de Serviços para a Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha de Caminhos de Ferro Porto/ Póvoa"*;
- Fiscalização da *"Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça."*
- Remoção de publicidade da via pública;
- Remoção de toldos, reclamos luminosos e painéis publicitários;
- Varredura manual e mecanizada em diversos arruamentos, incluindo lavagem;

- Limpezas de grafitais;
- Recolha de resíduos industriais banais, equiparados a urbanos;



- Recolha de veículos em fim de vida;

- Gestão dos Cemitérios Municipais
- Gestão do Canil Municipal

De entre estas diversas matérias, importa referenciar alguns números que demonstram a efectiva produtividade do sistema, numa perspectiva de avaliação, assim como numa perspectiva de melhoria contínua efectiva, no que se refere aos aspectos ambientais, sociais e económicos.

#### *TRATAMENTO DE RESÍDUOS*

Em 2006, no Concelho de Matosinhos, foram produzidas e tratadas **107.383 toneladas** de resíduos, das quais:

TIPO DE TRATAMENTO	QUANTIDADE (TONELADAS)
DEPOSIÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO MATOSINHOS	16.532
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA – LIPOR II	76.515
RECICLAGEM	14.335
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>107.383</b>

*DEPOSIÇÃO EM ATERRO SANITÁRIO*

O Aterro Sanitário de Matosinhos, em fase de encerramento ambiental, permitiu ainda o tratamento de alguns resíduos, de um modo eficaz. Assim, em 2006 foram tratadas, através deste sistema, 16.532 toneladas de resíduos.

*VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA*

Na Central de Valorização Energética – Lipor II foram tratadas **76.515 toneladas** de RSU's das quais, **24.933 toneladas** foram depositadas pelos serviços Camarários, **28.208 toneladas** pelo prestador de SOGEA/Serurb, **22.793 toneladas** pelo prestador de serviços Serurb, SA, **583 toneladas** relativas a descarga provenientes dos Mercados Municipais.

*RECOLHA DE RESÍDUOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS BANAIS*

Em 2006 procedeu-se à Recolha de Resíduos Industriais Equiparados a Urbanos (comerciais e industriais banais – R.I.B.) em diversas empresas, que foram encaminhados para Valorização Energética.

*RECICLAGEM MULTIMATERIAL*

Em 2006, foram encaminhadas para reciclagem **14.335 toneladas** de resíduos, recolhidas através dos diversos sistemas de recolha selectiva, existentes no Concelho.

**ECOCENTROS – 4.083 TON**

**ECOPONTOS – 5.782 TON**

**PORTA A PORTA – 266 TON**

**CIRCUITO COMERCIAL/INDUSTRIAL – 2.602 TON**

**ECOMÓVEL – 1.602 TON**



*RECOLHA DE VIATURAS ABANDONADAS E SUCATA*

Em 2006 deu-se continuidade a este serviço, tendo sido recolhidas **363 viaturas**, das quais **30 foram reclamadas** pelos proprietários, tendo pago no total de taxas 7.188,00 Euros.

Em 2006 deu-se continuidade a este serviço, tendo sido recolhidas **363 viaturas**, das

Importa ainda destacar os principais contratos desenvolvidos durante o ano de 2006, que implicaram mobilização de meios de fiscalização e controlo:

**CONCESSÃO DE SERVIÇOS**

1. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça.” - Efectuada pelo Serurb, SA;
2. Contrato Adicional da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Matosinhos e Sr.<sup>a</sup> da Hora – Cont 8/2004 efectuada pelo Serurb

### **PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

**1. Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura Urbana no Concelho a Nascente da Linha Porto/Póvoa** - Efectuada pelo Consórcio SOGEA/Serurb, teve o seu término em 2 de Dezembro de 2006.

**2. Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura Urbana no Concelho a Nascente da Linha Porto/Póvoa - Aumento da Varredura** Contrato Adicional 61/01 - Efectuada pelo Consórcio SOGEA/Serurb, teve o seu término em 2 de Dezembro de 2006.

### **3. Desinfestação e Desratização do Concelho de Matosinhos**

*Ajuste Directo da Prestação de serviços de recolha de lixo e varredura do Concelho de Matosinhos, zona a nascente da linha de caminho de ferro Porta/Póvoa.* Esta prestação de serviço, assegurada pelo Serurb – Serviços Urbanos, Lda. é responsável por assegurar a recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, recolha dos vidrões, varredura urbana, vedação de terrenos, limpeza de valetas e de montureiras, nas freguesias de Leça do Balio, 2/3 da Sr.<sup>a</sup> da Hora, Custóias e S. Mamede Infesta, até Outubro de 2007, altura essa que se prevê estar adjudicada a nova concessão. Esta Prestação de serviços teve início em 3 de Dezembro de 2006.

### **4. *Prestação de Serviços para Limpeza de Terrenos e Espaços Públicos***

Foram limpos através desta prestação 63.290 m<sup>2</sup> de terrenos, não tendo havido necessidade de proceder a nenhuma vedação.

### **5. *Prestação de Serviços para Limpeza de Cartazes no Concelho de Matosinhos***

### **6. *Regularização dos Areais das Praias de Matosinhos, Perafita e Angeiras***

### **CEMITÉRIOS MUNICIPAIS**

Uma componente diferenciada dentro desta área é a dos cemitérios. Mas também nesta matéria desejamos inovar. 2006 marca a apresentação do 1º Tanatário Municipal, a construir em Sendim. Matosinhos passa a ser o um concelho servido por estruturas de qualidade. Esta nova estrutura vai subir o patamar de qualidade e exigir ainda mais dos nossos técnicos.



### 1. Cemitérios Municipais n.º 1 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 20

N.º de Exumações/Transladações – 0

### 2. Cemitério Municipal n.º 2 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 131

N.º de Inumações em Covais – 165

N.º de Exumações/Transladações – 200, das quais foram requeridas ou licenciadas 122

### 3. Cemitério Municipal n.º 4 – Santos Dias

N.º de Inumações em Jazigos – 4

N.º de Inumações em Covais – 80

N.º de Exumações/Transladações – 50, das quais foram requeridas ou licenciadas 32

## VARREDURA URBANA

Manter uma cidade limpa, é tarefa e trabalho de muitos. Quando encontramos as nossa ruas limpas pela manhã, devemos pensar que foram muitos os meios envolvidos para que fosse possível obtermos tão elevados níveis de qualidade. Em 2006, no Concelho de Matosinhos, foram varridos **65.906 km** de arruamentos, dos quais:

	QUILÓMETROS VARRIDOS/ANO 2006
CONCESSÃO DE SERVIÇOS (FREGUESIA DE LEÇA DA PALMEIRA)	15.859
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (FREGUESIAS DE LEÇA DO BALIO, S. MAMEDE INFESTA, SR.ª DA HORA E CUSTÓIAS)	19.100
AUMENTO DE VARREDURA (FREGUESIA DE MATOSINHOS)	23.593
CÂMARA (FREGUESIA DA SR.ª DA HORA – ZONA A NACESTE DO IC1)	7.354
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>65.906</b>

## PARQUES E JARDINS



Matosinhos é cada vez mais um território verde. São muitos os espaços verdes que podemos descobrir nas nossas freguesias, espaços caracterizados pela diversidade e qualidade. Queremos também aqui estar mais perto das pessoas, pelo que novos projectos foram preparados durante 2006, alguns já implementados, outros em fase de realização.

Requalificação Ambiental e Paisagística da Orla Costeira, Hortas Biológicas, jardins temáticos, são alguns desses bons exemplos. Mas toda esta vertente técnica implica necessariamente o envolvimento de meios humanos e equipamentos. Também aqui Matosinhos inova na gestão, apostando num modelo diferenciado. O modelo suporta-se na administração directa, na prestação de serviços e nos protocolos e parcerias com entidades públicas e privadas de âmbito social.

Destaca-se os protocolos com o CEFPI, através do qual se enquadra no mundo do trabalho pessoas com limitações intelectual, e com a ADEIMA, possibilitando a enquadramento no trabalho de manutenção, pessoas socialmente marginalizadas.

Também prestam serviço neste Município ao abrigo do protocolo estabelecido com o Ministério da Justiça, por via da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, mão-de-obra prisional no âmbito da reintegração social. Estes são actualmente responsáveis pela manutenção da Quinta da Conceição. Além disso, iniciou-se protocolo utilizando

reclusas do Centro Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, destinadas a apoiar o processo de Requalificação Ambiental e Paisagística da Orla Costeira.

É ainda competência da área de espaços verdes, a construção de jardins, de parques públicos e parques infantis, investimentos que demonstram a vontade política de aproximar os munícipes de espaços de qualidade e promover uma qualidade de vida assente nas componentes ambientais. Destacamos alguns desses investimentos:

- Construção de parque infantil na escola EB JI da Portela em Santa Cruz do Bispo;
- Ligação á rede de iluminação publica do Logradouro da Rua Avelino Soares Correia;
- Construção de horta á Porta, Jardins envolventes e iluminação publica e decorativa no Jardim Teixeira Lopes com Travessa do Alto do Monte;
- Construção da rega automática na Escola da Boa Nova, em Leça da Palmeira;
- Reparação do sistema de rega automática no jardim do Mosteiro, em Leça do Balio;





**Execução do Plano de Actividades**

# **Mobilidade e Transportes**



2006

**Relatório de Actividades e de Gestão**

Na área da mobilidade destacaram-se em 2006 iniciativas no âmbito da segurança rodoviária, com a implementação do programa “Pequenas Medidas Grandes Efeitos”, para eliminação de pontos negros em matéria de segurança rodoviária, em meio urbano; a eliminação de barreiras arquitectónicas na envolvente aos Paços do Concelho e a preparação de um novo Plano de Circulação para Matosinhos Sul, baseado em vias de sentido único e na implementação de uma rede de ciclovias.

Em Setembro de 2006 aderimos à Semana Europeia da Mobilidade com a realização de algumas iniciativas na marginal de Matosinhos, tendo sido a avenida General Norton de Matos encerrada ao trânsito nesse período e destacando-se a apresentação de veículos automóveis híbridos, a apresentação do novo Plano de Mobilidade de Matosinhos sul e a participação de crianças em circuitos de prevenção rodoviária utilizando veículos a pedais.



Foi concluída a primeira empreitada para a eliminação de barreiras arquitectónicas, no âmbito do protocolo celebrado entre a CMM e a APPLA, tendo esta instituição decidido atribuir à Câmara Municipal de Matosinhos a bandeira de prata da Mobilidade.

Do ponto de vista do planeamento da mobilidade destaca-se a adjudicação e o acompanhamento do Estudo de Reordenamento Viário da Av. Serpa Pinto bem como o acompanhamento e colaboração, através de estudos de circulação, no Estudo do Reordenamento na Inserção Urbana dos Viadutos de Acesso à Ponte Móvel.

Além disso, deu-se continuidade ao acompanhamento do IP4/VRI no concelho (acompanhamento de obra, reuniões, estudos e contrapropostas, informações e ofícios, atendimento público, análise do projecto de vedações, expropriações e barreiras acústicas) bem como do IC24/A41



e da inserção urbana do Metro do Porto. Outros dossiers tratados prendem-se com o reperfilamento da Via Norte e da supressão de passagens de nível da REFER.

Paralelamente ao acompanhamento do estudo de alargamento do IC1/A28, realizou-se o estudo para a ligação do IC1 à Rua Dr. Eduardo Torres e desta à Circunvalação, além dos estudos de alternativas para a ligação da Refinaria do Norte e Parque de Gás ao IC1 e da reconversão da EN107 entre Freixieiro e o Aeroporto, para preservação de canal para a introdução do Metro de Superfície.





**Execução do Plano de Actividades**

# **Qualificação Urbana**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

No âmbito da qualificação urbana, foi dada continuidade ao Programa de Requalificação da rede viária iniciado nos anos anteriores, registando-se a conclusão de algumas importantes obras e o desenvolvimento e/ou o início de outras.

O ano de 2006 foi ainda caracterizado pela realização de um levantamento, freguesia a freguesia, das necessidades de intervenção nesta área, já articulado com o programa de intervenção no âmbito da concessão dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento contratado com a empresa concessionária, para concretização em tempo oportuno.

Por outro lado, foram identificadas as necessidades não consideradas no âmbito da referida concessão tendo sido iniciado o processo para a medição dos trabalhos a realizar e para, sempre que necessário executar os respectivos projectos.

Por último, também em articulação com as Juntas de Freguesia e com o envolvimento dos serviços municipais, foram feitas várias intervenções de manutenção e conservação de arruamentos, infra-estruturas, edifícios e equipamentos públicos.



De entre estas intervenções salientam-se:

- Reparação de 75.000m<sup>2</sup> de pavimentos asfálticos;
- Limpeza de 2500m de valetas;
- Construção/reconstrução de 70 sarjetas e de caixas de drenagem de águas pluviais;
- Reparação ou execução 4800m<sup>2</sup> de pavimentos em cubo;
- Correção de 360ml de lancis de passeios;
- Reparação de 24 colectores de águas pluviais;
- Reparação de 2500m<sup>2</sup> de pavimentos de passeios diversos e substituição/instalação de 500m de lancis;
- Substituição de 70m de colectores;
- Construção/reparação de 100m de muros de vedação;
- Correção de 200 sarjetas e caixas interceptoras;
- Execução de 30 rampas nas travessias de peões.



Ainda nesta área, foi iniciado o processo com vista à implementação do denominado Programa “**Qualidade 100%**” que permitirá um acompanhamento sistemático do estado de conservação de todas as infra-estruturas e equipamentos públicos do concelho, procurando com oportunidade e eficácia e mantê-las em ordem.

Por último a Câmara acompanhou de perto as diversas intervenções de entidades externas na instalação de redes de abastecimento público de energia e sistemas de comunicação.



**Execução do Plano de Actividades**

## **Projectos e Obras**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

O ano de 2006 regista mais um avanço qualitativo no sentido da afirmação da autarquia de Matosinhos como entidade a quem é reconhecido um percurso de qualidade na concepção e construção de infra-estruturas, edifícios, equipamentos e espaços públicos.

De facto, iniciamos este ano, um processo com vista à **certificação da qualidade dos nossos projectos e das nossas construções**, garantindo dessa forma que o resultado do trabalho produzido corresponde rigorosamente aos objectivos propostos.

Este processo que será alargado a todas as construções municipais com expressão em termos de investimento, terá a sua primeira experiência na empreitada de Requalificação e Ampliação da EB1 do Corpo Santo em Leça da Palmeira.

Por outro lado, o ano de 2006 fica também marcado pela necessidade de acompanhar a construção de instalações, edifícios municipais com acrescidas preocupações de **sustentabilidade – energética e ambiental** – seguindo o exemplo do sector cooperativo habitacional que construiu no concelho, na freguesia de Leça do Balio, o primeiro empreendimento habitacional sustentável, entretanto já alargado a duas outras em Leça da Palmeira e em Guifões.

Tendo presentes estas preocupações e dando cumprimento às orientações inscritas no Plano de Actividades oportunamente aprovado, concretizámos em 2006 um conjunto significativo de objectivos nas diferentes áreas da actividade municipal, envolvendo os serviços municipais, quer na concepção dos projectos, quer na avaliação destes quando a concepção foi atribuída a projectistas externos, quer ainda no acompanhamento técnico da sua boa concretização.



De entre estes salientam-se:

#### Acção Social

- A.T.L. do Manso em Custió, Leça do Balio – conclusão das obras;
- Equipamentos sociais do Conjunto Habitacional da Seara, Matosinhos – início das obras;
- Centro Cívico de Custóias – conclusão das obras;



- Creche e Centro de Convívio de Custóias – projecto;
- Residência Sénior da Senhora da Hora – projecto;
- Remodelação do edifício da APPCDM, Senhora da Hora – projecto;

## Cultura

- Teatro Constantino Nery, Matosinhos – conclusão do projecto e abertura de concurso;



- Auditório da Associação Aurora da Liberdade, Matosinhos – elaboração do projecto;
- Museu da Quinta de Santiago – conclusão do projecto e abertura de concurso;

**Desporto**

- Zona Desportiva de Lavra – continuação da obra;



- Zona Desportiva de Leça do Balio – continuação da obra;
- Parque Nascente, Leça do Balio/S. Mamede de Infesta – continuação da obra de infra-estruturas e desenvolvimento dos projectos do parque desportivo;
- Pavilhão de Leça da Palmeira – conclusão da obra;



- Nova Centralidade de Guifões (Piscina e Pavilhão Desportivo) – análise das propostas;
- Campo de Futebol de Custóias – elaboração do projecto e abertura de concurso;
- Pavilhão Desportivo do Padrão da Légua, Custóias – concurso para a construção;
- Sede do Grupo Desportivo de S. Sebastião, Leça do Balio – concurso para a construção;
- Sede Juventude das Ribeiras, Perafita – projecto;
- Pavilhão de Matosinhos (Escola Secundária João Gonçalves Zarco) – projecto;

## Educação

- JI Farrapas, Perafita (novo) – empreitada concluída;



- JI Monte da Mina, Leça do Balio (requalificação total) – empreitada concluída;
- EB1 Padre Manuel Castro, S. M. Infesta (requalificação total) – início da empreitada;
- EB1/JI Cabanelas, Lavra (requalificação total) – início da construção;
- EB1 Santiago, Custóias (requalificação total) – início da construção;
- EB1/JI 4 Caminhos, Senhora da Hora (requalificação total) – início da construção;
- EB1 Corpo Santo, Leça da Palmeira (requalificação total) – adjudicação;
- EB1/JI Florbela Espanca, Matosinhos (pequena obra) – concluída;
- EB1 Asprela, S. Mamede de Infesta (pequena obra) – concluída;
- EB1 Esposade, Custóias (pequena obra) – concluída;
- EB1 Godinho, Matosinhos (pequena obra) – concluída;
- JI Guarda, Perafita (pequena obra – concluída;
- EB1/JI Monte Ramalhão, Guifões (pequena obra) – concluída;
- Escola de Música Óscar da Silva, Matosinhos (nova) – início da construção;
- EB1/JI Quinta de S. Gens, Senhora da Hora (requalificação e ampliação) – projecto;
- EB1/JI Biquinha, Matosinhos (2.ª fase – trabalhos complementares) – projecto;
- JI n.º1 de Custóias, Custóias – (novo edifício) – projecto;
- EB1/JI Igreja Velha, S. Mamede de Infesta (Ampliação) – projecto;
- JI Angeiras, Lavra (nova – edifício da EB1 Angeiras) – projecto.

### Vias de Comunicação

- Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira, Matosinhos – empreitada concluída;
- Envolvente ao Pavilhão da Senhora da Hora – empreitada concluída;
- Ruas de Damão e Diu, S. Mamede de Infesta – empreitada concluída;
- Variante a Picoutos, S. Mamede de Infesta – empreitada concluída;
- Centro Cívico de Perafita – empreitada concluída;
- Rua Roberto Ivens, Matosinhos – empreitada concluída;
- Rua Veloso Salgado, Leça da Palmeira – empreitada concluída;
- Rua e Travessa da Estação do Araújo, Leça do Balio – empreitada concluída;
- Arruamentos da zona do Monte da Mina, Leça do Balio – empreitada concluída;
- Arruamentos do Bairro da Biquinha e envolventes, Matosinhos – desenvolvimento da empreitada;
- Rua da Fonte Velha e Rua Teixeira Lopes, Custóias – desenvolvimento da empreitada;
- Largo da Viscondessa, Santa Cruz do Bispo – empreitada suspensa por decisão do tribunal;
- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e Gonçalves Sectores A+B, Leça da Palmeira – desenvolvimento da empreitada;
- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e Gonçalves a Santa Cruz do Bispo D+F – desenvolvimento da empreitada;
- Rua Henrique Medina, Senhora da Hora – início da empreitada;
- Rua dos Fogueteiros, Custóias – início da empreitada;
- Rua Dr. Domingues dos Santos, Lavra – projecto;
- Rua Monte Ramalhão – projecto;
- Novo arruamento de acesso à Escola da Portela – projecto.

### Centros Cívicos e espaços públicos

- Arranjo urbanístico do Largo de Esposade, Custóias (Bar modular) – projecto;
- Praça do Padrão da Légua – projecto;
- Centro Cívico de Santa Cruz do Bispo – projecto;
- Centro Cívico de Matosinhos (Ludoteca) – projecto;
- Parque de Estacionamento de Manhufe, Matosinhos – projecto e concurso para a construção.

### Ambiente

- Parque de Estacionamento da Praia da Quebrada, Perafita – projecto;
- Parque de Estacionamento da Praia do Cabo do Mundo, Leça da Palmeira – projecto;
- Passadiços da Orla Costeira – conclusão do projecto.



### Cemitérios

- Tanatório de Sendim, Matosinhos – projecto e abertura de concurso para a construção;
- Ossários no Cemitério de Custóias – projecto e abertura de concurso para a construção;

### Edifícios Municipais

- Requalificação do Mercado de Matosinhos – projecto e abertura de concurso;
- Front-Office, Edifício dos Paços do Concelho – projecto e concurso para a construção;



- Casa da Praia, Leça da Palmeira (para Posto de Turismo) – projecto;
- Requalificação dos Armazéns Gerais – projecto e concurso para a empreitada.



**Execução do Plano de Actividades**

# **Segurança e Protecção Civil**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

O DSPC é um Departamento constituído por quatro serviços complementares, a Polícia Municipal, a Protecção Civil, as Contra-ordenações e a Fiscalização, cujo objectivo é contribuir para o bem-estar de todos, no Concelho de Matosinhos, através de iniciativas que visam melhorar as condições de segurança e protecção que sustentam a qualidade de vida. De seguida apresentam-se, resumidamente, as principais actividades desenvolvidas por cada uma dessas áreas.

### Polícia Municipal

A Polícia Municipal, é um serviço recente, que venceu a primeira barreira da sua existência, ser aceite pelos cidadãos de Matosinhos. Como um serviço do Município, a função primária e relevante de uma polícia municipal, é a prossecução de tarefas que sirvam para a implementação de políticas municipais, quer sejam de natureza social, ambiental e até mesmo da segurança. São pois tarefas principais, a fiscalização e ordenação do trânsito, a fiscalização e organização dos mercados, fiscalização das diversas actividades como a construção clandestina, o depósito de resíduos ou lixo, a pressão sobre actividades não licenciadas, a ocupação da via pública de forma indiscriminada e ilegal, controlo de actividades lúdicas no espaço do município, os ruídos, a fiscalização às actividades ligadas à fauna e à flora enfim, um sem número de matérias que cada vez mais têm vindo a cair na esfera do poder local.



Neste sentido, no ano de 2006, orientou a sua actividade de acordo com os objectivos definidos pelo executivo, tendo dado uma especial atenção aos problemas de circulação rodoviária. Desta forma procurou ir de encontro dos interesses dos cidadãos de Matosinhos, principalmente aqueles que vêm cada vez mais vêm a afirmar os seus direitos de cidadania, invocando o direito de uma vida urbana com qualidade, exigindo a coabitação plena da circulação nas vias rodoviárias com a sua segurança, bem estar e conforto.

Para isso, actuou com alguma eficácia na fiscalização dos comportamentos rodoviários notoriamente abusivos e que ao mesmo tempo mais interferiam nessa relação, isto é as infracções vincadamente mais perturbadoras na normal circulação automóvel ou pedonal, ou sejam os estacionamento em segunda fila, em cima dos passeios, em locais destinados a outras actividades e em todos os locais que de alguma forma ponham em causa o desiderato da segurança dos cidadãos.

Porém, não se limitou a esta tarefa, na medida em que participou activamente em muitas outras actividades que com a sua actuação, aumentou o nível de satisfação dos munícipes de Matosinhos contribuindo para o aumento do sentimento de segurança e bem assim de bem-estar.

Numa intervenção mais abrangente, interveio no patrulhamento de diversas áreas do Concelho de realçar a sua presença nas zonas das praias, em resultado do qual, elaborou imensas peças de expediente, fez detenções de indivíduos ligados a actividades marginais, assegurou a execução de ordens coercivas da Câmara no seu normal desempenho administrativo e prestou apoio e assistência a cidadãos que dela necessitaram.

Nesta tarefa, contou este ano com mais 17 novos Agentes, que a meio do ano se integraram de forma positiva no dispositivo e na própria cidade. Apetrechou-se com novos meios, adequados ao espaço onde se encontravam, nomeadamente com meios de locomoção não poluentes, bem como meios adequados a certas tarefas nomeadamente a aquisição de equipamento para bloqueio de viaturas em transgressão e reboques. O serviço teve, igualmente, um papel preponderante na organização das feiras de Angeiras e Custóias, bem como no ordenamento do mercado de S. Mamede Infesta.

Além disso, a Polícia Municipal acompanhou os diversos serviços municipais de apoio social, na sinalização de pessoas sem casa e na prestação de apoio aos mesmos nos dias de frio do Inverno e encaminhou várias situações de carência social.



Participações por Tipo de Infracção	Total
Venda ambulante	10
Ocupação de via pública	7
Canídeos	32
Lixos	26
Fiscalização a estabelecimentos comerciais	123
Anomalias via pública/Sinalização	43
Averiguações situações	93
Regularização de trânsito	24
Fiscalização de obras	5
Eventos promovidos pela Câmara	3
Conspuração da via pública	6
Perdidos/achados	1
Indivíduos "sem abrigo"	2
Ruídos	37
Construção do IP4	9
Prédios em ruínas	3
Viaturas abandonadas	270
Desacatos	15
Desobediência	1
Outros	13
Trânsito	72
Ocorrência	17
Queimada	1
Identificação proprietário	6
Avaria de rádio	1
Insalubridade	1
Vizinhos	10
<b>Total</b>	<b>831</b>

Autos de Notícia por Tipo de Infracção	Total
Falta de licença de esplanada - estabelecimentos	1
Falta de licença de publicidade - estabelecimentos	4
Falta de licença de utilização/ averbamento - estabelecimentos	27
Falta de horário de funcionamento/ não afixação - estabelecimentos	1
Falta de livro de reclamações	1
Venda ambulante	79
Obra sem licença	5
Arrumadores	1
Deposição de lixos na via pública	1
Falta de licença de detenção de canídeos	9
Funcionamento além do horário oficial	1
Trânsito	5
Vandalismo	2
Queimada	1
Desobediência	3
Actividade ruidosa	20
<b>Total</b>	<b>163</b>



Processos Contra-ordenação ao código de estrada por Tipo de infracção	Total
2.ª FILA	41
Acesso Propriedade	27
Capacete	1
Carga Mal Acondicionada	4
Cinto Segurança	4
Circulava em Sentido Contrario	1
Desobedeceu à Autoridade	3
Desobediência e Educação	1
Documentos	9
Excesso de Lotação de Pessoas	1
Falta Inspeção	7
Falta Seguro	8
Fora da Faixa	1
Ilegível	3
Linha Amarela	167
Local Proibido	389
Má Condução	1
Mal Estacionado	753
Não Cumpriu a Sinalização	1
Não Cumpriu Sinal Obrigatório	1
Não Cumpriu Sinal Stop	2
Passadeira	374
Publicidade Vendo	22
Reservado Veículos Especiais	203
Sem Documentos	36
Sentido Proibido	7
Sinal Sonoro	2
Sinal Vermelho	3
Sobre Passeio	993
Telemóvel	14
Transito Proibido a Pesados	3
Transporte de Carga Mal Protegida	15
Ultrapassagem Perigosa	1
Veiculo Não Matriculado	1
<b>Total</b>	<b>3099</b>

<b>Área de intervenção levadas a cabo em serviço de patrulha diário</b>
Lota de Matosinhos ( Doca Pesca )
Rua Brito Capelo/ Rua 1º de Dezembro/ Rua Conde S. Salvador – venda ambulante
Mercado Municipal de Matosinhos
Mercado Municipal de Angeiras
Mercado Municipal de São Mamede Infesta
Feira de Custóias
Feira de Angeiras
Feira de São Mamede Infesta
Vigilância aos Paços do Concelho ( Skates e patins )
Corte de árvores
Escolas do Ensino Básio 1º Ciclo, 2º Ciclo e 3º Ciclo do Concelho
Rotunda Guilhermina Suggia – estacionamento de veículos pesados
Patrulhamento a pé e auto nas principais artérias do Concelho
Fiscalização nocturna de estabelecimentos
Lixos
Serviço de pasta
Corte de árvores
Estacionamento indevido de trailers – ocupação de via pública
Fiscalização das obras do IP4
Orla Marítima desde Matosinhos até Lavra
Serviço extraordinário
<b>Total de notificações pessoais efectuadas - 365</b>

<b><i>Processos Contra-ordenação ao código de estrada</i></b>	<b>270</b>
---	------------



## Protecção Civil

A Protecção Civil é uma actividade desenvolvida pelo Estado e pelos Cidadãos, com a finalidade de prevenir riscos colectivos, inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica. *“E sempre que não tenha sido possível evitá-los”* prestar socorro e auxílio às pessoas em perigo, bem como atenuar ou minimizar os seus efeitos.

As acções de protecção civil desenvolvem-se fundamentalmente nos domínios da Prevenção, do Planeamento e do Socorro.



Procuramos assegurar a criação das condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis no concelho, bem como de todos os meios de reforço que venham a obter para Operações de Protecção Civil em situação de emergência, face à ocorrência de acidentes, catástrofes natural ou riscos industriais graves, incluindo acções de prevenção. Com vista a estes objectivos, o Serviço de Protecção Civil Municipal, tem vindo a dedicar uma profunda atenção à análise de riscos e estudos de segurança, e ao planeamento de situações de emergência. Paralelamente a estas tarefas procedeu a algumas acções de sensibilização da população, sendo que a maioria destas acções era vocacionada para as crianças.



Sabemos que os riscos nunca podem ser eliminados, podendo somente ser minimizados, controlados e geridos dentro de uma área definida e aceitável.

É pois com este objectivo que temos vindo a desenvolver diversas acções relacionadas com o planeamento da resposta a dar em situações resultantes de acidente.

No ano de 2006, foi constituída a Comissão Municipal de Protecção Civil, órgão por excelência competente para o aconselhamento e acompanhamento de operações de socorro. A C.M.P.C. tem um papel articulador dos diversos agentes nas situações de emergência. Foi elaborado um manual de funcionamento, que traça as normas de actuação dos agentes envolvidos, bem como as competências específicas dos seus órgãos.

Promoveu-se a sua apresentação pública e para operacionalizar esta Comissão, foram realizadas reuniões parcelares com as diversas entidades que dela fazem parte, definindo tarefas, a sua organização e constituição, procurando sempre envolver todos aqueles que possam dar um contributo nesta matéria. Assim, promoveram-se reuniões com a GNR, PSP, PM e Autoridade Marítima, para as acções de controle e acção nas vias rodoviárias e na ordem publica.

Reunimos com todos os responsáveis do Sistema de Saúde, nomeadamente com os Centros de Saúde, Hospital Pedro Hispano, INEM e Delegado de Saúde do Concelho, Veterinário Municipal e Funerárias do Concelho, para estabelecer os parâmetros de actuação e prestação de cuidados médicos em caso de acidente.

Reunimos com todos os responsáveis das corporações de Bombeiros e Capitania, Técnicos da empresa Metro do Porto, SA, da Portgás e responsáveis pela área de Segurança das empresas petrolíferas, com vista á definição das suas actuações.

Foi também realizada um reunião com os responsáveis da ANA EP, APDL, EDP, Funcionários do Direcção Municipal de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos, Estradas de Portugal-E.P, AENOR – Auto-estradas do Norte, PT e SMAS de Matosinhos.

E por fim com a Divisão de Acção Social e Saúde da CMM, Divisão de Educação e Ciência da CMM, CRS Social e Solidariedade, Misericórdia de Matosinhos e Escuteiros de Matosinhos, com vista a ser organizada uma rede de apoio social em situação de necessidade.



Na área operacional, criámos uma equipa de intervenção e apoio a situações de emergência, com vista à permanente presença do município em momentos de necessidade, resultantes de situações anormais como cheias, aluimentos de terras e estradas, acidentes rodoviários incêndios etc. Esta equipa tem vindo a ser de grande utilidade, no acompanhamento dos incidentes, no restabelecimento das condições de segurança após ocorrências e mesmo no apoio aos cidadãos afectados em especial em horários nocturnos e fins-de-semana.

Procedemos à elaboração do Plano Municipal de Emergência, documento fundamental para a articulação dos meios e recursos de socorro, caracterizando as áreas de risco, os riscos naturais e tecnológicos, inventariando todos os recursos públicos e privados existentes no Concelho, elaborando plantas cartográficas por matérias, nomeadamente as plantas das instalações de gás, electricidade, redes viárias, ferroviárias, gasodutos e de equipamentos diversos.

Iniciou-se a elaboração do Plano integrado de Planos de emergência dos edifícios Municipais, tendo sido já concluído o Plano da Biblioteca Florbela Espanca.

Promovemos e acompanhamos diversos simulacros de incidentes, nos principais organismos do Concelho, nomeadamente na PETROGAL, na REPSOL, no Norteshopping, no Hospital Pedro Hispano, e nos Centros de Saúde de Lavra, Matosinhos, S.Mamede de Infesta e Senhora da Hora, com vista a testar os Planos Internos e a sensibilizar as populações para como actuar em situação de emergência ou acidente grave.

No âmbito das parcerias, participamos nas comemorações dos aniversários das Corporações de Bombeiros de Leixões e Leça do Balio, que celebraram 75 anos de existência, e organizamos o Dia Municipal do Bombeiro, cerimónia que decorreu no âmbito das festividades do Senhor de Matosinhos, com o envolvimento de todas as corporações de Matosinhos.



Tipo de intervenção	Total
Vedação e sinalização de aluimentos de piso e caixas	138
Colocação de areia e sinalização de piso escorregadio derivado a derrame de óleos	149
Fuga de gás em tanque (Galp) em Escola de Lavra	0
Incêndios: habitações, estabelecimentos de hotelaria e similares, materiais de sucata, indústria e comércio	22
Vedação com grades e fita: prédios, habitações, armazéns, muros e protecção de pontes	33
Rebentamentos de conduta de água	5
Explosões em estabelecimentos	0
Inundações	103
Fogos em mato	30
Vistorias técnicas de risco	139
Simulacros	16
Derrocada em Habitações	10
Acidente Rodoviário de camião cisterna	0
Queda de árvores	30
Queda de andaime	6
Atendimento a Munícipes	196

### Fiscalização Municipal

O Serviço de Fiscalização Municipal tem um papel de extrema importância na prevenção de riscos de salubridade, fiscalizando casas e terrenos abandonados, fiscalizando a legalidade das construções e accionando os mecanismos legais para a limpeza de terrenos e matas. No ano de 2006, efectuou acções no âmbito da fiscalização ambiental, bem como de controlo e ordenamento dos comerciantes/feirantes.

Participações	1º Semestre	2º Semestre	Total
Anomalias em bens afectos ao domínio público	89	155	244
Terrenos voluntariamente limpos pelos proprietários por acção persuasiva da F.M.		122	122
Viaturas abandonadas na via pública	37	78	115
Intervenções voluntárias em obras particulares sem contra-ordenação	97	98	195
Edifícios em mau estado		5	5
Depósitos de sucata		1	1
Abandono de resíduos perigosos		1	1
Queda de árvore		1	1
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>461</b>	<b>684</b>



<b>Autos de Notícia</b>	<b>Total</b>
Obras sem Licença	123
Desobediências de Embargo	3
Edifícios - Falta de Licença de Utilização	0
Utilização do solo sem Licença de Utilização	0
Avisos Publicitando o Pedido de Licenciamento	28
Avisos Publicitando o Licenciamento	1
Desconformidade de uso de prédio	1
Livro de Obra	3
Ocupação da Via Pública por motivo de obras	22
Ocupação da via pública diversas	7
Ruas sujas com terra	2
Estaleiros de construção civil	2
Terrenos por limpar ou vedar	110
Publicidade	73
Estabelecimentos de restauração e bebidas	20
Águas na via pública	1
Depósitos de Sucata	1
Canídeos - Falta de licença	8
Canídeos - Falta de vacina	0
Canídeos - insalubridade	0
Máquinas de Diversão sem Licença Exploração	1
Falta de afixação de preços	0
Clínicas Veterinárias	2
Falta de Livro de Reclamações	0
Violações da REN	0
Violações da RAN	0
Galinheiros artº. 115º. RGEU	0
Estabelecimentos de Produtos Alimentares	3
Ginásios sem Licença de utilização	0
Cabeleireiro sem licença de utilização	3
Danos em Bens Afectos ao Domínio Público	2
Depósitos de gasóleo	2
Armazenagem de resíduos	2
Antenas de Telecomunicações	0
Estabelecimentos industriais	1
Oficinas	6
Rampas	1
Equipamentos Desportivos	1
<b>Total</b>	<b>429</b>

<b>Ações Sequentes a Impulso Exterior e Administrativo</b>	<b>Total</b>
Processos de Contra-Ordenação	187
Notificações/Editais C.O.	28
Editais Expropriações	5
Reclamações Terrenos Vedar e Limpar	292
Reclamações Viaturas abandonadas	6
Reclamações Edifícios em mau estado	65
Reclamações sobre Canídeos	22
Reclamações sobre Gatos	4
Reclamações sobre lixos	34
Reclamações sobre Publicidade	53
Reclamações sobre Poluição Atmosférica	8
Reclamações sobre Obras	165
Reclamações sobre OVPs	29
Reclamações sobre OVPs diversas	30
Reclamações sobre utilização do solo	12
Reclamações sobre aterros	16
Reclamações sobre ocupação de habitação	9
Reclamações sobre antenas de telecomunicações	1
Reclamações sobre Depósitos de Sucata	8
Reclamações sobre águas na via pública	31
Reclamações sobre insalubridades	13
Reclamações sobre maus cheiros	1
Reclamações sobre venda de flores	0
Reclamações sobre abate de árvores	5
Reclamações sobre árvores em queda	5
Reclamações sobre barracos	10
Reclamações sobre gás	5
Reclamações utilização REN	0
Reclamações sobre linhas de água	0
Reclamações sobre estaleiros	2
Rec. s/ anomalias em bens afectos ao domínio público	30
Reclamações sobre galinheiros	7
Reclamações sobre estabelecimentos restauração e bebidas	14
Reclamações sobre estabelecimentos ginásio	0
Reclamações sobre estabelecimentos Produtos Alimentares	2
Reclamações sobre Oficinas	9
Reclamações sobre ruído	43
Reclamações sobre estabelecimentos industriais	3
Avisos de publicitação dos Pedidos de Licenciamento	65
Licenças de construção emitidas para fiscalização	33
Notificações DGU	26
Processos DGU (reclamações e solicitações diversas)	300
Pedidos de Informação da DMAGF/Taxas e Licenças	274
Notificações Taxas e Licenças	125
Pedidos de Informação DASU	27
Embargos não realizados	7
Embargos realizados	50
Notificações DASU	6

Outros/diversos	69
<b>Total</b>	<b>2136</b>

## Contra-ordenações

Neste serviço afluem processos das mais diversas procedências no âmbito da fiscalização exercida pelos serviços da Câmara. No entanto, passaram a fazer parte deste serviço as acções de fiscalização do trânsito levadas a cabo pela Polícia Municipal, como também acções de fiscalização exercidas por entidades externas. Houve, durante o ano de 2006, necessidade de fazer formação específica dos funcionários.

	Total
Processos Registados Contra-Ordenações	1401
Processos Registados s/ Trânsito	3099
Veículos Reboques (1302) Bloqueamento (707) Depósito (836)	2845
Processos Arquivados CO	628
Processos em Tramitação CO	1663
Processos em Tribunal	965
Ofícios	3868





## **Execução do Plano de Actividades**

# **Desporto**



**Relatório de Actividades e de Gestão**

Uma das determinações da autarquia é promover uma política de incentivo e apoio de projectos desportivos, da iniciativa da comunidade, de reconhecida qualidade, mérito e interesse para o concelho.

Neste pressuposto, durante o ano de 2006 a Câmara participou diversos eventos promovidos pelas nossas colectividades além do apoio à conservação/ampliação de infra-estruturas desportivas e a aquisição de diferentes equipamentos necessários à prática desportiva.

Paralelamente, continuamos a política de apoio à formação desportiva assumindo integralmente, junto das diversas associações, a inscrição dos nossos atletas nas diferentes modalidades e escalões e garantimos os exames médicos anuais a todos os jovens atletas de Matosinhos no Centro de Medicina Desportiva.

Numa conjugação de esforços entre a autarquia, Matosinhosport e tecido associativo, realizamos pela primeira vez o programa “Põe-te a mexer”. Este programa realizou-se nos fins-de-semana de Verão com o objectivo de promover o desporto informal, com actividades *outdoor* proporcionadas maioritariamente pelas instituições desportivas do concelho.



Ao nível da promoção de infra-estruturas desportivas pela autarquia, especial relevo merece a conclusão da obra e inauguração do Pavilhão Municipal de Leça da Palmeira bem como o desenrolar das empreitadas das Zonas Desportivas de Lavra e Leça do Balio. Além disso foi lançado o concurso público para a construção do Pavilhão Municipal do Padrão da Légua.





**Execução do Plano de Actividades**

# **Administração Geral**



**Relatório de Actividades e de Gestão**



No âmbito da Administração Geral, apresentam-se, em moldes sucintos, os indicadores respeitantes às actividades desenvolvidas em cada secção durante o ano de 2006, juntamente com os dados referentes ao ano anterior para análise comparativa, exercício em que se realça um maior volume de expedição de correspondência e um acréscimo considerável de processos novos de publicidade e de ocupação da via pública, sendo, por outro lado, de assinalar o elevado montante de taxas impugnadas em sede de processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos e cujo processo de cobrança coerciva se encontra suspenso em virtude de prestação de garantias em instância executiva.

#### EXPEDIENTE

Correspondência	2005	2006
Recebida	25.017	19.023
Expedida	19.462	26.432

#### TAXAS E LICENÇAS

Publicidade e Ocupação da Via Pública	2005	2006
Processos novos	342	533
Licenças emitidas	4.914	4.953
Averbamentos	62	71
Proc.Oficiosos-Lic.não renov. dentro do prazo	200	193

Cemitérios	2005	2006
Licenças de Adornos	208	202
Transladações e Exumações	151	113
Averbamentos de Jazigos	25	33
Enterramentos	397	388
Concessão e revalidação de Ossários	1268	1.441
Concessão de terrenos	-	1

Licenças diversas	2005	2006
Licenças de caça	264	149
Lixos industriais e comerciais	263	255

Ciclomotores/Motociclos	2005	2006
Licenças de condução	267	268
Registos novos	99	42
Averbamentos	265	151
Emissão de 2 <sup>as</sup> vias	84	62

Assuntos diversos	2005	2006
Fiscalização Urbanística – Processos oficiosos	80	73
Guias de diversos assuntos	233	280

### EXECUÇÕES FISCAIS

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
Cepsa Portuguesa Petroleos S A	12/2000	1.042.537,48 €	Impugnado
	16/2000	1.422.470,85 €	Impugnado
	10/2001	1.463.945,29 €	Impugnado
	22/2002	1.528.409,22 €	Impugnado
	29/2003	1.581.891,60 €	Impugnado
	23/2004	1.634.074,04 €	Impugnado
	54/2005	1.671.649,12 €	Impugnado
	38/2006	1.710.197,12 €	Impugnado / Reclamação
BP Portuguesa	10/2000	236.862,66 €	Impugnado
	13/2000	323.138,09 €	Impugnado

	09/2001	332.564,15 €	Impugnado
	21/2002	347.202,93 €	Impugnado
	28/2003	359.350,90 €	Impugnado
	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Impugnado
Repsol Portuguesa S A	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado
	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Impugnado
Petroleos Portugal Petrogal S A	11/2000	266.379,03 €	Impugnado
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado
	124/2001	315.243,26 €	Impugnado
	23/2002	719.692,02 €	Impugnado
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Impugnado
Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S A	15/2004 e apensos	982.928,90 €	Impugnado
	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado
	116/2004	973,98 €	Impugnado
	132/2004	12.059,19 €	Impugnado
	153/2004	430,26 €	Impugnado/Oposição
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	30/2005	23.235,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	45/2005	20.206,81 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Envio C.P.Porto (Impugnado)
	154/2005	3.151,82 €	Impugnado/Oposição
	164/2005	2.481,15 €	Impugnado/Oposição
	170/2005	428,01 €	Impugnado/Oposição
	176/2005	1.027,79 €	Impugnado
	199/2005	3.587,10 €	Impugnado
	284/2005	7.681,47 €	Impugnado/Oposição
	Jun-06	252,47 €	Impugnado
	22/2006	732,11 €	Impugnado



	36/2006	370,70 €	Impugnado
	47/2006	46.739,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	137/2006	5.838,86 €	Impugnado
	141/2006	7.365,00 €	Impugnado/Oposição
	243/2006	3.372,27 €	Impugnado
	244/2006	3.126,36 €	Impugnado
	262/2006	2.066,24 €	Impugnado/Oposição
	300/2006	13.219,13 €	Impugnado/Oposição
	308/2006	447.095,00 €	Envio C.P. Porto (Citação)
<b>Valor Total</b>		<b>25.175.579,83 €</b>	-

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza o movimento foi o seguinte:

NATUREZA DA DÍVIDA	CERTIDÕES	MONTANTE
Publicidade	88	15.308,49 €
Ocupação da via pública	348	21.743,10 €
Mercado	54	2.115,99 €
Metrologia	43	825,17 €
Ossários	240	2.131,18 €
Recolha de lixos	25	5.283,55 €
Rendas Lojas do Mercado	5	28.095,84 €
D.G.U.	7	907,67 €
Armazéns	1	141,01 €
<b>TOTAL</b>	<b>811</b>	<b>76.552,00 €</b>

## NOTARIADO PRIVATIVO

### *Escrituras Públicas*

Objecto	Nº	Visto do Tribunal de Contas
Compra e venda	13	1
Doação	6	-
Concessão de exploração	1	-
Hipoteca	1	-
Permuta	2	-
Constituição de direito de superfície	3	-



### *Contratos avulsos*

Objecto	Nº	Visto do Tribunal de Contas
Empreitada	44	15
Prestação de serviços	8	6
Fornecimento	3	-
Resolução de contrato de arrendamento	2	-
Resolução de contrato de empreitada	1	-

### APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

#### Reuniões / Sessões

Órgão	2005	2006
Câmara Municipal	33	30
Assembleia Municipal	10	6
Conselho de Administração SMAS	25	23



# Relatório de Gestão



2006

Relatório de Actividades e de Gestão



## 1. RESUMO

O ano de 2006 ficou marcado por ter apresentado uma execução, quer a nível da receita, quer a nível da despesa, muito superior às que se vinham verificando nos últimos anos. De facto, se nos anos anteriores aquelas taxas andavam por volta dos 65% para a receita e inferiores a 70% para a despesa, em 2006 ambas atingiram os 80%.

O montante de receita arrecadada em 2006 ascendeu a 85.273.212,19 euros, contra os 89.147.287,22 euros de 2005, o que corresponde a uma diminuição de 4,3%, variação esta decorrente principalmente da quebra nas Taxas, Multas e Outras Penalidades, que em 2005, haviam registado, excepcionalmente, as verbas provenientes dos SMAS para pagamento da dívida relativa a Tarifas de Resíduos Sólidos de anos anteriores. Também é importante realçar que, a receita própria representa 69,7% da receita total, contra 30,3% da receita alheia, o que demonstra o elevado grau da autonomia financeira da autarquia.

No que se refere à despesa total, que ascendeu a 86.483.913,56 euros assistiu-se a um decréscimo da ordem dos 9,9% face a 2005, mas a um crescimento face a 2004 na ordem dos 13%. Existem três capítulos que assumem maior relevância ao nível da despesa, cujo peso naquela grandeza se assemelha: são eles as despesas com pessoal (que representaram, em 2006, 22% da despesa global), a aquisição de bens e serviços, cujo peso foi de 26,6%, e a aquisição de bens de capital (investimento próprio), que apresentou um peso relativo na despesa global de cerca de 26%.

Na gestão em análise, e face a um decréscimo da receita, tentou-se ajustar o valor da despesa, de forma a não comprometer, por um lado, os exercícios futuros – e daí não se ter optado por recorrer a passivos financeiros (crédito) – e, por outro lado, não decorrer em demasia ao saldo de gestão proveniente do exercício anterior, gasto este se cifrou em 1,2 milhões de euros, representando cerca de 10% do saldo transitado. Optou-se, pois, por uma lógica de sustentabilidade e de equilíbrio entre receitas e despesas.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 86.483.913,56 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 63% foi afectada às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 26% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 37% para o Plano de Actividades Municipais (PAM), ficando apenas 37% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 54,1 milhões de euros, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as "Funções Sociais", as quais representaram cerca de 64% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelo item "Habitação e Serviços Colectivos", que se demarca claramente de todos os demais, representando cerca de 30% dos fundos afectos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais, endividamento e pessoal, os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis.

## RECEITA

### 2.1 Execução Orçamental da Receita

A observação do Quadro n.º 1 permite-nos analisar, por um lado, a previsão inicial da receita, que se cifrou no ano de 2006 em 95.231.010,00 euros, bem com o reforço do orçamento da receita, no montante de 12.728.398,36 euros e o grau de execução da mesma. O reforço da receita deve-se não só à incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 11.540.700,71 euros, como também ao aumento da previsão das transferências correntes e de capital, no montante de 48.037,25 euros e 1.134.166,40 euros respectivamente.

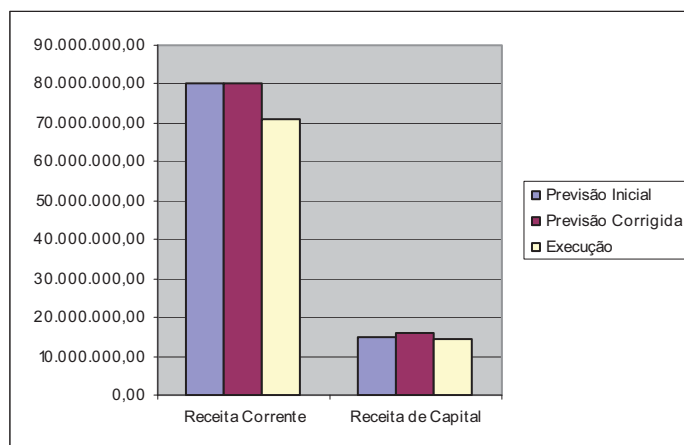
**Quadro n.º1**  
Execução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec.	% Exec.
				(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>80.270.573,00</b>	<b>80.318.605,25</b>	<b>70.723.591,34</b>	<b>-9.595.013,91</b>	<b>88,1</b>	<b>88,1</b>
01 Impostos Directos	40.863.759,00	40.863.754,00	43.518.749,95	2.654.995,95	106,5	106,5
02 Impostos Indirectos	17.491.407,00	17.491.407,00	5.245.537,53	-12.245.869,47	30,0	30,0
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.822.590,00	1.822.590,00	1.694.699,83	-127.890,17	93,0	93,0
05 Rendimentos de Propriedade	2.709.211,00	2.709.211,00	3.083.548,62	374.337,62	113,8	113,8
06 Transferências Correntes	11.462.190,00	11.510.227,25	11.306.946,70	-203.280,55	98,6	98,2
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.823.576,00	5.823.576,00	5.608.132,37	-215.443,63	96,3	96,3
08 Outras Receitas Correntes	97.840,00	97.840,00	265.976,34	168.136,34	271,8	271,8
<b>Receitas de Capital</b>	<b>14.906.267,00</b>	<b>16.045.932,40</b>	<b>14.541.743,40</b>	<b>-1.504.189,00</b>	<b>97,6</b>	<b>90,6</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	5.010.008,00	5.015.508,00	6.075,00	-5.009.433,00	0,1	0,0
10 Transferências de Capital	9.894.085,00	11.028.251,40	14.521.905,40	3.493.654,00	146,8	131,7
11 Activos Financeiros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,0	0,0
13 Outras Receitas de Capital	2.172,00	2.172,00	13.763,00	11.591,00	633,7	633,7
<b>Outras Receitas</b>	<b>54.170,00</b>	<b>11.594.870,71</b>	<b>7.877,45</b>	<b>-11.586.993,26</b>	<b>14,5</b>	<b>0,1</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	54.170,00	54.170,00	7.877,45	-46.292,55	14,5	14,5
16 Saldo da Gerência Anterior	0	11.540.700,71	0,00	-11.540.700,71		
<b>Total da Receita</b>	<b>95.231.010,00</b>	<b>107.959.408,36</b>	<b>85.273.212,19</b>	<b>-22.686.196,17</b>	<b>89,5</b>	<b>79,0</b>

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com o facto de que apesar do valor da cobrança efectiva ter sido inferior ao inicialmente previsto, as taxas de execução conseguidas (de 89,5% face ao orçamento inicial e de 79% face ao corrigido) foram excelentes, muito superiores às do ano 2005, em que a taxa de execução foi de 77,5% face ao orçamento inicial e de 65,2% face ao corrigido. No entanto, se expurgarmos a execução do saldo de gerência anterior, vemos que a receita atinge um nível de execução na ordem dos 88%, sendo que muitas das receitas próprias estiveram muito próximas, ou superaram mesmo, um execução de 100%.

Gráfico 1



No entanto, se optarmos por decompor a Receita nos seus três elementos, podemos constatar que o desempenho dos dois principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – foi diferente, tomando como base o ano anterior. Enquanto que as segundas apresentaram um decréscimo de 20,3 %, as primeiras assistiram a um ligeiríssimo decréscimo de 0,2% relativamente a 2005, como se pode ver no Quadro n.º 7.

A análise da execução das **Receitas Correntes** permite-nos apreciar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Transferências, Vendas de Bens e Serviços e das outras receitas, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%.

O comportamento dos Impostos Indirectos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados, mas debitados ao Tesoureiro, os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás, que representam, só no ano de 2006, o valor de 3.901.779,56 euros.

As **Receitas de Capital** caracterizaram-se por um comportamento misto: se por um lado se assistiu a uma baixa execução por parte da rubrica “Vendas de Bens de Investimento”, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de activos para fazer face à Despesa, já as Transferências de Capital tiveram uma boa execução (na ordem dos 132%), superior à prevista devido, por um lado, ao recebimento de 3.067.319,67 euros relativo ao acerto final da comparticipação comunitária e nacional para a Revitalização da Marginal de Matosinhos Sul, no âmbito do Programa Polis, e, por outro lado, devido à comparticipação recebida da EP – Estradas de Portugal, E.P.E., relativa aos realojamentos derivados da execução do empreendimento rodoviário “SCUT do Grande Porto - A4/IP4 - Lanço Sendim/Via Norte/Águas Santas” no montante de 2.297.434,00 euros, verbas estas não previstas no orçamento inicial.

No que concerne às **Outras Receitas**, é apenas de salientar a arrecadação de Reposições não abatidas aos pagamentos em valor inferior ao orçamentado.

## 2.2 Estrutura da Receita

### 2.2.1 Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A estrutura da Receita está espelhada no Quadro n.º 2, onde se pode constatar, desde já, que mais de quatro quintos da receita são correntes, representando as receitas de capital apenas 17,1% do total da receita arrecadada.

**Quadro n.º2**  
Estrutura da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>70.723.591,34</b>	<b>82,9</b>
01 Impostos Directos	43.518.749,95	51,0
02 Impostos Indirectos	5.245.537,53	6,2
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.694.699,83	2,0
05 Rendimentos de Propriedade	3.083.548,62	3,6
06 Transferências Correntes	11.306.946,70	13,3
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.608.132,37	6,6
08 Outras Receitas Correntes	265.976,34	0,3
<b>Receitas de Capital</b>	<b>14.541.743,40</b>	<b>17,1</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	6.075,00	0,0
10 Transferências de Capital	14.521.905,40	17,0
11 Activos Financeiros	0,00	0,0
12 Passivos Financeiros	0,00	0,0
13 Outras Receitas de Capital	13.763,00	0,0
<b>Outras Receitas</b>	<b>7.877,45</b>	<b>0,0</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	7.877,45	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
<b>Total da Receita</b>	<b>85.273.212,19</b>	<b>100,0</b>

Analisando agora as diversas rubricas económicas, podemos verificar que os Impostos Directos são responsáveis pela arrecadação de mais de metade do total da receita, obtendo um aumento do peso relativo, face ao ano de 2005, em cerca de 5 pontos percentuais, o que demonstra, por si só, um reforço da autonomia financeira da autarquia.

Também as Transferências – Correntes e de Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma ligeira vantagem das de capital. O Fundo Geral Municipal (que mais não é do que a participação em impostos do Estado) e o Fundo Base Municipal (que visa dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento), embora relativamente a este seja em menor escala, assumem ainda um papel a não descurar no total da receita arrecadada. Convém ainda salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes do que nas de capital, já que nestas assumem também grande importância as verbas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos, nomeadamente o Instituto do Desporto, e de participações nacionais e comunitárias em projectos co-financiados, no montante de 8.274.981,40 euros.

Também com importante contributo, seguem-se as Vendas de Bens e Serviços Correntes com um peso de 6,6% no total das receitas arrecadadas, devido essencialmente à rubrica orçamental “Serviços Específicos das Autarquias - Resíduos Sólidos” onde a Autarquia arrecadou 4.745.433,89 euros, relativos à taxa de resíduos sólidos cobrada pelos SMAS (Serviços Municipalizados de Águas) e à tarifa de remoção de lixos, que nos anos anteriores haviam sido impropriamente classificadas nas rubricas de Impostos Indirectos e Taxas.

Quanto aos Impostos Indirectos, o seu peso no total das receitas arrecadadas tem vindo a aumentar desde 2004 sendo, como se poderá ver no Quadro n.º 7, em 2004 de 3,8%, em 2005 de 4.5% e em 2006 de 6,2%, espelhando/sendo um indício da dinâmica da economia no nosso município.

**Quadro n.º3**  
Desagregação dos Impostos Indirectos

(Un: Euros)

Impostos Indirectos	2004	Peso %	2005	Peso %	2006	Peso %
Mercados e Feiras	3.556,64	0,12	3.362,62	0,08	4.420,78	0,08
Loteamento e Obras	2.493.455,14	84,42	3.476.899,15	86,38	4.759.888,28	90,74
Ocupação da Via Pública	73.865,19	2,50	131.202,64	3,26	99.755,52	1,90
Publicidade	255.329,37	8,64	278.136,28	6,91	258.872,07	4,94
Outros	127.299,16	0,00	135.423,07	3,36	122.600,88	2,34
<b>Total</b>	<b>2.953.505,50</b>	<b>100,00</b>	<b>4.025.023,76</b>	<b>100,00</b>	<b>5.245.537,53</b>	<b>100,00</b>

O aumento de Impostos Indirectos arrecadados deve-se essencialmente, como se pode ver no Quadro n.º 3, à receita proveniente de Loteamento e Obras que em 2006 se cifrou em 4.759.888,28 euros. Em ordem decrescente de contributo, seguem-se os Rendimentos de Propriedade, Taxas, Multas e Outras Penalidade e outras Receitas Correntes com um peso de 3,6%, 2,0% e 0,3%, no total das receitas arrecadadas, respectivamente.

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Directos – podemos ver que o valor arrecadado aumentou face ao ano de 2005 em 4.549.681,38 euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos Impostos Abolidos arrecadados houve um decréscimo significativo em cerca de 30%, face ao ano anterior, devido à diminuição da Contribuição Autárquica em 64,84%, apesar do aumento de 31,30% do Imposto Municipal de SISA. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao Imposto Municipal sobre Veículos, à Derrama e à Contribuição Especial, o peso diminuiu de 41,62% para 40,59%, de 6,98% para 5,46%, de 19,57% para 18,59% e de 0,51% para 0,37% respectivamente. Já o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis assistiu a um aumento do seu peso passando de 23,97% em 2005 para 30,39% em 2006 e a um acréscimo, face ao ano anterior, de 41,58%, sendo este o imposto que mais contribuiu para o aumento dos Impostos Directos. Apesar de o IMI ter assistido a uma ligeira redução do seu peso relativo, face a 2005, no compute dos Impostos Directos, será pertinente salientar o crescimento de cerca de 9% deste imposto, o que assume uma importante expressão já que se trata de um imposto estruturante, que não é sensível às alterações de mercado ou da economia.

**Quadro n.º4**  
Desagregação dos Impostos Directos

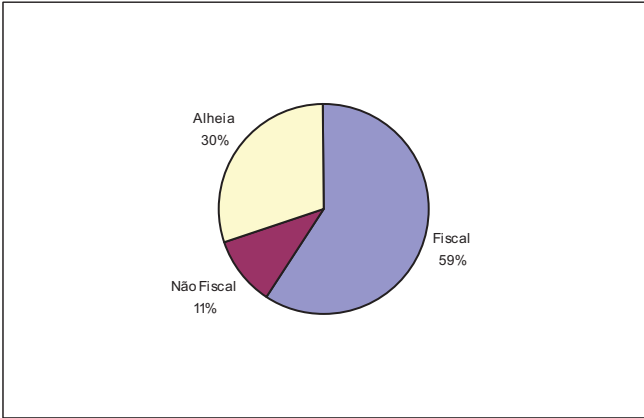
(Un: Euros)

Impostos Directos	2005	Peso %	2006	Peso %	Var. %
Imposto Municipal sobre Imóveis	16.218.969,69	41,62	17.664.916,93	40,59	8,92
Imposto Municipal sobre Veículos	2.718.741,37	6,98	2.374.594,64	5,46	-12,66
Imposto Municipal s/ Transm. Onerosas de Imóveis	9.339.912,96	23,97	13.223.566,41	30,39	41,58
Derrama	7.624.430,63	19,57	8.090.511,19	18,59	6,11
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	1.833.012,17	4,70	644.447,74	1,48	-64,84
Imp. Munic. SISA	1.036.219,99	2,66	1.360.564,89	3,13	31,30
Contribuição Especial	197.781,76	0,51	160.148,15	0,37	-19,03
<b>Total</b>	<b>38.969.068,57</b>	<b>100,00</b>	<b>43.518.749,95</b>	<b>100,00</b>	<b>11,68</b>

### 2.2.2 Receita Própria e Receita Alheia

Neste ponto pretendemos dar uma visão da autonomia e equilíbrio financeiro da Autarquia. Pela análise do Quadro n.º 5 podemos constatar que os fundos próprios representam cerca de 70% do total da receita, enquanto que as receitas alheias tem um contributo que se fica pelos 30%, o que revela uma autonomia financeira consistente e, em termos percentuais, superior em 2,5 pontos face ao ano 2005, explicada essencialmente pela arrecadação da receita ao nível dos Impostos Directos e da Venda de Bens e Serviços Correntes.

**Gráfico 2**



Olhando agora para a estrutura das receitas próprias, podemos constatar que a receita fiscal contribui em cerca de 85% para aquele agregado, sendo que o peso dos impostos directos é cerca de 73%.

Por outro lado, quer a nível da Receita Total quer a nível da Receita Própria, assistiu-se ao aumento do peso relativo dos Impostos Directos e Indirectos – explicado principalmente pelo aumento das verbas referentes ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e a Loteamento e Obras respectivamente, em mais de 5 milhões de euros – e a uma diminuição do contributo relativo das Taxas,

Multas e Outras Penalidade devido, por um lado, ao facto de em 2005 uma grande parte da receita arrecadada neste item corresponder a dividas dos SMAS relativas a Tarifas de Resíduos Sólidos de anos anteriores (receita excepcional) e, por outro lado, a esse tipo de receita ter passado a ser registado, em 2006, na rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes – Serviços Específicos das Autarquias – Resíduos Sólidos. A alteração de classificação no registo da receita relativa a tarifas de resíduos sólidos e remoção de lixos fez com o peso das Venda de Bens e Serviços Correntes aumentasse de 1,3% para 6,6% relativamente à Receita Total e, de 1,87% para 9,44% relativamente à Receita Própria.

Já no que se refere às Receitas Alheias, assistimos a um ligeiro acréscimo, face a 2005, do peso relativo dos Fundos Municipais (de 58% passaram para cerca de 60%), apesar de a Autarquia ter recebido menos 1.275.946,00 euros do que no ano anterior, devido essencialmente ao decréscimo do contributo relativo dos Passivos Financeiros de 7,94% para 0%.

**Quadro n.º5**  
Receita Própria versus Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
<b>Própria</b>	<b>59.436.482,64</b>	<b>69,7</b>	<b>100,00</b>	
<i>Fiscal</i>	50.458.987,31	59,2	84,90	
Impostos Directos	43.518.749,95	51,0	73,22	
Impostos Indirectos	5.245.537,53	6,2	8,83	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.694.699,83	2,0	2,85	
<i>Não Fiscal</i>	8.977.495,33	10,5	15,10	
Rendimentos de Propriedade	3.083.548,62	3,6	5,19	
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.608.132,37	6,6	9,44	
Vendas de Bens de Investimento	6.075,00	0,0	0,01	
Outras	279.739,34	0,3	0,47	
<b>Alheia</b>	<b>25.836.729,55</b>	<b>30,3</b>		<b>100,00</b>
Fundos Municipais (FGM/ FBM)	15.617.310,00	18,3		60,45
Outras Transferências	10.211.542,10	12,0		39,52
Passivos Financeiros	0,00	0,0		0,00
Outras Receitas	7.877,45	0,0		0,03
<b>Total da Receita</b>	<b>85.273.212,19</b>	<b>100,0</b>		

## 2.2.3 Composição da Receita Alheia

Para financiamento da actividade municipal, além das receitas próprias, os municípios dispõem ainda das transferências do Orçamento do Estado, bem como do acesso aos fundos comunitários e nacionais ou do recurso a empréstimos junto da banca. No ponto 4.1 esmiuçaremos melhor a questão das fontes de financiamento do investimento municipal, limitando-nos por agora, em dissecar e analisar o peso de cada uma das componentes da chamada Receita Alheia.

Observando o Quadro n.º 6, conclui-se que as Transferências absorvem 99,97% das Receitas Alheias, uma percentagem superior em cerca de 8 p.p. à verificada em 2005, face à diminuição do peso relativo aos Passivos Financeiros, que passou de 7,9% em 2005 para 0% em 2006, devido à não utilização de empréstimos durante o ano de 2006.

No entanto, se desagregarmos as transferências podemos constatar que o Fundo Geral Municipal (FGM) constitui a principal fatia da Receita Externa (cerca de 56%), seguida das receitas provenientes de fundos nacionais e comunitários. Importa ainda referir que a verba arrecadada pela Autarquia proveniente da Sociedade PolisMatosinhos, S.A., no montante de 3.067.319,67 euros, correspondente à totalidade da comparticipação nacional – 2.400.189,99 euros – e à parte restante da comparticipação comunitária – 667.129,68 – relativa à Reconversão da marginal de Matosinhos Sul, ficando esta candidatura saldada.

**Quadro n.º 6**  
Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	25.828.852,10	99,97
FGM	14.537.042,00	56,27
FBM	1.080.268,00	4,18
E.P. - Estradas de Portugal, E.P.E.	2.297.434,00	8,89
PolisMatosinhos, S.A.	3.067.319,67	11,87
Participação Comunitária em Projectos co-financiados	2.428.320,21	9,40
DREN	1.545.199,86	5,98
Outras Transferências e Subsídios	873.268,36	3,38
<i>Passivos Financeiros</i>	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
<i>Outras</i>	7.877,45	0,03
<b>Total da Receita Alheia</b>	<b>25.836.729,55</b>	<b>100,00</b>

O valor transferido para a Autarquia pela E.P. – Estradas de Portugal, E.P.E., de 2.297.434,00 euros, refere-se à comparticipação relativa aos realojamentos, de famílias cujas habitações onde viviam foram expropriadas, derivados da execução do empreendimento rodoviário “SCUT do Grande Porto – A4 / IP4 – lanço Sendim / Via Norte / Águas Santas.

Quanto ao montante participado pela DREN – 1.545.199,86 euros – 815.025,55 euros resultam do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar (Auxiliares de Acção educativa e Componente Social), 364.722,00 euros correspondem à parte final da comparticipação na Construção do pavilhão Desportivo da EB2,3 Professor Óscar Lopes, 184.533,33 euros dizem respeito ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês, 145.072,98 euros correspondem ao fornecimento de refeições escolares, 23.800,00 euros referem-se à comparticipação para equipar as Bibliotecas Escolares e 12.046,00 euros resultam do acerto final da candidatura efectuada em 1998 no âmbito do Programa de Expansão do Pré-Escolar.

## 2.3 Evolução da Receita

Da análise do Quadro n.º 7 podemos, de imediato, verificar que a evolução da receita, no seu cômputo geral, sofreu um pequeno decréscimo face a 2005.

**Quadro n.º 7**  
**Evolução da Receita**

(Un: Euros)

Capítulos	2004			2005			2006		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>60.828.648,02</b>	<b>77,6</b>	<b>10,2</b>	<b>70.878.162,95</b>	<b>79,5</b>	<b>16,5</b>	<b>70.723.591,34</b>	<b>82,9</b>	<b>-0,2</b>
01 Impostos Directos	39.773.348,93	50,7	7,2	38.969.068,57	43,7	-2,0	43.518.749,95	51,0	11,7
02 Impostos Indirectos	2.953.505,50	3,8	48,8	4.025.023,76	4,5	36,3	5.245.537,53	6,2	30,3
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	2.207.807,26	2,8	6,8	13.060.300,52	14,7	491,6	1.694.699,83	2,0	-87,0
05 Rendimentos de Propriedade	3.019.616,66	3,9	-9,6	2.469.969,53	2,8	-18,2	3.083.548,62	3,6	24,8
06 Transferências Correntes	11.717.286,63	14,9	26,4	11.180.947,94	12,5	-4,6	11.306.946,70	13,3	1,1
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.009.263,66	1,3	-24,4	1.118.250,46	1,3	10,8	5.608.132,37	6,6	401,5
08 Outras Receitas Correntes	147.819,38	0,2	45,4	54.602,17	0,1	-63,1	265.976,34	0,3	387,1
<b>Receitas de Capital</b>	<b>17.508.337,90</b>	<b>22,3</b>	<b>42,6</b>	<b>18.254.601,46</b>	<b>20,5</b>	<b>4,3</b>	<b>14.541.743,40</b>	<b>17,1</b>	<b>-20,3</b>
09 Vendas de Bens de Investimento	15.812,50	0,0	0,0	192.700,00	0,2	1.118,7	6.075,00	0,0	-96,8
10 Transferências de Capital	12.960.417,29	16,5	44,4	15.735.504,46	17,7	21,4	14.521.905,40	17,0	-7,7
11 Activos Financeiros	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	4.532.108,11	5,8	38,4	2.322.057,00	2,6	-48,8	0,00	0,0	-100,0
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	-100,0	4.340,00	0,0	0,0	13.763,00	0,0	217,1
<b>Outras Receitas</b>	<b>88.801,57</b>	<b>0,0</b>	<b>211,3</b>	<b>14.522,81</b>	<b>0,0</b>	<b>-83,6</b>	<b>7.877,45</b>	<b>0,0</b>	<b>-45,8</b>
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	88.801,57	0,1	211,3	14.522,81	0,0	-83,6	7.877,45	0,0	-45,8
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
<b>Total da Receita</b>	<b>78.425.787,49</b>	<b>100,0</b>	<b>16,2</b>	<b>89.147.287,22</b>	<b>100,0</b>	<b>13,7</b>	<b>85.273.212,19</b>	<b>100,0</b>	<b>-4,3</b>

As **Outras Receitas** tiveram a evolução “negativa”, face ao ano anterior, se bem que o seu carácter residual e o seu peso diminuto pouco contribuem para a tendência genérica da receita global. Quanto às **Receitas de Capital** podemos constatar uma variação negativa de 20,3% face ao ano anterior, por influência da diminuição das Transferências de Capital e ausência dos Passivos Financeiros. A tendência da Receita Total foi principalmente determinada pela evolução das **Receitas Correntes**, responsáveis por cerca de 83% daquele agregado,. Ao analisarmos estas receitas, podemos verificar que apesar das Taxas, Multas e Outras Penalidades terem assistido a uma variação negativa de 87%, a evolução positiva dos Impostos Directos, Impostos Indirectos, Rendimentos de Propriedade e Vendas de Bens e Serviços Correntes quase que compensou essa tendência.

### 3. DESPESA

#### 3.1 Análise da Despesa na Óptica Orçamental

##### 3.1.1 Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 8 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

**Quadro n.º 8**  
Execução da Despesa

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvio (c)-(b)	(Un: Euros)	
					% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>59.450.502,06</b>	<b>65.650.336,39</b>	<b>56.303.717,17</b>	<b>-9.346.619,22</b>	<b>94,71</b>	<b>85,8</b>
01 Despesas com o Pessoal	23.827.216,02	21.639.008,90	18.994.155,75	-2.644.853,15	79,72	87,8
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.270.269,05	28.836.912,45	22.976.694,45	-5.860.218,00	87,46	79,7
03 Juros e Outros Encargos	1.898.650,00	1.995.151,00	1.959.158,60	-35.992,40	103,19	98,2
04 Transferências Correntes	4.018.283,20	6.640.171,29	6.401.253,84	-238.917,45	159,30	96,4
05 Subsídios	1.706.645,74	3.479.245,74	3.479.245,74	0,00	203,86	100,0
06 Outras Despesas Correntes	1.729.438,05	3.059.847,01	2.493.208,79	-566.638,22	144,16	81,5
<b>Despesas de Capital</b>	<b>35.780.507,94</b>	<b>42.309.071,97</b>	<b>30.180.196,39</b>	<b>-12.128.875,58</b>	<b>84,35</b>	<b>71,3</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	29.467.371,88	33.580.061,72	22.298.760,23	-11.281.301,49	75,67	66,4
08 Transferências de Capital	2.038.133,06	4.470.507,25	4.052.159,90	-418.347,35	198,82	90,6
09 Activos Financeiros	2,00	2,00	0,00	-2,00	0,00	0,0
10 Passivos Financeiros	4.275.000,00	4.258.500,00	3.829.276,26	-429.223,74	89,57	89,9
11 Outras Despesas de Capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,00	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>95.231.010,00</b>	<b>107.959.408,36</b>	<b>86.483.913,56</b>	<b>-21.475.494,80</b>	<b>90,81</b>	<b>80,1</b>

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações com as modificações orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas de capital ao nível das rubricas de investimento directo e indirecto e, as despesas correntes relativamente às aquisições de bens e serviços, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes.

Tomando como referência a dotação final, ao nível da realização das despesas, em 2006, a taxa de execução ultrapassou a fasquia dos 80%, superando em 10 pontos percentuais o desempenho que se havia conseguido em 2005. No entanto, se tivermos em consideração os compromissos assumidos e não a despesa paga, a taxa sobe de 80,1% para 89,1%.

A análise dos dois agregados da despesa, permite-nos constatar que a execução a nível das despesas correntes foi cerca de 85,8% em contraposição aos 71,3% das despesas de capital. O menor desempenho deste bloco ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se balizou em 66,4%: apesar da aposta clara na construção e conservação de instalações desportivas e recreativas, habitação aquisição de terrenos – que tiveram, no seu conjunto, uma taxa de execução superior aos 80%.

Do lado das despesas correntes, há que salientar o elevado nível de execução de todas as rubricas.



## 3.1.2 Estrutura da Despesa

O Quadro n.º 9 evidencia a estrutura da despesa paga no ano económico em questão: a Aquisição de Bens de Capital e a Aquisição de Bens e Serviços apresentaram contribuições relativas muito semelhantes para o computo da Despesa (cerca de 26%), seguindo-se as Despesas com Pessoal (com 22%). As restantes rubricas contribuíram, na sua globalidade, com 25% para a Despesa total.

**Quadro n.º 9**  
Estrutura da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
<b>Despesas Correntes</b>	<b>56.303.717,17</b>	<b>65,1</b>
01 Despesas com o Pessoal	18.994.155,75	22,0
02 Aquisição de Bens e Serviços	22.976.694,45	26,6
03 Juros e Outros Encargos	1.959.158,60	2,3
04 Transferências Correntes	6.401.253,84	7,4
05 Subsídios	3.479.245,74	4,0
06 Outras Despesas Correntes	2.493.208,79	2,9
<b>Despesas de Capital</b>	<b>30.180.196,39</b>	<b>34,9</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	22.298.760,23	25,8
08 Transferências de Capital	4.052.159,90	4,7
09 Activos Financeiros	0,00	0,0
10 Passivos Financeiros	3.829.276,26	4,4
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>86.483.913,56</b>	<b>100,0</b>

As Transferências e Subsídios, no seu conjunto, mantiveram o seu peso quase inalterado, relativamente ao ano de 2005 – assistiu-se a uma variação de apenas 1 p.p.. No ponto 3.2.3 serão abordadas, com maior profundidade, estas duas rubricas, já que todas foram abrangidas por acções do Plano, com excepção das transferências efectuadas para a Assembleia Distrital do Porto, no valor de 2.458,08 euros, para a Área Metropolitana do Porto, no valor de 47.974,38 euros, e para as Juntas de Freguesia no âmbito das eleições para os Órgãos das Autarquias e Presidente da República, que ascendem a 58.698,46 euros.

Já os Juros e Outros Encargos viram o seu peso aumentar face a 2005 (de 0,9% passaram para 2,3%) uma vez que de 1.959.158,60 euros pagos, 1.136.472,21 euros correspondem ao pagamento por ordem da sentença judicial do Tribunal Tributário de 1ª Instância do Porto, relativo ao pagamento indevido da Taxa Municipal de Urbanização paga pela IMO-R em Junho 1995.

### 3.1.3 Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 8, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 80%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (facturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização um pouco superior – cerca de 82%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exacto valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2006, se cifra em 2.014.195,51 euros.

**Quadro n.º 10**  
Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (facturada)		Compromissos por realizar (a)-(b)
			Paga	Não Paga	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>59.576.162,68</b>	<b>57.504.876,86</b>	<b>56.303.717,17</b>	<b>1.201.159,69</b>	<b>2.071.285,82</b>
01 Despesas com o Pessoal	19.083.856,49	18.998.320,96	18.994.155,75	4.165,21	85.535,53
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.027.996,72	24.164.152,95	22.976.694,45	1.187.458,50	1.863.843,77
03 Juros e Outros Encargos	1.960.399,19	1.959.653,76	1.959.158,60	495,16	745,43
04 Transferências Correntes	6.429.442,09	6.404.766,77	6.401.253,84	3.512,93	24.675,32
05 Subsídios	3.479.245,74	3.479.245,74	3.479.245,74	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	2.595.222,45	2.498.736,68	2.493.208,79	5.527,89	96.485,77
<b>Despesas de Capital</b>	<b>36.616.089,96</b>	<b>30.993.232,21</b>	<b>30.180.196,39</b>	<b>813.035,82</b>	<b>5.622.857,75</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	28.412.835,33	23.111.796,05	22.298.760,23	813.035,82	5.301.039,28
08 Transferências de Capital	4.373.978,37	4.052.159,90	4.052.159,90	0,00	321.818,47
09 Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	3.829.276,26	3.829.276,26	3.829.276,26	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Despesa</b>	<b>96.192.252,64</b>	<b>88.498.109,07</b>	<b>86.483.913,56</b>	<b>2.014.195,51</b>	<b>7.694.143,57</b>

O quadro anterior para além de mostrar, por classificação económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2007, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2006, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização (facturação) ou finalização da actividade correspondente. Esse valor ascendeu a 7.694.143,57 euros.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou no ano 2005, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2005, estas duas rubricas foram responsáveis por 94% dos encargos assumidos e não pagos e, em 2006, esta percentagem é de 99%.

Convirá não esquecer que é perfeitamente normal transitar dívida de um ano para o outro, uma vez que os prazos de pagamento negociados com os fornecedores variam entre 30/60 dias; portanto a facturação de Dezembro, por motivos vários, nem sempre consegue ser paga nesse mês, dando origem aos encargos assumidos e não pagos.

### 3.1.4 Evolução da Despesa

O Quadro n.º 11 permite-nos analisar o comportamento da despesa nos últimos 3 anos: a tendência tem sido de crescimento da despesa realizada. Embora em 2005, se tenha assistido a um pico, atingindo valores na ordem dos 96 milhões de euros, o que representou uma taxa de crescimento de 25,6% face a 2004, em 2006 o crescimento foi mais moderado – variação de 13% face a 2004, o que representou uma quebra na ordem dos 10% face a 2005.

Tomando como referência o ano de 2005, enquanto que as Despesas de Capital assistiram, no seu cômputo geral, a uma diminuição de 35,9%, já as Despesas Correntes tiveram uma variação positiva de 15,1%.

**Quadro n.º 11**  
Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2004			2005			2006		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
<b>Despesas Correntes</b>	<b>41.489.440,47</b>	<b>54,3</b>	<b>3,8</b>	<b>48.938.122,46</b>	<b>51,0</b>	<b>18,0</b>	<b>56.303.717,17</b>	<b>65,1</b>	<b>15,1</b>
01 Despesas com o Pessoal	16.226.273,64	21,2	5,3	17.045.634,78	17,7	5,0	18.994.155,75	22,0	11,4
02 Aquisição de Bens e Serviços	18.208.211,55	23,8	8,2	21.188.216,04	22,1	16,4	22.976.694,45	26,6	8,4
03 Juros e Outros Encargos	961.745,85	1,3	15,4	832.923,49	0,9	-13,4	1.959.158,60	2,3	135,2
04 Transferências Correntes	4.497.727,22	5,9	5,9	5.733.469,64	6,0	27,5	6.401.253,84	7,4	11,6
05 Subsídios	877.000,00	1,1	108,7	1.150.000,00	1,2	31,1	3.479.245,74	4,0	202,5
06 Outras Despesas Correntes	718.482,21	0,9	-67,9	2.987.878,51	3,1	315,9	2.493.208,79	2,9	-16,6
<b>Despesas de Capital</b>	<b>34.973.448,39</b>	<b>45,7</b>	<b>37,1</b>	<b>47.096.340,66</b>	<b>49,0</b>	<b>34,7</b>	<b>30.180.196,39</b>	<b>34,9</b>	<b>-35,9</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	23.079.803,12	30,2	11,1	34.596.882,01	36,0	49,9	22.298.760,23	25,8	-35,5
08 Transferências de Capital	8.567.148,01	11,2	170,4	7.667.576,02	8,0	-10,5	4.052.159,90	4,7	-47,2
09 Activos Financeiros	0,00	0,0	0,0	590.000,00	0,6	0,0	0,00	0,0	-100,0
10 Passivos Financeiros	3.326.497,26	4,4	112,2	4.241.882,63	4,4	27,5	3.829.276,26	4,4	-9,7
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>76.462.888,86</b>	<b>100,0</b>	<b>16,8</b>	<b>96.034.463,12</b>	<b>100,0</b>	<b>25,6</b>	<b>86.483.913,56</b>	<b>100,0</b>	<b>-9,9</b>

Dentro das **Despesas de Capital**, não podemos deixar de referir, por um lado, a inexistência de aplicações em activos financeiros (aquisição de acções e obrigações) e por outro, o decréscimo verificado pela rubrica das Aquisição de Bens de Capital, na ordem dos 35,5%, e das Transferências de Capital, em cerca de 47%.

Relativamente à variação negativa das Transferências de Capital em relação ao ano 2005, deveu-se essencialmente à diminuição da atribuição deste tipo transferência para os SMAS e Instituições sem fins lucrativos. Enquanto que em 2005 a Autarquia havia transferido para os SMAS 1.691.579,65 euros referentes a comparticipações recebidas de fundos comunitários para investimentos realizados por este, em 2006 apenas foi transferido 68.478,00 euros (correspondente ao acerto final das candidaturas).

Quanto à diminuição dos Passivos Financeiros (amortização de empréstimos), em cerca de 10% de 2005 para 2006, deve-se ao facto de parte destes encargos não terem sido registados contabilisticamente no



ano 2006 devido a erros nos avisos de lançamento do Banco B.P.I., que serão corrigidos em 2007, o que irá ser objecto de uma análise autónoma e mais exaustiva no ponto 5.2.

Olhando agora para as **Despesas Correntes**, não podemos deixar, desde logo, de reparar que apenas as Outras Despesas Correntes sofreram uma variação negativa de 16,6%, face ao ano 2005, devido sobretudo à diminuição das restituições, à Direcção Geral de Impostos, relativas a Impostos Directos arrecadados. Todas as outras rubricas tiveram evoluções ascendentes.

Quanto aos Subsídios concedidos, verifica-se um aumento de 202,5% face aos atribuídos no ano transacto e tiveram como principal destino a empresas municipais Matosinhosport, no montante de 2.472.600,00 euros, e MatosinhosHabit, no montante de 1.000.000,00 euros, conforme contratos-programa aprovados pelo órgão executivo, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 4, al. b) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei N.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Relativamente à execução da Aquisição de Bens e Serviços, que representa 26,6% da Despesa Total, verifica-se uma variação positiva de 8,4% face à de 2005. Essa variação verifica-se tanto ao nível da Aquisição de Bens, como também da Aquisição de Serviços, nomeadamente, ao nível dos Transportes Escolares, Limpeza e Higiene, Locação de Bens e Trabalhos Especializados.

As Despesas com Pessoal viram o seu contributo reforçado para a Despesa Total, tendo assistido a um crescimento de 11,4%, explicado quer pela aposta clara do município em políticas educativas – ensino do Inglês, música e expressão plástica e dramática nas escolas do ensino básico e pré-escolar, quer pelo aumento da taxa contributiva para Segurança Social, que passou de 10% para 13%.

Também os Juros e Outros Encargos tiveram de 2005 para 2006 uma variação positiva de 135,2% (facto já explicado no ponto 3.1.2.). A análise das Transferências Correntes e de Capital será objecto de análise detalhada no ponto 3.2.3.

### 3.2 Análise da Despesa na Óptica do Plano

#### 3.2.1 Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções. O Quadro n.º 12 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

**Quadro n.º 12**  
**Execução das GOP's**

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Execução
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>5.950.602,80</b>	<b>5.656.200,18</b>	<b>4.130.696,64</b>	<b>73,03</b>
1.1.0 <b>Serviços Gerais da Administ. Pública</b>	<b>5.292.040,80</b>	<b>4.725.686,74</b>	<b>3.576.847,70</b>	<b>75,69</b>
1.1.1 Administração Geral	5.292.040,80	4.725.686,74	3.576.847,70	75,69
1.2.0 <b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>658.562,00</b>	<b>930.513,44</b>	<b>553.848,94</b>	<b>59,52</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	531.062,00	613.012,44	502.592,74	81,99
1.2.2 Polícia Municipal	127.500,00	317.501,00	51.256,20	16,14
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>38.150.669,00</b>	<b>43.856.529,84</b>	<b>34.498.148,46</b>	<b>78,66</b>
2.1.0 <b>Educação</b>	<b>5.720.500,00</b>	<b>6.792.676,51</b>	<b>4.738.185,59</b>	<b>69,75</b>
2.1.1 Ensino não superior	4.310.795,00	5.185.027,08	3.443.476,80	66,41
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1.409.705,00	1.607.649,43	1.294.708,79	80,53
2.2.0 <b>Saúde</b>	<b>1.070,00</b>	<b>1.072,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>93,28</b>
2.2.1 Serviços individuais de saúde	1.070,00	1.072,00	1.000,00	93,28
2.3.0 <b>Segurança e acção sociais</b>	<b>4.713.211,59</b>	<b>6.142.644,27</b>	<b>3.873.717,19</b>	<b>63,06</b>
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	4.713.211,59	6.142.644,27	3.873.717,19	63,06
2.4.0 <b>Habituação e serviços colectivos</b>	<b>18.274.840,25</b>	<b>19.298.866,86</b>	<b>16.484.450,89</b>	<b>85,42</b>
2.4.1 Habitação	1.666.501,00	2.997.541,88	2.702.799,71	90,17
2.4.2 Ordenamento do território	2.138.681,25	2.071.677,49	1.289.077,10	62,22
2.4.3 Saneamento	650.000,00	805.252,31	766.959,36	95,24
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	9.645.001,00	9.187.614,16	8.539.001,26	92,94
2.4.6 Protecção do meio ambiente	4.174.657,00	4.236.781,02	3.186.613,46	75,21
2.5.0 <b>Serviços Culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>9.441.047,16</b>	<b>11.621.270,20</b>	<b>9.400.794,79</b>	<b>80,89</b>
2.5.1 Cultura	2.551.686,16	3.469.199,09	2.703.763,35	77,94
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	6.861.861,00	8.129.570,11	6.674.531,44	82,10
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	27.500,00	22.501,00	22.500,00	100,00
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>9.213.118,00</b>	<b>12.906.605,66</b>	<b>8.624.002,95</b>	<b>66,82</b>
3.1.0 <b>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.2.0 <b>Indústria e energia</b>	<b>406.000,00</b>	<b>468.886,32</b>	<b>82.544,73</b>	<b>17,60</b>
3.3.0 <b>Transportes e comunicações</b>	<b>8.242.403,00</b>	<b>10.822.152,04</b>	<b>7.236.452,27</b>	<b>66,87</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	8.242.403,00	10.822.152,04	7.236.452,27	66,87
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 <b>Comércio e turismo</b>	<b>512.002,00</b>	<b>1.585.925,01</b>	<b>1.289.146,26</b>	<b>81,29</b>
3.4.1 Mercados e feiras	150.502,00	523.064,00	398.027,78	76,10
3.4.2 Turismo	361.500,00	1.062.861,01	891.118,48	83,84
3.5.0 <b>Outras funções económicas</b>	<b>52.713,00</b>	<b>29.641,29</b>	<b>15.859,69</b>	<b>53,51</b>
<b>4. Outras Funções</b>	<b>4.715.975,20</b>	<b>7.579.828,86</b>	<b>6.863.008,87</b>	<b>90,54</b>
4.1.0 <b>Operações da dívida autárquica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.0 <b>Transferências entre administrações</b>	<b>4.291.227,20</b>	<b>6.484.118,94</b>	<b>6.335.166,37</b>	<b>97,70</b>
4.3.0 <b>Diversas não especificadas</b>	<b>424.748,00</b>	<b>1.095.709,92</b>	<b>527.842,50</b>	<b>48,17</b>
<b>Total</b>	<b>58.030.365,00</b>	<b>69.999.164,54</b>	<b>54.115.856,92</b>	<b>77,31</b>

O valor que inicialmente havia dotado as Grandes Opções do Plano foi reforçado, especialmente pela revisão orçamental, tendo-se atingido uma dotação final de 69.999.164,54 euros, o que corresponde a 65% da Despesa Total. Daqui se infere a importância atribuída às actividades e investimentos com interesse e relevância para a autarquia.

À semelhança do sucedido com a Receita e a Despesa, a taxa de execução das Grandes Opções do Plano foi bastante superior à verificada em anos anteriores. De facto, se em 2004 havia sido de 60% e em 2005 de 66,5%, em 2006 ela atingiu o valor de 77,3%. Trata-se de um importante indicador do grau de eficácia atingida, relativamente aos objectivos e políticas delineadas para a gerência em análise.

Podemos, através da análise do quadro, perceber que, para além das Outras Funções, as Funções Sociais e as Outras Funções foram as que mais corresponderam, em termos de execução, ao que tinha sido planeado.

Uma vez que cada uma das quatro principais funções encerra em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, convém esmiuçar um pouco algumas delas, embora a perspectiva geral tenha sido já dada no ponto 3 deste relatório.

Dentro das **Funções Gerais**, podemos observar que ao nível da Segurança e Ordem Pública, enquanto que a Polícia Municipal obteve uma taxa de execução de 16% -, o que se explica pelo facto de a aquisição de viaturas e diversos equipamentos ter sido adiado para 2007,- a função Protecção Civil e Luta Contra Incêndios obteve uma excelente execução de 82%. Por outro lado, a Administração Geral, que abarca quase todas as Direcções Municipais, apresenta uma taxa de execução de 76%, explicada pelos pagamentos efectuado ao nível da segurança, manutenção e conservação dos edifícios municipais, pela aquisição e reparação de equipamento administrativo, informático e de transporte e aquisição de serviços informáticos.

Já nas **Funções Sociais**, podemos constatar, ao nível da Educação, uma taxa de execução na ordem dos 70%, à semelhança do verificado no ano anterior. Durante o ano 2006 foram construídas escolas novas, reparadas escolas antigas e adquirido mobiliário e equipamento para o funcionamento desses estabelecimentos de ensino. Relativamente à Segurança e Acção Sociais, a taxa de execução foi de 63% e aqui deve-se dar um especial relevo ao apoio à terceira idade e às actividades desenvolvidas, pela Autarquia, com os jovens do Concelho. No que concerne aos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos podemos constatar que a taxa de execução foi, em 2006, de 81%, superior em cerca de 14 p.p. à do ano anterior. No entanto, é de notar que, dentro das Funções Sociais, aquela tem tido maior peso foi, à semelhança de 2005, a Habitação e Serviços Colectivos, devido ao contributo dos Resíduos Sólidos, da Habitação e da Protecção do Meio Ambiente.

Dentro das **Funções Económicas**, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 84% do seu valor, onde se encontram incluídas as intervenções a nível de acessos e vias de comunicação.



As **Outras Funções**, por outro lado, assistiram a uma taxa de execução na ordem dos 91%, fruto da concretização de transferências para diversas entidades, nomeadamente, Juntas de Freguesia, Lipor, SMAS, Matosinhosport e MatosinhosHabit.

### 3.2.2 Estrutura das Grandes Opções do Plano

Analisando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 13, podemos constatar que a maior parte dos consumos ocorreu ao nível do PAM. De facto, enquanto que o PPI absorveu 41% da execução das GOP's, o PAM garantiu a execução dos restantes 59%. A este facto não são alheios os montantes despendidos ao nível dos resíduos sólidos (incluídos no PAM), responsáveis por 8.539.001,26 euros de despesa, o que corresponde a 16% do total das GOP's.

Analogamente ao verificado em 2005, também este ano foram as **Funções Sociais** as que tiveram o maior peso relativo no computo das GOP's, representando cerca de 64% da execução total das Grandes Opções do Plano. Dentro destas funções, a rubrica "Habitação e serviços colectivos" assume um papel determinante, representando 22,62% a nível da execução do PPI e 35,96% a nível do PAM. Esta área de intervenção é responsável por 30% do desempenho das Grandes Opções do Plano.

**Quadro n.º 13**  
**Estrutura das GOP's**

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>1. Funções Gerais</b>	<b>1.767.549,79</b>	<b>7,93</b>	<b>2.363.146,85</b>	<b>7,43</b>	<b>4.130.696,64</b>	<b>7,63</b>
1.1.0 <b>Serviços Gerais da Administ. Pública</b>	<b>1.732.828,41</b>	<b>7,77</b>	<b>1.844.019,29</b>	<b>5,80</b>	<b>3.576.847,70</b>	<b>6,61</b>
1.1.1 Administração Geral	1.732.828,41	7,77	1.844.019,29	5,80	3.576.847,70	6,61
1.2.0 <b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>34.721,38</b>	<b>0,16</b>	<b>519.127,56</b>	<b>1,63</b>	<b>553.848,94</b>	<b>1,02</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	5.191,20	0,02	497.401,54	1,56	502.592,74	0,93
1.2.2 Polícia Municipal	29.530,18	0,13	21.726,02	0,07	51.256,20	0,09
<b>2. Funções Sociais</b>	<b>13.402.183,17</b>	<b>60,10</b>	<b>21.095.965,29</b>	<b>66,30</b>	<b>34.498.148,46</b>	<b>63,75</b>
2.1.0 <b>Educação</b>	<b>1.529.775,34</b>	<b>6,86</b>	<b>3.208.410,25</b>	<b>10,08</b>	<b>4.738.185,59</b>	<b>8,76</b>
2.1.1 Ensino não superior	1.529.775,34	6,86	1.913.701,46	6,01	3.443.476,80	6,36
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	1.294.708,79	4,07	1.294.708,79	2,39
2.2.0 <b>Saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>
2.2.1 Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
2.3.0 <b>Segurança e acção sociais</b>	<b>460.318,02</b>	<b>2,06</b>	<b>3.413.399,17</b>	<b>10,73</b>	<b>3.873.717,19</b>	<b>7,16</b>
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	460.318,02	2,06	3.413.399,17	10,73	3.873.717,19	7,16
2.4.0 <b>Habituação e serviços colectivos</b>	<b>5.044.149,68</b>	<b>22,62</b>	<b>11.440.301,21</b>	<b>35,96</b>	<b>16.484.450,89</b>	<b>30,46</b>
2.4.1 Habituação	2.674.867,62	12,00	27.932,09	0,09	2.702.799,71	4,99
2.4.2 Ordenamento do território	1.159.665,17	5,20	129.411,93	0,41	1.289.077,10	2,38
2.4.3 Saneamentos	766.959,36	3,44	0,00	0,00	766.959,36	1,42
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	0,00	0,00	8.539.001,26	26,84	8.539.001,26	15,78
2.4.6 Protecção do meio ambiente	442.657,53	1,99	2.743.955,93	8,62	3.186.613,46	5,89
2.5.0 <b>Serviços Culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>6.367.940,13</b>	<b>28,56</b>	<b>3.032.854,66</b>	<b>9,53</b>	<b>9.400.794,79</b>	<b>17,37</b>
2.5.1 Cultura	1.229.201,17	5,51	1.474.562,18	4,63	2.703.763,35	5,00
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	5.138.738,96	23,04	1.535.792,48	4,83	6.674.531,44	12,33
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	22.500,00	0,07	22.500,00	0,04
<b>3. Funções Económicas</b>	<b>6.906.387,27</b>	<b>30,97</b>	<b>1.717.615,68</b>	<b>5,40</b>	<b>8.624.002,95</b>	<b>15,94</b>
3.1.0 <b>Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
3.2.0 <b>Indústria e energia</b>	<b>82.354,24</b>	<b>0,37</b>	<b>190,49</b>	<b>0,00</b>	<b>82.544,73</b>	<b>0,15</b>
3.3.0 <b>Transportes e comunicações</b>	<b>6.803.810,30</b>	<b>30,51</b>	<b>432.641,97</b>	<b>1,36</b>	<b>7.236.452,27</b>	<b>13,37</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	6.803.810,30	30,51	432.641,97	1,36	7.236.452,27	13,37
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 <b>Comércio e turismo</b>	<b>20.222,73</b>	<b>0,09</b>	<b>1.268.923,53</b>	<b>3,99</b>	<b>1.289.146,26</b>	<b>2,38</b>
3.4.1 Mercados e feiras	20.222,73	0,09	377.805,05	1,19	398.027,78	0,74
3.4.2 Turismo	0,00	0,00	891.118,48	2,80	891.118,48	1,65
3.5.0 <b>Outras funções económicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.859,69</b>	<b>0,05</b>	<b>15.859,69</b>	<b>0,03</b>
<b>4. Outras Funções</b>	<b>222.640,00</b>	<b>1,00</b>	<b>6.640.368,87</b>	<b>20,87</b>	<b>6.863.008,87</b>	<b>12,68</b>
4.1.0 <b>Operações da dívida autárquica</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4.2.0 <b>Transferências entre administrações</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.335.166,37</b>	<b>19,91</b>	<b>6.335.166,37</b>	<b>11,71</b>
4.3.0 <b>Diversas não especificadas</b>	<b>222.640,00</b>	<b>1,00</b>	<b>305.202,50</b>	<b>0,96</b>	<b>527.842,50</b>	<b>0,98</b>
<b>Total</b>	<b>22.298.760,23</b>	<b>100,00</b>	<b>31.817.096,69</b>	<b>100,00</b>	<b>54.115.856,92</b>	<b>100,00</b>

### 3.2.3 Transferências Concedidas

Os apoios financeiros concedidos foram responsáveis, em 2006, por cerca de 16% do total da despesa, como já vimos, revelando o interesse do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de fomento dos sectores cultural, desportivos e de acção social. Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de protocolos ou Contratos-Programa.

O actual classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições Particulares com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano). Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas, nomeadamente municipais, e que se destinem ao apoio de despesas de funcionamento. Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 14 espelha a natureza e montante das transferências efectuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objecto de discriminação no Quadro n.º 15.

**Quadro n.º14**  
Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)			
Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
<b>Transferências Correntes</b>	<b>6.429.442,09</b>	<b>6.401.253,84</b>	<b>28.188,25</b>
Transferências para freguesias	1.473.801,62	1.468.801,62	5.000,00
Assembleia Distrital	47.974,38	47.974,38	0,00
Outras	4.907.666,09	4.884.477,84	23.188,25
<b>Transferências de Capital</b>	<b>4.373.978,37</b>	<b>4.052.159,90</b>	<b>321.818,47</b>
Lipor	1.170.000,00	1.068.602,93	101.397,07
Matosinhos Sport	400.000,00	400.000,00	0,00
SMAS	68.478,00	68.478,00	0,00
Outras	2.735.500,37	2.515.078,97	220.421,40
<b>Subsídios</b>	<b>3.479.245,74</b>	<b>3.479.245,74</b>	<b>0,00</b>
Matosinhos Sport	2.472.600,00	2.472.600,00	0,00
Matosinhos Habit	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
PRIMUS MGv SA	6.645,74	6.645,74	0,00
<b>Total</b>	<b>14.282.666,20</b>	<b>13.932.659,48</b>	<b>350.006,72</b>

No ano em análise, a Autarquia transferiu para diversas entidade 13.932.659,48 euros onde a verba concedida a título de Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios foi de



5.733.469,64, 7.667.576,02 e 1.150.000,00 euros respectivamente, foram as Transferências Correntes que obtiveram a maior dotação e execução, representando mais de 50% das de Capital

No que respeita às **Transferências Correntes**, verifica-se um aumento no montante concedido em 2006 face a 2005 em 667.784,20 euros. Da verba transferida para as diversas entidades, importa referir as três principais áreas abrangidas, responsáveis por absorverem 70% das transferências correntes: o Ensino (Escolas do Concelho) a que foi afecto cerca de 19%; Acção Social e Cultura, que receberam 30% do valor em causa; e Recreio e Desporto responsável por cerca de 21% da verba em causa. As transferências para as freguesias, evidenciadas no quadro n.º 15, no âmbito dos protocolos realizados, ascenderam a um valor de 1.410.103,16 euros, sendo que 1.386.963,44 euros referem-se à delegação de competências e o restante à gestão de Cemitérios

Relativamente às **Transferências de Capital**, elas representam cerca de 30% dos apoios financeiros concedidos. O apoio dado à LIPOR diminuiu, passando de 1.319.173,06 euros, em 2005 para 1.068.602,93 euros, em 2006. Também as transferências para os SMAS tiveram um decréscimo bastante significativo, sendo os 68.478,00 euros referentes a acertos finais de candidaturas a Fundos Comunitários, que tinham como destino subsidiar investimentos efectuados pelos Serviços Municipalizados. Relativamente às outras transferências, dos 2.515.078,97 euros concedidos em 2006, as Escolas receberam 413.440,00 euros, as instituições de caris social receberam 1.049.714,33 euros e a instituições de carácter cultural, recreativo e desportivo receberam 906.930,00 euros.

No tocante aos **Subsídios**, pode-se constatar que eles representaram, em 2006, cerca de 25% dos apoios financeiros concedidos.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º66 da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos. Assim, em 2006, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte. Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 15, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes ao recenseamento eleitoral e às despesas com as eleições para os Órgãos Autárquicos e para o Presidente da República.

**Quadro n.º15**  
Transferências para as Freguesias

(Un: Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos							Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Ação Social	Eleições	Verba STAPE Recenc. Eleitoral	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	172.722,52	0,00	2.500,00	5.282,20	228,49	16.139,72	196.872,93	196.872,93	0,00
Guifões	110.630,39	0,00	5.000,00	4.012,64	178,64	0,00	119.821,67	119.821,67	0,00
Lavra	123.671,41	0,00	5.000,00	3.991,94	174,27	0,00	132.837,62	132.837,62	0,00
Leça do Balio	251.948,40	0,00	7.500,00	4.532,83	219,06	0,00	264.200,29	264.200,29	0,00
Leça da Palmeira	48.566,08	0,00	2.500,00	5.686,76	241,31	0,00	56.994,15	56.994,15	0,00
Matosinhos	76.426,86	0,00	5.000,00	10.852,54	373,60	0,00	92.653,00	92.653,00	0,00
Perafita	260.044,13	94.544,50	15.000,00	4.483,09	207,56	12.000,00	386.279,28	381.279,28	5.000,00
S. Mamede Infesta	58.243,22	0,00	5.000,00	8.064,58	299,25	0,00	71.607,05	71.607,05	0,00
S.ta Cruz do Bispo	89.810,96	0,00	5.000,00	2.081,48	141,86	0,00	97.034,30	97.034,30	0,00
S.ra da Hora	42.854,97	0,00	5.000,00	7.344,56	301,80	0,00	55.501,33	55.501,33	0,00
<b>Total</b>	<b>1.234.918,94</b>	<b>94.544,50</b>	<b>57.500,00</b>	<b>56.332,62</b>	<b>2.365,84</b>	<b>28.139,72</b>	<b>1.473.801,62</b>	<b>1.468.801,62</b>	<b>5.000,00</b>

### 3.3 Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objecto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, de acordo com o quadro seguinte.

**Quadro n.º 16**  
Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Desp. Funcionamento	Total
<b>Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>27.764.936,79</b>	<b>28.538.780,38</b>	<b>56.303.717,17</b>
01 Despesas com o Pessoal	0,00	128.097,45	18.866.058,30	18.994.155,75
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	17.696.292,17	5.280.402,28	22.976.694,45
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	1.959.158,60	1.959.158,60
04 Transferências Correntes	0,00	6.292.122,92	109.130,92	6.401.253,84
05 Subsídios	0,00	3.479.245,74	0,00	3.479.245,74
06 Outras Despesas Correntes	0,00	169.178,51	2.324.030,28	2.493.208,79
<b>Despesas de Capital</b>	<b>22.298.760,23</b>	<b>4.052.159,90</b>	<b>3.829.276,26</b>	<b>30.180.196,39</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	22.298.760,23	0,00	0,00	22.298.760,23
08 Transferências de Capital	0,00	4.052.159,90	0,00	4.052.159,90
09 Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	3.829.276,26	3.829.276,26
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da Despesa</b>	<b>22.298.760,23</b>	<b>31.817.096,69</b>	<b>32.368.056,64</b>	<b>86.483.913,56</b>



Assim, pela análise do Quadro n.º 16, vemos que as despesas afectas ao PAM e as de Funcionamento têm pesos muito semelhantes no cômputo da Despesa Total – 36,74% e 37,43% respectivamente; já o peso do PPI representa cerca de 26% da totalidade da despesa. Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), uma vez que os empréstimos em causa servem exclusivamente para financiar despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que os encargos financeiros são responsáveis por 6,69% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 33%.

### 3.3.1 Despesas com Pessoal – Limite Legal

Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, pela redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% do valor da receita corrente arrecadada no ano anterior. Paralelamente, o *plafond* imposto para as despesas com pessoal em qualquer outra situação é de 25% do limite atrás apontado. No entanto, a Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, veio determinar, no seu artigo 33.º, que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro próprio ou outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados.

Da conjugação das duas leis anteriormente mencionadas, depreende-se que os custos que relevam para aqueles limites não são apenas os do pessoal do município, mas também os dos funcionários da LIPOR, de acordo com a forma de imputação deliberada pela assembleia intermunicipal. O Quadro n.º 17, inclui os encargos suportados pela Autarquia e pela LIPOR, na quota parte da participação da Câmara – que para o ano de 2006 foi de 17,11% – e os respectivos limites, apurados com base na receita corrente do ano económico de 2005, 70.878162,95 euros. Em qualquer uma das situações ficamos muito aquém dos limites: os custos com pessoal do quadro representam apenas 31,6% do 1º limite, e os custos do pessoal em qualquer outra situação representam cerca de 11% do 2º limite.



**Quadro n.º 17**  
Limite das Despesas com Pessoal

(Un: Euros)

Class. Económica	Câmara	LIPOR	Total
<b>Custos com Pessoal do Quadro</b>	<b>13.193.788,75</b>	<b>263.628,46</b>	<b>13.457.417,21</b>
010103 - Pessoal Quadro - Regime da Função Pública	10.143.689,03	181.099,14	10.324.788,17
010104 - Pessoal Quadro - Reg. Contrato Individual de Trabalho	0,00	0,00	0,00
010108 - Pessoal aguardando aposentação	8.792,87	0,00	8.792,87
01011002 - Gratificações - Pessoal do Quadro	0,00	0,00	0,00
01011301 - Subs. Refeição - Pessoal do Quadro	827.065,04	30.963,42	858.028,46
01011401 - Subs. Férias e de Natal - Pessoal do Quadro	1.810.705,95	47.065,22	1.857.771,17
010115 - Remunerações por doença e Maternidade/Paternidade	403.535,86	4.500,68	408.036,54
<b>(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2005</b>			<b>42.526.897,77</b>
<b>Custos com Pessoal em qualquer outra situação</b>	<b>1.038.616,57</b>	<b>127.919,77</b>	<b>1.166.536,34</b>
010105 - Pessoal além dos Quadros	0,00	25.253,90	25.253,90
010106 - Pessoal contratado a termo	545.150,56	67.322,88	612.473,44
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	253.685,20	35.342,99	289.028,19
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	95.174,18	0,00	95.174,18
01011002 - Gratificações - Outros	0,00	0,00	0,00
01011302 - Subs. Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	85.699,27	0,00	85.699,27
01011402 - Subs. Férias e de Natal - Pess. qualquer outra situa.	58.907,36	0,00	58.907,36
<b>Limite = 25% de (A)</b>			<b>10.631.724,44</b>

**Nota:** Como a LIPOR não consegue desagregar os Subsídios de Refeição, Férias e Natal entre pessoal do quadro e o outro pessoal, optamos por considerar o valor total desses subsídios sujeitos ao limite (A), que é o mais restritivo.

#### 4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

##### 4.1 Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica. No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 80.318.605,25 euros, e uma Despesa Corrente de 65.650.336,39 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 14,7 milhões de euros. Em termos de execução orçamental, foi possível realizar uma **Poupança Corrente** de cerca de 14,4 milhões de euros.

**Quadro n.º 18**  
Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
<b>Investimento (a)</b>	<b>26.350.920,13</b>
1 - Receitas de Capital	14.541.743,40
Vendas de Bens de Investimento	6.075,00
FGM (Capital)	5.814.817,00
Fundos Comunitários	2.269.544,13
Outras Transferências de Capital	6.437.544,27
Recurso ao Crédito	0,00
Outras Receitas de Capital	13.763,00
2 - Poupança Corrente	14.419.874,17
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	7.877,45
4 - Saldo da Gerência Anterior	11.540.700,71
<b>Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)</b>	<b>40.510.195,73</b>
<b>Investimento/ Fontes de Financiamento (%)</b>	<b>65,05%</b>

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu cerca de 65% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que as Receitas de Capital e a Poupança Corrente aparecem com os maiores contributos. No entanto, é talvez importante lembrar que o Investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração directa.

## 4.2 Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2006, aparece reflectido no Quadro n.º19, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a cerca de 89,2 milhões de euros – 85,3 milhões provenientes de receitas orçamentais e cerca de 3,9 milhões resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global (cerca de 86,5 milhões de euros) superior em 1,2 milhões de euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 12,1 milhões de euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 10,9 milhões de euros. Este saldo poder-se-á decompor em 10.329.999,34 euros como saldo de operações orçamentais e 595.512,28 euros como saldo de operações de tesouraria.

**Quadro n.º 19**  
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
<b>Saldo da Gerência anterior</b>	<b>12.109.056,09</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>	<b>86.483.913,56</b>
Execução Orçamental	11.540.700,71	Correntes	56.303.717,17
Operações de Tesouraria	568.355,38	Capital	30.180.196,39
<b>Receitas Orçamentais</b>	<b>85.273.212,19</b>	<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>3.850.869,68</b>
Correntes	70.723.591,34	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>10.925.511,62</b>
Capital	14.541.743,40	Execução Orçamental	10.329.999,34
Outras	7.877,45	Operações de Tesouraria	595.512,28
<b>Operações de Tesouraria</b>	<b>3.878.026,58</b>		
<b>Total</b>	<b>101.260.294,86</b>	<b>Total</b>	<b>101.260.294,86</b>

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro n.º 20 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte. Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2006, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 3.878.026,58 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 3.850.869,68 euros.

**Quadro n.º 20**  
Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2006

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Cobranças para o Estado	131.478,69	1.629.785,68	1.637.355,30	123.909,07
Contribuições para a Segurança Social	130.790,20	1.679.157,61	1.640.932,08	169.015,73
Cobranças para Sindicatos	3.430,31	39.953,94	40.290,15	3.094,10
Cobranças para Administração Autárquica	24.229,42	379.035,19	384.052,06	19.212,55
Cobranças relativas a quotizações	4.136,93	51.656,51	51.624,63	4.168,81
Outras	274.289,83	98.437,65	96.615,46	276.112,02
<b>Total</b>	<b>568.355,38</b>	<b>3.878.026,58</b>	<b>3.850.869,68</b>	<b>595.512,28</b>

### 4.3 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança). O Quadro n.º 21 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

**Quadro n.º 21**  
Movimentação das Contas de Ordem em 2006

(Un: Euros)

<b>Saldo da Gerência anterior</b>	<b>23.784.122,89</b>	Garantias e Cauções accionadas	0,00
Garantias e Cauções	2.428.533,12	Garantias e Cauções devolvidas	804.557,72
Recibos para cobrança	21.355.589,77	Receita Virtual Cobrada	17.436,53
		Receita Virtual Anulada	20.567,41
Garantias e Cauções prestadas	458.512,15		
Receita Virtual Liquidada	3.937.651,75	<b>Saldo para a Gerência seguinte</b>	<b>27.337.725,13</b>
		Garantias e Cauções	2.082.487,55
		Recibos para cobrança	25.255.237,58
<b>Total</b>	<b>28.180.286,79</b>	<b>Total</b>	<b>28.180.286,79</b>

No início do ano de 2006, a autarquia detinha cerca de 21,4 milhões de euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 3,9 milhões de euros relativos, quase na sua totalidade, à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás. No entanto, cerca de 17,4 mil euros foram transformados em receita efectiva e 20,6 mil euros foram anulados, pelo que transitou para 2007 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 25,3 milhões de euros.

Por outro lado, para 2007 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 2 milhões de euros, resultante de um saldo inicial de 2,4 milhões de euros, a que acresceu a prestação de cerca de 459 mil de euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 805 mil euros.

## 5. ANÁLISE PATRIMONIAL

### 5.1 Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

#### 5.1.1 Análise do Balanço

##### 5.1.1.1 Estrutura e Evolução

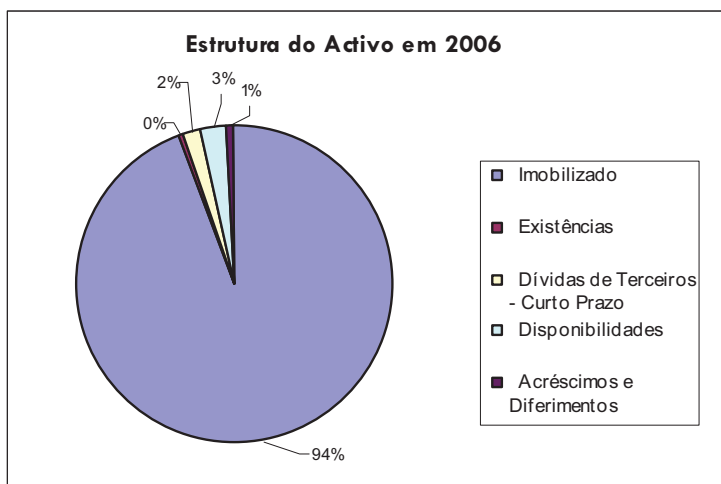
**Quadro n.º 22**  
Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2005		2006		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
<b>ACTIVO</b>						
IMOBILIZADO	469.777.929,77	93,4	475.971.822,98	94,6	6.193.893,21	1,3
Bens de Domínio Público	145.370.322,73	28,9	140.515.743,25	27,9	-4.854.579,48	-3,3
Imobilizações Incorpóreas	469.269,01	0,1	691.522,61	0,1	222.253,60	47,4
Imobilizações Corpóreas	319.816.076,14	63,6	330.642.295,23	65,7	10.826.219,09	3,4
Investimentos Financeiros	4.122.261,89	0,8	4.122.261,89	0,8	0,00	0,0
CIRCULANTE	33.227.847,31	6,6	27.396.848,03	5,4	-5.830.999,28	-17,5
Existências	474.319,16	0,1	696.173,38	0,1	221.854,22	46,8
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	13.499.559,50	2,7	9.426.995,02	1,9	-4.072.564,48	-30,2
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	14.537.589,22	2,9	13.007.999,18	2,6	-1.529.590,04	-10,5
Acréscimos e Diferimentos	4.716.379,43	0,9	4.265.680,45	0,8	-450.698,98	-9,6
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>503.005.777,08</b>	<b>100,0</b>	<b>503.368.671,01</b>	<b>100,0</b>	<b>362.893,93</b>	<b>0,1</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
FUNDOS PRÓPRIOS	387.698.707,54	100,0	390.744.429,25	100,0	3.045.721,71	0,8
Património	372.529.459,67	96,1	377.768.879,24	96,7	5.239.419,57	1,4
Reservas de Reavaliação	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	1.573.296,36	0,4	1.739.023,76	0,4	165.727,40	10,5
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	2.901.726,91	0,7	2.901.726,91	0,7	0,00	0,0
Doações	1.601.656,76	0,4	1.601.656,76	0,4	0,00	0,0
Resultados Transitados	5.778.019,93	1,5	4.091.145,03	1,0	-1.686.874,90	-29,2
Resultado Líquido do Exercício	3.314.547,91	0,9	2.641.997,55	0,7	-672.550,36	-20,3
PASSIVO	115.307.069,54	100,0	112.624.241,76	100,0	-2.682.827,78	-2,3
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	57.390.910,03	49,8	53.340.177,45	47,4	-4.050.732,58	-7,1
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	5.876.228,51	5,1	5.302.345,58	4,7	-573.882,93	-9,8
Acréscimos e Diferimentos	52.039.931,00	45,1	53.981.718,73	47,9	1.941.787,73	3,7
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>503.005.777,08</b>	<b>100,0</b>	<b>503.368.671,01</b>	<b>100,0</b>	<b>362.893,93</b>	<b>0,1</b>

Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que o Activo aumentou 0,1%, enquanto que os Capitais Próprios tiveram um crescimento de 0,8% e o Passivo teve um decréscimo de 2,3%. Pela análise da estrutura do **Activo**, podemos constatar que houve uma queda significativa do peso relativo do Activo Circulante, particularmente das Dívidas de Terceiros de curto prazo e da disponibilidades, e um ligeiro aumento do peso do Activo Fixo, apesar da diminuição dos Bens de Domínio Público.

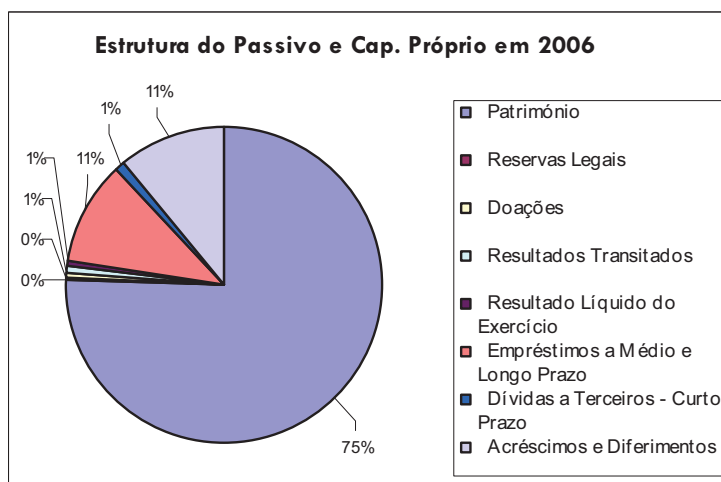
**Gráfico 3**



No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e um aumento do peso dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2006, numa diminuição do Passivo em 2.682.827,78 euros.

Também a estrutura dos **Fundos Próprios** é muito semelhante à de 2005 representando no final do exercício 390.744.429,25 euros, sendo que cerca de 97% deste valor corresponde ao Património do Município. A evolução ascendente desta componente do Balanço, que entre 2005 e 2006 cresceu 0,8%, fica a dever-se à contribuição positiva da rubrica Património, cifrando-se em 377.768.879,24 euros, apesar da diminuição dos Resultados Transitados e do Resultado Líquido do Exercício.

**Gráfico 4**





### 5.1.1.2 Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 1,3% face ao ano de 2005, a que corresponde um acréscimo de 6.193.893,21 euros. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 35,5 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram 19,3 milhões de euros. Quanto aos Bens de Domínio Público podemos constatar que o seu valor, face a 2005, diminuiu 4.854.579,48 euros, correspondendo a uma variação negativa de 3,3%, uma vez que o valor das amortizações foi superior ao acréscimo verificado nesta rubrica de imobilizado.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros**, que são exclusivamente de curto prazo, podemos constatar que o seu peso no total do Activo diminuiu cerca de 0,8 p.p., variação esta que fica a dever-se, principalmente, ao pagamento da dívida dos SMAS relativa a Taxa de Resíduos Sólidos, no montante de 1.124.214,6 euros, e da dívida da PolisMatosinhos, S.A., no montante de 3.067.319,67 euros, correspondente ao acerto final da comparticipação nacional e comunitária no âmbito da Revitalização da Marginal de Matosinhos Sul.

À semelhança das dívidas de terceiros, as **Disponibilidades** também diminuíram cerca de 10%, totalizando 13.007.999,18 euros, dos quais 12.782.763,02 euros eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 225.236,14 euros por valores em caixa. Em termos económicos, 2.677.999,84 euros dizem respeito a operações de tesouraria *lato sensu*, constituindo os restantes 10.329.999,34 euros o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que o seu peso no Activo sofreu uma ligeira diminuição face ao de 2005. Este decréscimo ficou-se a dever essencialmente à diminuição dos Acréscimos de Proveitos referentes ao Imposto Directo - Impostos Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, que veio substituir a antiga SISA, resultante da aplicação da Lei n.º 14/2003, de 30 de Maio.

O aumento do **Património** decorreu principalmente da proposta de aplicação dos resultados de 2005, aprovada em deliberação da Assembleia de 27 de Abril de 2006, mas também pela introdução no património de bens móveis e imóveis já pertencentes à Autarquia, na altura da elaboração do inventário inicial, mas que não tinham sido inventariados (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.1).

Também a conta de **Reservas Legais** revelou um acréscimo decorrente da aplicação dos resultados de 2005, que, por imposição do ponto 2.7.3.5 do POCAL, foi reforçada em 5% do Resultado Líquido do Exercício, o que correspondeu a um acréscimo de 165.727,40 euros.

A conta do **Resultado Líquido do Exercício** será objecto de análise no ponto seguinte. Em relação aos **Resultados Transitados**, podemos constatar que sofreram uma diminuição de 29,2%, relativamente ao ano anterior, explicada essencialmente pelos lançamentos contabilísticos rectificativos, na conta 59.03 – Alterações Patrimoniais, das amortizações referentes ao 2º fecho do Património do ano 2005 (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 59.03).



No que se refere às **Dívidas a Terceiros de médio e longo prazos**, elas resumem-se aos empréstimos contratados pela autarquia, que sofreram um decréscimo de 7,1% decorrente, por um lado, da não utilização de empréstimos no ano 2006 e, por outro, pela natural amortização do capital em dívida.

Relativamente às **Dívidas a Terceiros de curto prazo**, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram uma diminuição de cerca de 10% face a 2005, à semelhança do que aconteceu com as disponibilidades, o que evidencia o esforço que foi feito no sentido de não penalizar os fornecedores do Município, verificada, essencialmente, pela diminuição da dívida a fornecedores de imobilizado.

Dentro dos **Acréscimos e Diferimentos**, os Acréscimos de Custos (custos reconhecidos em 2006 mas que só vão originar despesa em 2007) tiveram um aumento 42%, justificado pelo aumento das despesas com pessoal em 2006 e pelo valor da amortização do empréstimos do B.P.I. relativo a 2006, que só terá o devido registo contabilístico em 2007. Os **Proveitos Diferidos** aumentaram em cerca de 2% devido à homologação de Candidaturas de Fundos Comunitários, relativas à comparticipação de investimentos.

### 5.1.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

**Quadro n.º 23**  
Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2005		2006		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
<b>CUSTOS E PERDAS</b>						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.009.182,92	1,3	1.209.673,26	1,5	200.490,34	19,9
Fornecimentos e Serviços Externos	20.379.433,20	27,2	22.246.367,85	27,3	1.866.934,65	9,2
Custos com o Pessoal	16.876.985,27	22,5	19.369.631,68	23,7	2.492.646,41	14,8
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	6.911.567,85	9,2	9.893.101,78	12,1	2.981.533,93	43,1
Amortizações do Exercício	16.183.001,75	21,6	17.458.073,47	21,4	1.275.071,72	7,9
Provisões do Exercício	3.819.215,15	5,1	3.413.270,09	4,2	-405.945,06	-10,6
Outros Custos Operacionais	258.865,68	0,3	194.995,24	0,2	-63.870,44	-24,7
<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>65.438.251,82</b>	<b>87,2</b>	<b>73.785.113,37</b>	<b>90,4</b>	<b>8.346.861,55</b>	<b>12,8</b>
Custos e Perdas Financeiros	1.762.048,71	2,3	3.033.472,48	3,7	1.271.423,77	72,2
<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>	<b>67.200.300,53</b>	<b>89,6</b>	<b>76.818.585,85</b>	<b>94,1</b>	<b>9.618.285,32</b>	<b>14,3</b>
Custos e Perdas Extraordinários	7.807.937,64	10,4	4.816.153,50	5,9	-2.991.784,14	-38,3
<b>Total dos Custos e Perdas</b>	<b>75.008.238,17</b>	<b>100,0</b>	<b>81.634.739,35</b>	<b>100,0</b>	<b>6.626.501,18</b>	<b>8,8</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>						
Vendas e Prestações de Serviços	3.409.591,79	4,4	3.703.746,07	4,4	294.154,28	8,6
Impostos e Taxas	48.556.070,85	62,0	52.953.073,34	62,8	4.397.002,49	9,1
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	19.187.179,39	24,5	20.429.108,38	24,2	1.241.928,99	6,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0	0,74	0,0	0,74	0,0
<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>71.152.842,03</b>	<b>90,8</b>	<b>77.085.928,53</b>	<b>91,5</b>	<b>5.933.086,50</b>	<b>8,3</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.462.727,33	1,9	1.619.943,85	1,9	157.216,52	10,7
<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>72.615.569,36</b>	<b>92,7</b>	<b>78.705.872,38</b>	<b>93,4</b>	<b>6.090.303,02</b>	<b>8,4</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.707.216,72	7,3	5.570.864,52	6,6	-136.352,20	-2,4
<b>Total dos Proveitos e Ganhos</b>	<b>78.322.786,08</b>	<b>100,0</b>	<b>84.276.736,90</b>	<b>100,0</b>	<b>5.953.950,82</b>	<b>7,6</b>
<b>Resultados Operacionais: (B) - (A)</b>	<b>5.714.590,21</b>		<b>3.300.815,16</b>		<b>-2.413.775,05</b>	
<b>Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)</b>	<b>-299.321,38</b>		<b>-1.413.528,63</b>		<b>-1.114.207,25</b>	
<b>Resultados Correntes: (D) - (C)</b>	<b>5.415.268,83</b>		<b>1.887.286,53</b>		<b>-3.527.982,30</b>	
<b>Resultados Extraordinários:</b>	<b>-2.100.720,92</b>		<b>754.711,02</b>		<b>2.855.431,94</b>	
<b>Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)</b>	<b>3.314.547,91</b>		<b>2.641.997,55</b>		<b>-672.550,36</b>	

Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 23, que se assistiu a um aumento quer de custos quer de proveitos, entre 2005 e 2006, embora os primeiros tenham sofrido uma aumento superior aos segundos, traduzindo-se numa redução do Resultado Líquido do Exercício.

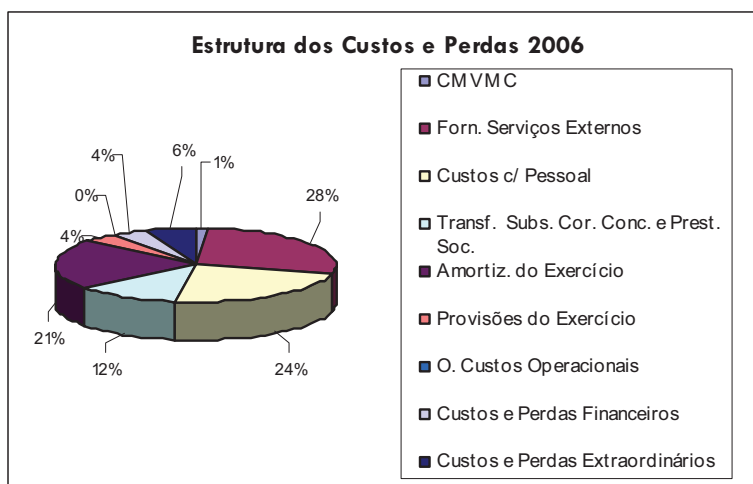
A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos, o peso dos custos e perdas extraordinários diminuiu em face dos restantes, especialmente dos operacionais, à semelhança dos proveitos e ganhos onde o peso dos operacionais aumentou face à diminuição dos extraordinários. Ora, isto revela a capacidade da autarquia gerar rendimentos a partir da sua

actividade principal, principalmente ao nível dos impostos directos, indirectos e das taxa cobradas pela autarquia.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas**, podemos constatar que a sua estrutura se alterou um pouco face a 2005. De facto, assistimos a um aumento significativo das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, das despesas com pessoal e dos Fornecimentos e Serviços Externos, ao contrário dos Custos e Perdas Extraordinários e dos Outros Custos Operacionais. Também as Provisões do Exercício assistiram a uma diminuição do seu contributo para os custos totais.

Do lado dos **Proveitos**, apesar de assistirmos a uma ligeira diminuição do peso das Transferências e Subsídios Obtidos, em relação ao ano anterior, no total dos proveitos, a sua variação positiva, face a 2005, de 6,5%, juntamente com o aumento das Vendas e Prestações de Serviços e dos Impostos e Taxas resultou no acréscimo em 8,3% dos Proveitos e Ganhos Operacionais do Município. Convém ainda salientar o aumento das Proveitos e Ganhos Financeiros em 10,7% e decréscimo ao nível dos proveitos extraordinários de 2,4%.

**Gráfico 5**



#### 5.1.2.1 Evolução das principais rubricas

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram em cerca de 9,2%, face ao ano anterior, acréscimo que se fez sentir especialmente ao nível da prestação de serviços de varredura e recolhas, rendas e aluguer e trabalhos especializados, apesar da retracção dos custos verificados ao nível da conservação e reparação.

Os **Custos com Pessoal** assistiram a uma variação positiva de cerca de 15%, decorrente não só do aumento dos custos relativos a vencimentos do pessoal do quadro, como também do acréscimo dos custos com contratos a termo certo (decorrente da política educacional levada a cabo – contratação de professores de diversas áreas), dos encargos sobre remunerações (aumento da taxa contributiva para a segurança social de 10% para 13%), das despesas de saúde e seguros de saúde.



Por outro lado, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais** tiveram um acréscimo de cerca de 43%, a que corresponde um valor de 2.981.533,93 euros, fruto, essencialmente, do aumento das transferências para as escolas e para as empresas municipais MatosinhoSport e Matosinhohabit.

Quanto **Provisões do Exercício** o valor de 3.413.270,09 euros corresponde ao reforço das provisões para cobranças duvidosas, para fazer face à eventual incobrábilidade das dívidas, e diz respeito quase exclusivamente às petrolíferas..

Relativamente às **Amortizações do Exercício** houve um acréscimo face ao ano anterior de 7,9%, o que não é de admirar face ao aumento do imobilizado verificado na gerência em análise.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar que os **Custos e Perdas Financeiras** cresceram cerca de 72% uma vez que, dos 3.033.472,48 euros, 1.136.472,21 euros correspondem à sentença judicial do Tribunal Tributário de 1ª Instância do Porto, relativo ao pagamento indevido da Taxa Municipal de Urbanização paga pela IMO-R em Junho 1995.

Ao nível dos **Custos e Perdas Extraordinárias**, verificou-se uma variação negativa de 38,3%, correspondente a 2.991.784,14 euros. Este decréscimo decorre, por um lado, da diminuição das transferências de capital concedidas e, por outro, da diminuição do valor das perdas em imobilizações e das correcções relativas a exercícios anteriores.

Ao nível dos proveitos, dever-se-á referir que as **Vendas e Prestações de Serviços** assistiram a um acréscimo de 8,6%, devido essencialmente ao aumento do valor relativo à prestação de serviços de remoção resíduos sólidos às empresas.

A rubrica de **Impostos e Taxas** teve um aumento quer em termos do seu peso na receita total, quer em termos de variação face a 2005, de 9,1%, resultante, por um lado, da variação positiva dos Impostos Directos, particularmente do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama e, por outro lado, devido ao aumento dos Impostos Indirectos relativos ao Loteamento e Obras, relacionados com infra-estruturas, e à Ocupação da Via Pública.

Ao nível das **Transferências e Subsídios Obtidos** assistimos a um crescimento de cerca de 6,5%, que se consubstanciou em 1.241.928,99 euros, resultante, por um lado, da comparticipação da E.P. – Estradas de Portugal, E.P.E., de 2.297.434,00 euros, pelo facto da Autarquia ter realojado as famílias, cujas habitações onde viviam foram expropriadas, devido à execução da “SCUT do Grande Porto – A4 / IP4 – lanço Sendim / Via Norte / Águas Santas e, por outro lado, do montante comparticipado pela DREN para o Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar (Auxiliares de Acção educativa e Componente Social), construção do Pavilhão Desportivo da EB2,3 Professor Óscar Lopes, Programa de Generalização do Ensino do Inglês e fornecimento de refeições escolares.

Por outro lado, verificou-se também um acréscimo de 10,7%, face ao ano anterior, dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, que é justificado, em parte, pelo aumento dos juros dos depósitos bancários decorrente da subida das taxas a que se tem assistido ao longo dos últimos meses, e, em parte, pelo aumento dos dividendos recebidos da empresa participada “Águas do Douro e Paiva, S.A.”.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, como vimos atrás, sofreram uma diminuição do peso no total dos proveitos e uma variação negativa de 2,4%, explicada pela subconta de correcções relativas exercícios anteriores que se trata, essencialmente, da contabilização de impostos abolidos (SISA e Contribuição Autárquica) referentes a exercícios passados e que em 2006 tiveram um valor inferior ao de 2005.

#### 5.1.2.2 Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, o resultado líquido do exercício, no montante de 2.641.997,55 euros, diminuiu em relação ao ano anterior porque, apesar de neste exercício económico os proveitos serem superiores aos custos, comparativamente a 2005, a diferença entre eles é inferior.

### 5.2 Dívida do Município

#### 5.2.1 Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar. Apesar de a receita efectiva ter diminuído em 4,3%, relativamente ao ano transacto, como já vimos no ponto 2.1, em 2006 a autarquia optou por não recorrer ao crédito para fazer face às despesas investimento.

**Quadro n.º 24**  
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2003	2004	2005	2006
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	56.397.200,86	58.105.118,18	59.310.729,03	57.390.910,03
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	3.275.348,58	4.532.108,11	2.322.057,00	0,00
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	1.567.431,26	3.326.497,26	4.241.882,63	4.047.714,75
5 - Rectificação de anos anteriores			6,63	3.017,84
<b>Dívida no final do período (1+2+3+4)</b>	<b>58.105.118,18</b>	<b>59.310.729,03</b>	<b>57.390.910,03</b>	<b>53.340.177,44</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,1%</b>	<b>-3,2%</b>	<b>-7,1%</b>

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município, nos últimos quatro anos. Embora a tendência tenha sido ascendente até 2004, em 2005 essa tendência inverteu-se, uma vez que a dívida passou, nos três últimos anos, de 59.310.729,03 para 53.340.177,44 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como veremos mais adiante, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.

Analisando agora o Quadro n.º 25, podemos perceber que, ao contrário dos anos anteriores, os encargos financeiros obtiveram uma variação positiva e os passivos financeiros uma variação negativa, dando origem, no seu cômputo geral, a um decrescimento do serviço da dívida entre 2005 e 2006 de 2,9%. A diminuição das amortizações face a 2005 deveu-se ao termo da amortização de quatro empréstimos no ano 2005. No que se refere aos juros, estes sofreram um aumento face a 2005, explicado pela tendência de subida da taxa de juro durante o ano de 2006.

**Quadro n.º 25**  
Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2003	2004	2005	2006
Juros	942.248,47	841.473,10	811.889,56	855.606,84
Amortizações	1.567.431,26	3.326.497,26	4.241.882,63	4.050.732,59
<b>Total</b>	<b>2.509.679,73</b>	<b>4.167.970,36</b>	<b>5.053.772,19</b>	<b>4.906.339,43</b>
<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>11,5%</b>	<b>66,1%</b>	<b>21,3%</b>	<b>-2,9%</b>

### 5.2.2 Limite da Capacidade de Endividamento

Em 2006, foi observado o limite de endividamento imposto pela Lei das Finanças Locais e da restante legislação em vigor (artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, 30 de Dezembro – OE para 2006; e artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2006 de 10 de Março – Lei de Execução do OE para 2006).

De acordo com a conjugação destas leis, os encargos anuais dos municípios com juros e amortizações dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os das empresas municipais e associações de municípios em que participem (na percentagem da sua participação), não podem exceder o maior dos seguintes limites: 12,5% dos Fundos Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que caibam ao município, ou 10% das despesas realizadas para investimento no ano anterior. No entanto, o DL n.º 50-A/2006, no seu artigo 46.º, veio explicitar que não devem ser incluídos os encargos respeitantes a empréstimos referidos no n.º 3 do artigo 24.º da Lei das Finanças Locais, nomeadamente: empréstimos para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados a habitação social; empréstimos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER); empréstimos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários; entre outros, desde que contratados antes de 31/12/2002, dando assim cumprimento ao estabelecido no artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

No Quadro n.º 26 agruparam-se os diversos empréstimos do município, de forma a evidenciar os encargos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia. Podemos constatar que o peso dos encargos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos encargos que não relevam – 40,7% e 59,4% respectivamente.

No caso de Matosinhos, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o limite da capacidade de endividamento são os 10% do investimento realizado no ano anterior, já que este valor é superior a 12,5% dos Fundos Geral e Base atribuídos ao município.

**Quadro n.º 26**  
**Evolução do Stock da Dívida**

(Un: Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Encargos do Ano Vencidos e Não Pagos				Valores Acumulados			Capital em Dívida em 31/12/2006
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amortiz.	Juros	Acerto Amort. (anos anteriores)	Acerto Juros (anos anteriores)	Amortizações	Juros	Capit.	
09-07-1997	Centro Ciencias Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	274.325	58.096	0	0	0	0	1.693.815	0	0	1.821.039
13-09-2000	Diversos empreendimentos (a)	BPI	9.975.958	9.623.866	895.087	199.809	0	0	0	0	2.660.014	0	0	6.963.852
03-10-2000	Diversos empreendimentos (b)	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	336.960	62.635	0	0	0	0	1.304.969	0	0	2.211.597
08-10-2002	Financiamento complementar de diversos empreendimentos (d)	C.G.D.	2.908.766	2.162.294	88.131	79.340	0	0	0	0	178.200	0	0	1.984.094
<b>(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento</b>					<b>1.594.503</b>	<b>399.880</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.836.997</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.980.582</b>
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3	C.G.D.	490.857	490.857	24.905	7.771	0	0	0	0	155.315	37.331	0	372.874
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau	C.G.D.	719.306	719.306	36.912	11.118	0	0	0	0	226.404	57.313	0	550.215
16-06-1994	Habitação - Guarda/Perafita	C.G.D.	1.827.715	1.827.715	89.954	29.363	0	0	0	0	538.671	169.459	0	1.458.503
16-06-1994	Habitação - S. Gens	C.G.D.	1.950.100	1.950.100	96.976	31.524	0	0	0	0	613.882	179.322	0	1.515.541
<b>(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais</b>					<b>248.748</b>	<b>79.775</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.534.272</b>	<b>443.425</b>	<b>0</b>	<b>3.897.132</b>
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim	C.G.D.	6.014.774	5.865.100	208.002	111.224	0	0	0	0	1.310.635	0	0	4.554.465
09-08-1996	Conj. Habit. Soutelo	C.G.D.	535.465	519.463	18.730	9.680	0	0	0	0	123.548	0	0	395.915
09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D.	589.080	570.804	20.581	10.637	0	0	0	0	135.759	0	0	435.046
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	C.G.D.	689.354	604.508	23.487	4.043	0	0	0	0	158.566	0	0	445.942
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.756	771.241	36.478	5.624	36.478	5.624	1.095	7.401	123.442	0	0	647.799
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.724	1.539.724	74.757	9.752	74.757	9.752	1.923	13.005	425.169	0	0	1.114.555
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Légua, Chouso e Perafita	BPI	2.388.778	2.241.987	107.204	13.611	107.204	13.611	0	0	532.214	0	0	1.709.773
07-11-2000	Diversos empreendimentos (c)	C.G.D.	36.549.031	31.229.155	1.715.226	190.974	0	0	0	0	4.070.186	0	0	27.158.969
<b>(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>					<b>2.204.464</b>	<b>355.546</b>	<b>218.438</b>	<b>28.987</b>	<b>3.018</b>	<b>20.406</b>	<b>6.879.519</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>36.462.464</b>
<b>(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento</b>					<b>2.453.212</b>	<b>435.321</b>	<b>218.438</b>	<b>28.987</b>	<b>3.018</b>	<b>20.406</b>	<b>8.413.791</b>	<b>443.425</b>	<b>0</b>	<b>40.359.596</b>
<b>TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)</b>					<b>4.047.715</b>	<b>835.201</b>	<b>218.438</b>	<b>28.987</b>	<b>3.018</b>	<b>20.406</b>	<b>14.250.788</b>	<b>443.425</b>	<b>0</b>	<b>53.340.178</b>

- (a) Construção Núcleo Cultural Matosinhos  
Par. Desp. Nascente Concelho  
Par. Desp. e Recreativo Leça da Palmeira
- Estudo e Revitalização da Marginal de
- (b) Matosinhos  
Parque de Estacionamento Zona Sudoeste da Cidade  
Construção de Piscinas Cobertas - Perafita e Custóias  
Nova Centralidade S. Mamede Infesta  
Obras Plano Circulação Parque Basílio Teles
- (c) PER - Conj. Hab. Seara  
PER - Conj. Hab. Estádio do Mar  
PER - Conj. Hab. S. Tiago de Custóias  
PER - CDH's - Custió  
PER - CDH's - Ponte Carro -ASSIMEC- 66 fogos  
PER - CDH's - Ponte Carro -SEDENGIL-262 fogos

- PER - CDH's - Farrapas
- PER - CDH's - Recarei Cima  
PER - CDH's - Rua Ribeiras de Cima - Perafita  
PER - CDH's - Rua de Cidres  
PER - CDH's - Telheiro  
PER - CDH's - Monte Espinho  
PER - CDH's - Angeiras de Cima  
PER - CDH's - Angeiras de Baixo  
PER - CDH's - L. Palmeira - Bateria  
PER - CDH's - S. Mamede - Laranjeiras  
PER - CDH's - Ribeiras - Freixieiro

- (d) Conj. Habitacional do Seara  
Conj. Habitacional da Senhora da Hora  
Conj. Habitacional de S. Tiago Custóias  
Ligação Sendim - M. Pipos Lomba (2ª Fase)
- (e) Empréstimo dos S.M.A.S.

Convém não deixar de referir que entramos em consideração com o valor dos investimento dos SMAS e da LIPOR (neste último caso, na percentagem de participação da Câmara, que, em 2006, era de 17,20%) uma vez que ambos possuíam empréstimos, embora nenhum deles releve para efeitos de cálculo do

limite da capacidade de endividamento. Quanto às empresas municipais, como não apresentam qualquer endividamento, não foram incluídos os seus investimentos.

**Quadro n.º 27**  
Serviço da Dívida *versus* Investimento

(Un: Euros)

Entidades	Serviço da Dívida (a)	Investimento (b)
Câmara	1.994.382,54	34.596.882,01
SMAS	—	2.872.823,85
Empresas Municipais		
Matosinhos Habit	0,00	0,00
Matosinhos Sport	0,00	0,00
Associações de Municípios		
LIPOR	0,00	2.094.587,95
<b>Total</b>	<b>1.994.382,54</b>	<b>39.564.293,81</b>

(a) Serviço da Dívida dos Empréstimos que relevam para o cálculo da Capacidade de Endividamento

(b) Valor do Investimento de 2005 na parte correspondente à participação do município, desde que existam empréstimos contraídos

**Quadro n.º 28**  
Limite de Endividamento

(Un:Euros)

Limite de Endividamento	Valor
10% Investimento 2005	<b>3.956.429,38</b>

**Quadro n.º 29**  
Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Líquida de Endividamento	Valor
1 - Serviço da Dívida relevante	1.994.382,54
2 - Limite da Capacidade de Endividamento	3.956.429,38
<b>3 - Capacidade Líquida de Endividamento (2-1)</b>	<b>1.962.046,84</b>
<b>4 - Índice da Capacidade de Endividamento (3/2)</b>	<b>49,59%</b>

Podemos, pela análise dos quadros anteriores, concluir que, no final de 2006, o Município de Matosinhos dispunha de um Índice de Capacidade de Endividamento de 49,59%, ou seja, tudo o resto constante, os encargos que relevam para o cálculo do limite da capacidade de endividamento poderiam ter sido superiores em 1.962.046,84 euros.

## 5.3 Indicadores de Gestão

### 5.3.1 Indicadores de natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

**Quadro n.º 30**

(Un: Euros)

Indicadores da Estrutura da Receita	2004	2005	2006
Receitas Próprias / Receita Total	62,6%	67,2%	69,7%
Impostos Locais (1)/ Receita Total	50,2%	43,5%	50,8%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,0%	0,2%	0,0%
Transferências / Receita Total	31,5%	30,2%	30,3%
Passivos Financeiros / Receita Total	5,8%	2,6%	0,0%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela leitura do Quadro n.º 30 podemos constatar que o peso relativo das receitas próprias aumentou, de 67,2% para 69,7%, o que revela o aumento da autonomia financeira da Autarquia. Também o peso dos impostos locais na receita total aumentou devido a um acréscimo nos impostos directos arrecadados. Por outro lado, apesar das transferências arrecadadas terem diminuído de 26.916.452,40 euros, em 2005, para 25.828.852,10 euros, em 2006, assistimos um ligeiro aumento do peso relativo das transferências no total das receitas.

Também o rácio dos passivos financeiros (utilizações de capital) passou de 2,6%, em 2005, para 0% em 2006, pelo facto de a Autarquia não ter recorrido ao endividamento de médio e longo prazos durante o ano de 2006.

**Quadro n.º 31**

(Un: Euros)

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2004	2005	2006
Receita Total / Despesa Total	102,6%	92,8%	98,6%
Receita Corrente / Despesa Corrente	146,6%	144,8%	125,6%
Receita de Capital / Despesa de Capital	50,1%	38,8%	48,2%
Passivos Financeiros / Despesa Total	5,9%	2,4%	0,0%
Receitas Próprias / Despesa Total	64,4%	62,4%	68,7%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	51,5%	41,0%	50,1%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA



Por outro lado, a análise do Quadro n.º 31, permite-nos constatar que, em 2006, as receitas totais foram ligeiramente inferiores às despesas, tendo a diferença sido coberta pelo saldo da gerência anterior.

Nos três anos em análise, as receitas correntes excederam substancialmente as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente. As receitas de capital, em 2004 e 2006, cifraram-se em cerca de metade do valor das despesas de capital e, em 2005, representaram cerca de 40%.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, decresceram para 0% no total das despesas, assim como no total das receitas, pelo facto de a Autarquia não ter recorrido ao crédito.

O peso relativo das receitas próprias e dos impostos locais no total de despesas assistiu a um acréscimo, entre 2005 e 2006, pelas razões acima indicadas. Por outro lado, podemos constatar que 68,7% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que, 50,1% da despesa total é assegurada por impostos locais, indicadores estes reveladores do elevado grau de autonomia financeira de que goza o município.

### 5.3.2. Indicadores de natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 28% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas. Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 32, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2005 e 2006, tendo-se assistido a uma diminuição do peso do activo circulante, em proveito do activo fixo, no total do activo, uma vez que o activo fixo aumentou em 1,3% e o circulante diminuiu em 17,5%. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante aumentou de 2005 para 2006.

No que se refere à estrutura do passivo, há que realçar que, tanto em 2005 como em 2006, o passivo de curto prazo era cerca de dez vezes inferior ao de médio e longo prazo e, em 2006 houve uma ligeira diminuição do peso do passivo de curto, médio e longo prazo no total do passivo. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: onde o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 1,5% para 1,4%, o de médio e longo prazo passou de 14,8% para 13,7%.

Quadro n.º 32

(Un: Euros)

Indicadores	2005	2006
<b>Estrutura do Activo</b>		
Activo fixo / Activo Total	93,4%	94,6%
Activo Circulante / Activo Total	6,6%	5,4%
Activo Fixo / Activo Circulante	1413,8%	1737,3%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo longo prazo / Passivo Total	49,8%	47,4%
Passivo curto prazo / Passivo Total	5,1%	4,7%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	976,7%	1006,0%
<b>Análise do Activo Fixo</b>		
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	818,6%	892,3%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	16,9%	19,4%
<b>Análise do Passivo Exigível</b>		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	1,5%	1,4%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	14,8%	13,7%
<b>Índices de Liquidez</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	247,4%	245,3%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	565,5%	516,7%
<b>Índice de Solvência</b>		
Dívidas a terceiros / Activo total	12,6%	11,7%

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo mais de oitenta vezes, o que significa que apenas cerca de um oitavo do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de um terço do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que ambos os rácios mantiveram-se quase inalterados, pois quer as disponibilidades, quer o activo circulante, quer as dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram de 2005 para 2006. Particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2006, as disponibilidades eram quase duas vezes e meia superiores ao passivo de curto prazo.

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia, apesar da conjuntura económica desfavorável: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total manteve-se, em 2006 próximo dos 12%.



### 5.4 Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 2.641.997,55 euros, sejam distribuídos da seguinte forma:

- 5%, correspondente a 132.099,88 euros, para reforço da Reserva Legal;
- o restante, no valor de 2.509.897,69 euros, para reforço do valor do Património.